

HT-28

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

CURSO DE HISTÓRIA

O FIM DA GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE:

Factores e Circunstâncias

Dissertação apresentada em cumprimento parcial
dos requisitos exigidos para obtenção do grau de
Licenciatura em História

Jossias Filipe

1997.-

HT-28

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

CURSO DE HISTÓRIA

O FIM DA GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE:

Factores e Circunstâncias

*Dissertação apresentada em cumprimento parcial
dos requisitos exigidos para obtenção do grau de
Licenciatura em História*

Jossias Filipe

Maputo, Abril de 1997.-

94(679)
F 483 f 04

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	26151
DATA	1/04/1998
AQUISIÇÃO	M. de J.
COTA	HT-28

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau e ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

RESUMO

É sabido que as guerras só começam quando os meios diplomáticos de resolver diferendos, não logram os objectivos visados. Mas do seu término, ficam questões por esclarecer sobretudo quando ocorre não produto de uma derrota de uma das partes no terreno.

Em 1964, quando a guerra eclode em Moçambique, tinha fracassado toda a diplomacia de Mondlane e outros moçambicanos visando a Independência do território ao abrigo da carta das Nações Unidas.

Salazar, esse, sustentava a tese de "defesa do Ultramar pela força das Armas".

O desencadeamento da operação "Nó Górdio" em 1970 corresponde à prossecução da política de Salazar de defender o Ultramar pela força das armas e visava o fim vitorioso da guerra em pouco tempo, através de uma complexa articulação de meios militares com os da guerra psicológica.

Em finais de 1972, toda a convicção inicial das autoridades coloniais relativamente à operação "Nó Górdio" tinha ruído e, em 1974, a dinâmica e o progresso da guerra começavam a pôr em pânico grande

parte do sector europeu das populações do centro que ainda não acreditava na sua aproximação da guerra.

Os massacres e a velocidade da africanização da guerra, através da constituição de diferentes corpos de tropas africanas (Flechas, Comandos, GE's e GEP's), caracterizaram a actuação do exército português entre os finais de 1972 e o ano de 1974.

A Guerrilha da Frelimo, mais motivada, ia descendo mais para o sul, preocupando cada vez mais, a África do Sul e a Rodésia, colaboradores de há já alguns anos, das Forças Armadas Portuguesas.

Spínola, considerou, em 1973 que "se aproximava cada vez mais a contigência do calapso Militar" e que "o estado de deterioração em que se encontravam as forças armadas, inviabilizava a solução militar para o problema do Ultramar" o que exigia a solução política como alternativa. Por sua vez, Costa Gomes reconhecia, em Moçambique, em princípios de 1974, que "Encontramo-nos numa situação difícil, a subversão se tem expandido para o sul e não pode ser eficientemente combatida pelas forças militares". Se se considerar a posição de Salazar no início da guerra em 1964, o desencadear e os objectivos da operação Nó Górdio, em 1970, pode-se ver claramente que, pelas considerações de Spínola em 1973

e Costa Gomes em 1974, passados quase 10 anos, um dos beligerantes apresentava todos os sinais de um derrotado.

Mesmo assim, em Março de 1974, Marcelo Caetano e vários dos seus apoiantes ainda acreditavam na solução militar para a guerra colonial. Mas em Abril, provando a diferença de pontos de vista na análise da situação, os militares do MFA derrubam o Regime e, desorientados, os militares de frente afrouxam ainda mais a já fraca prontidão e combatividade que entretanto estava alta do lado da guerrilha. O Cessar Fogo só foi conseguido em Setembro de 1974, após uma complexa maratona diplomática.

Para tudo isso, uma rede de factores e circunstâncias contribuiu em escala e medida diferentes.

Não basta a vontade (?) portuguesa de descolonizar nem a força (?) militar da Frelimo para explicar o fim da guerra de 1964-1974 em Moçambique.

O fim de uma guerra, pressupõe normalmente a derrota de uma das partes que, por sua vez depende de muitos factores objectivos e subjectivos. Sabe-se que Salazar e Caetano defendiam a guerra para "salvar o ultramar". A Frelimo, fazia-na, como último recurso para a

conquista da Independência de Moçambique. Foram 10 anos de luta armada, no final dos quais o objectivo e vontade da Frelimo foram realizados. A guerra terminara mas poucos são os que se apreceberam do como. A revolução do 25 de Abril, a troca de acusações entre políticos e militares portugueses, a guerra que se seguiu pouco tempo depois em Moçambique, não permitiram a análise do fenómeno, de modo a que todos pudessem saber do que e como realmente aconteceu. É, pois, a necessidade de sequenciar factos e factores que contribuíram para o fim da guerra, numa reinterpretação da história de Moçambique, dentro da cientificidade exigida pelo rigor da análise histórica, que me proponho o trabalho de pesquisa sobre o fim da guerra colonial ou de libertação de Moçambique, enquadrada no contexto global de desmoronamento dos Impérios Coloniais e no posicionamento das nações em relação às duas megapolíticas representadas pelas duas potências beligerantes na Guerra Fria.

Para isso, pretendo apresentar o trabalho obedecendo o seguinte esquema:

ÍNDICE

1ª Parte

Apresentação

Capítulo I

Introdução

- 1 - Problematização
- 2 - Objectivos
- 3 - Hipóteses
- 4 - Metodologia e Fontes

Capítulo II

Enquadramento Histórico do Fenómeno

Capítulo III

A Situação Sócio-Política e Económica de Portugal no começo dos anos 70

- 1 - A Situação Social
- 2 - A Situação Política
- 3 - A Situação Económica

2ª Parte

Capítulo IV

A Situação da Guerra entre 1970 e 1974

Capítulo V

O Quadro Situacional em 1974

Capítulo VI

A Revolução de 25 de Abril

Capítulo VII

A Posição da Frelimo e do Exército Português face à
Política das Novas Autoridades Portuguesas

3ª Parte

Capítulo VIII

O Movimento Diplomático

Capítulo IX

Conclusões

Anexos

- 1 - Resolução 1514 da XV Assembleia Geral das Nações Unidas (reunião do Plenário nº947 de 14/12/1960.
- 2 - O Movimento, as Forças Armadas e a Nação.
- 3 - Proclamação do Movimento das Forças Armadas (entrega do governo a uma Junta de Salvação Nacional).
- 4 - Proclamação lida ao país pelo Presidente da Junta de Salvação Nacional, General Spínola, na madrugada de 26 de Abril de 1974.
- 5 - Discurso de Samora Machel por ocasião do 25 de Abril ..
- 6 - Relatório especial da Região Militar de Moçambique de 5 de Junho de 1974.
- 7 - Acta da Reunião do MFA-Moçambique de 28 de Junho de 1974.

8 - Telegrama do MFA-Moçambique de 22 de Julho de 1974.

9 - Lei nº7/74 de 27 de Julho que consagra o Direito das colónias à Independência.

10 - Acordo de Cessar Fogo celebrado entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português.

11 - Acordo Geral para a Independência de Moçambique celebrado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.

12 - Boletim Informativo nº1 dos Dragões da Morte de Moçambique.

13 - Bibliografia

1ª Parte

Apresentação

O objecto da presente dissertação é o final da Guerra de Libertação de Moçambique, acontecido em 1974.

As particularidades que rodearam o conflito no curso dos 10 anos que se passaram desde o seu desencadeamento e os objectivos defendidos por cada uma das partes em conflito, fazem com que seja necessário e legítimo procurar, estudar e apresentar os factores e circunstâncias que determinaram o término de uma guerra que especialistas consideravam-na militarmente invencível; a guerra subversiva, como a apelidaram as autoridades portuguesas.

Se a guerra subversiva não se vence, a de libertação, essa vence-se, sobretudo pelo cansaço, uma vez que, popular e prolongada, ela pode passar de geração em geração até que o dominante se veja obrigado a abdicar, quer pela força das armas quer por condenação e contestação interna e internacional.

A Frelimo lutava pela independência total e completa de Moçambique através da força das armas desde 1964. Na mesma época, decorriam também as lutas armadas em Angola e na Guiné, face as quais a posição de Salazar era terminante: os guerrilheiros deviam ser militarmente eliminados.

Do mesmo modo pensaram os generais que, querendo recuperar a honra deixada na Índia em Dezembro de 1961

aquando do ataque das forças indianas às posições portuguesas de Goa, Damão e Diu de onde foram obrigados a renderem-se passados apenas dois dias, avançaram, e em força, para África.

Quando Marcelo Caetano subiu ao poder em 1968 também sustentou a mesma posição até ao seu derrube em 1974. Não obstante o conhecimento que tinha da realidade nas diferentes frentes de combate, António de Spínola que assume o poder após o 25 de Abril, também pensou que ainda era possível um desdobramento militar capaz de acabar com as guerras africanas e garantir a portugalidade pluricontinental.

Vários generais das forças armadas portuguesas defendem até hoje que se tal não aconteceu foi devido à traicção de alguns círculos militares e políticos.

Esta análise permite considerar que se a Frelimo não tivesse sido o que foi, firme e decidido na luta pelos seus objectivos e ideais, hoje não existia Moçambique tal como o conhecemos.

O presente trabalho é um ensaio e alerta da necessidade que existe para que a história recente de Moçambique seja realmente escrita para que todos conheçam um pouco mais daquilo que realmente foi, onde e como, até

que Moçambique se tornasse o que é hoje.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

De Setembro de 1964 a Setembro de 1974 decorreu em Moçambique a Guerra de Libertação Nacional a que o regime Português apelidou de subversiva.

Em função dos objectivos de Portugal e da Frelimo quando esta começou em 1964 e tendo em conta a envergadura das acções militares que a caracterizaram ao longo dos 10 anos, em 1974 as expressões "vitória sobre" e "derrota iminente" eram comuns em referência à uma guerra que teoricamente se pensava invencível.

Discussões houve e continuam havendo, dividindo círculos militares, políticos e intelectuais sobre o fim da Guerra havida em Moçambique entre 1964 e 1974.

Em Moçambique e em Portugal, várias são as correntes de opinião e as posições divergem quanto aos factores e às circunstâncias que contribuíram para o fim da guerra nos moldes em que ela terminou.

É no entanto em Portugal que discussões de vulto têm tido lugar opondo inclusive militares de alta patente que participaram directamente na guerra colonial¹.

"Em 1974 já não era possível uma solução militar para a guerra colonial". As derrotas no terreno, a africanização da guerra, o esgotamento das reservas e a subversão da retaguarda do Exército Português são apontados como factores que aceleraram o fim da guerra².

Entretanto, há quem considere que, "não fosse a traição de alguns círculos militares, a guerra não teria sido perdida, tanto mais que a própria Frelimo se encontrava muito debilitada à entrada de 1974,³".

As opiniões dos Generais Carlos Galvão de Melo e Kaulza de Arriaga por exemplo são diametralmente opostas quanto ao final da guerra colonial.

¹ Só para ilustrar, em 1994 foi inaugurado em Lisboa um "Monumento aos Combatentes do Ultramar". Para a cerimónia inaugural foi convidado de honra o Marechal Spínola enquanto que o Marechal Costa Gomes nem se quer era convidado.

A associação 25 de Abril recusou publicamente o convite por considerar que os objectivos por detrás do evento eram outros. Referencial n.º 34/Ano 9, 1994, P15 (boletim informativo da associação 25 de Abril (A25A) publicada em Lisboa).

² TOMÉ, 1984:296.

³ AGUIAR 1986:88; PINTO 1995:417 e sgts "Antes da assinatura do Acordo de Lusaca, a FRELIMO não ocupava a mais insignificante povoação de Moçambique. As pretensas "Zonas Libertadas" só existiam na imaginação de Samora Machel e na dos que, consciente e inconscientemente o acompanhavam na sua propaganda".

O primeiro considera que "perdemos a guerra" enquanto que o segundo questiona "onde é que se perdeu a guerra?" se, segundo ele, "não havia nenhum problema militar⁴".

Para o Almirante Rosa Coutinho, em 1974, "a força deixou de existir. O pessoal ainda existia no terreno mas a capacidade, a moral combativa, tinha terminado⁵".

Por seu turno, Costa Gomes, depois de visitar Moçambique em Maio de 1974, constatou e afirmou no seu regresso a Lisboa que "a força que ainda mantínhamos no chamado Ultramar Português era fictícia e não havia capacidade para negociar em posição de força porque ela não existia", numa altura em que a FRELIMO tinha acabado de reiterar que a solução para a guerra em Moçambique passava pelo reconhecimento do direito do povo moçambicano à Independência, coisa que, não tendo estado na cabeça nem de Caetano, nem de Salazar, não estava também na cabeça de Spínola, que defendia a ideia da "sobrevivência da Nação no seu todo pluricontinental⁶".

⁴ GUERRA, 1996:55.

⁵ GUERRA, 1996:61.

⁶ GUERRA, 1996:59-60.

1 - Problematização

* Como se apresentava, afinal, a situação militar em Moçambique à entrada de 1974, quais os factores internos e externos que catalizavam o curso da guerra, e quais foram as circunstâncias de particular realce que constituem ponto de referência obrigatória quando se fala particularmente do fim da guerra colonial em Moçambique?

O presente trabalho procura trazer algumas interpretações passíveis de serem utilizadas na formulação de respostas para as questões que se levantam em redor da questão do final da Guerra de 1964-1974 entre o Exército Português e a FRELIMO.

Não se trata evidentemente de trazer respostas acabadas, ou verdades absolutas, pois que as contradições contidas na interpretação do curso da Luta de Libertação em Moçambique e do seu final, em particular, e o facto de não ter havido ainda um estudo imparcial e desapassionado sobre a questão, limita sobremaneira o acesso a detalhes que poderiam tornar mais legível a interpretação de uma boa parte

dos grandes momentos dessa guerra.

A guerra que se seguiu à Independência de Moçambique, o seu desfecho e o subsequente discurso político da actualidade ofuscam por outro lado o passado da história de Moçambique que deveria certamente constituir orgulho nacional.

2 - Objectivos

A geração de moçambicanos nascidos após a assinatura dos acordos de Lusaka a 07/09/74 constitui uma boa percentagem da sociedade activa moçambicana que infelizmente não tem presente a sequência dos factos que levaram à Independência do nosso país.

A necessidade de apresentar sistematizadas as informações sobre as circunstâncias e factores que determinaram o fim da guerra que opunha a FRELIMO ao exército colonial de modo a permitir que moçambicanos não só nascidos no Moçambique Independente e aqueles que, tendo nascido antes, pela idade ou por alheamento, não tenham acompanhado o desenrolar dos acontecimentos que levaram ao fim da dominação colonial em Moçambique,

sejam capazes de analisar e interpretar não só os discursos políticos actuais, mas também as acções e atitudes de pessoas e/ou instituições nacionais e/ou estrangeiras em relação ao país, é o mobil central deste trabalho.

Nele procuro contextualizar historicamente o fim da guerra em Moçambique ao mesmo tempo que analiso os factores sócio económicos e políticos de Moçambique e de Portugal, entre 1970 e 1974, com ela relacionados.

Factores internos e externos que contribuíram sobremaneira para o final da guerra, são passados em revista de modo a aclarar alguns aspectos, do mesmo modo que o movimento diplomático é detalhadamente analisado tal como algumas operações militares e o 25 de Abril em Portugal, de forma a que novos e aturados estudos possam ter uma base de partida para uma história de Moçambique.

3 - Hipóteses

O fim da guerra de libertação de Moçambique marcou para os moçambicanos, o fim da dominação estrangeira de

quase 500 anos e para o mundo a irreversibilidade da derrocada dos impérios coloniais. É, pois, um acontecimento que merece um destaque e devido enquadramento histórico Nacional e Internacional.

Para analisar tal fenómeno considero, em princípio, alguns pressupostos como hipóteses, das quais destaco as seguintes:

- Uma guerra envolve sempre dois beligerantes que têm cada um, os seus apoiantes em função dos objectivos e interesses em disputa.
- Ela eclode quando fracassam os meios diplomáticos de resolverem tais disputas e,
- Em muitos casos ela termina com uma das partes (a vencedora) a impôr a sua vontade sobre a outra.

Foi isso que aconteceu em Moçambique. Antes da constituição da FRELIMO, outras organizações nacionalistas haviam empreendido uma diplomacia com vista a conseguir a Independência do território.

Constituída que foi a FRELIMO, em 1962, 2 anos se passaram enquanto se tentava em vão, uma via diplomática de se chegar ao entendimento com as autoridades coloniais portuguesas, até que a 25 de Setembro de 1964, o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane proclamou:

"(...) Moçambicanos e Moçambicanas (...) Hoje, face à constante recusa do Governo Português em reconhecer o nosso direito à Independência, a FRELIMO reafirma que a luta armada é a única via que permitirá ao povo moçambicano realizar as suas aspirações à Liberdade, Justiça, e Bem Estar Social. (...) A FRELIMO proclama hoje, solenemente, a insurreição geral armada do Povo Moçambicano, contra o colonialismo português para a conquista da independência total e completa de Moçambique. O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português⁷".

É do final desta guerra em função das posições e objectivos de parte a parte aquando do seu desencadeamento que o trabalho vai trazer alguns detalhes.

⁷ REIS e MUIUANE 1975:42.



4 - Metodologia e Fontes

Devido à ausência de fontes ou trabalhos realizados que abordem especificamente o aspecto "fim da guerra em Moçambique" a metodologia para o presente trabalho consistiu na recolha da informação existente em arquivos, bibliotecas e em fontes orais que directa ou indirectamente se relaciona com os aspectos da guerra havida em Moçambique entre 1964 e 1974.

Entrevistas com participantes directos no conflito dos dois lados dos beligerantes, foram realizadas com o intuito de aclarar os aspectos que a documentação escrita por vezes não conseguia responder.

O Arquivo Histórico de Moçambique, o Arquivo Histórico Militar de Portugal, a Associação 25 de Abril na Universidade de Coimbra, o CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral) e a Hemeroteca da

Biblioteca Municipal de Lisboa constituíram o suporte documental para este trabalho, que integra, para além da presente introdução, mais 2 capítulos na primeira parte do mesmo, nomeadamente o "Enquadramento Histórico do Fenómeno", no qual procuro situar o acontecimento no

seu lugar histórico em relação a outros, a nível Nacional, Regional e Internacional e o referente à "Situação sócio-político e económica de Portugal no início da década de 70" no qual procuro destacar os factores que faziam com que Portugal não se encontrasse em condições de suportar as exigências da guerra que se travava em 3 frentes (Angola, Guiné e Moçambique) cada uma das quais mais importante do que a outra.

Na segunda parte do trabalho apresento 4 capítulos todos eles dedicados a momentos particulares da guerra. No primeiro deles, o IV do trabalho dedico particular destaque para uma análise retrospectiva da operação NÓ Gordio e como esta influenciou o decurso posterior da guerra.

No quinto analiso o quadro situacional da guerra em 1974 sob ponto de vista do exército português, por um lado e sob ponto de vista da FRELIMO, por outro.

O 25 de Abril como consequência da guerra e como factor do seu final é analisado no sexto capítulo. Por fim, as posições das partes beligerantes após o 25 de Abril, são examinados no sétimo capítulo deste trabalho.

A terceira parte integra 2 capítulos, e abre com uma abordagem sobre o movimento diplomático que foi empreendido para pôr fim às hostilidades, passando pelos acordos de Lusaca até as conclusões que são apresentadas no último capítulo, do trabalho.

A procura e selecção de fontes para este trabalho revelou-se um trabalho difícil na medida em que o assunto ainda não foi específica e directamente abordado.

As fontes consultadas quer as escritas quer as orais, (ver a lista das entrevistas em anexo) são aquelas que de alguma maneira abordam a problemática da guerra colonial e compreendem a direita, o centro e a esquerda política portuguesa bem como os sectores conservadores e revolucionários das forças armadas.

Tal posicionamento determinou o tipo de informações que se recebeu e os argumentos usados para justificar factos e comportamentos.

A redacção do presente trabalho é produto da análise e interpretação cruzadas dessas informações e das de

natureza política e militar fornecidas pelas fontes da Frelimo. Não foi fácil a localização das fontes e a reunião das informações para o presente trabalho. Aquelas que à primeira vista pareciam as mais indicadas revelaram-se não possuidores da informação que delas se esperava. Das que possuíam alguma informação condicionavam o não registo magnético, razão pela qual, algumas citações ao longo do trabalho, não podem ser verificadas.

Vejamos, então, o trabalho, capítulo por capítulo

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO FENÓMENO

O fim da luta de Libertação Nacional de Moçambique é parte do longo processo de dissolução dos Impérios Coloniais Europeus que se iniciou logo após o final da 2ª. Guerra Mundial e que caracterizou a segunda metade do sec.xx.

A participação de colonizados na 2ª Guerra Mundial contribuiu para a elevação da sua consciência e da

necessidade da sua libertação.

O Artigo 73º da carta das Nações Unidas aprovada em 26 de Junho de 1945 preconizou o desenvolvimento pelas potências coloniais, de "sistema de autogoverno de acordo com as aspirações políticas das populações" nas suas colónias⁸.

Foi na sequência desta resolução que se reuniu em Manchester, o V congresso Panafricano, em Outubro de 1945 de que resultou a difusão de directivas de luta pela independência, por todos os povos africanos. ✓

O Movimento dos Não Alinhados surge, como consequência, ✓ na conferência de Bandung, realizada em Abril de 1955, e torna-se no órgão coordenador das lutas pela libertação dos povos oprimidos.

A grande maioria das potências colonizadoras foi, pois, dando ~~est~~reconhecendo o direito da autodeterminação, e independência aos povos outrora por si colonizados, que por sua vez engajavam e reforçavam o movimento.

⁸ REIS, 1994:41.

Quando em 1963 é criada a Organização da Unidade

Africana (OUA), vários eram os povos que se haviam tornado independentes das suas potências coloniais, após a conferência de Bandung, entre africanos, latino-americanos e asiáticos.

Alheio e indiferente a toda a dinâmica estava Salazar que preferia ser cego e mudo, "orgulhosamente só"⁹.

Inevitável, a guerra foi a última alternativa para os povos dominados por Portugal. "Em 1974, já era tarde para desatar os nós que o regime de Salazar e Caetano tinham apertado. Só restava cortá-los"¹⁰.

A dinâmica da guerra agudizara as contradições e a crise do regime português que não conseguiu nem podia evitar o "25 de Abril".

O fim da guerra, movida pela Frelimo, contra o regime colonial fascista em Moçambique, inscreve-se no quadro

⁹ Produto do isolamento a que Portugal foi votado devido ao incumprimento da Resolução n.º 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU de 14 de Dezembro de 1960, que preconiza entre outros pontos, que "a fim de que os povos dependentes possam exercer pacífica e livremente, o seu direito à independência completa, deverá cessar toda a acção armada ou todas medidas repressivas de qualquer índole contra eles dirigidas(...)."

¹⁰

CORREIA 1994:8.

geral das lutas dos povos dominados, pela sua liberdade e independência, condição essa reconhecida pela carta

das Nações Unidas que legitimou o movimento emancipador dos povos que a partir do fim da 2ª Guerra Mundial ganhou uma nova dinâmica.

Em 1974 os moçambicanos conseguiram finalmente romper a corrente e juntarem-se ao pelotão dos livres, independentes e não alinhados. Produto de incomensuráveis sacrifícios e perseverança os moçambicanos conquistaram a sua liberdade e independência; Não foram descolonizados¹¹.

O final da guerra pela independência de Moçambique que chega como produto de sobreposição de factores que determinaram a derrota do exército colonial que aliás se tornara inevitável¹², ocorre numa altura particularmente conturbada.

A guerra fria que se desenrolava há cerca de 30 anos.

¹¹ A palavra descolonizar, se existisse com algum significado, esse seria o contrário do de colonizar que significa para o caso, "promover a civilização dos povos selvagens". O significado da palavra descolonizar no processo das lutas pela independência é muito pouco claro. Mais estranho ainda, é o facto de, volvidos quase 50 anos desde que o processo começou, a palavra não constar de nenhum dicionário.

¹² TOMÉ 1984:296

opondo russos e americanos e dividindo consequentemente o mundo em duas esferas de influências, estava no seu auge.

Neste contexto, a guerra em que se haviam metido os americanos no Vietname, chegara ao fim com uma estrondosa derrota para a super potência.

Por outro lado, uma grave crise económica mundial instalara-se a partir de um conflito, igualmente analisável no quadro da guerra fria, o Israelo-Árabe¹³.

Com efeito, a 6 de Outubro de 1973 iniciara um conflito opondo Egipto e Siria a Israel. Os primeiros eram aliados da União Soviética e Israel dos EUA.

A reacção rápida e bem sucedida do exército Israelita¹⁴ perante o ataque rápido e certo dos árabes, inquietou os americanos que esperavam ocupar uma cómoda posição neutral neste conflito.

13

LOPES 1991:32 este conflito, conhecido como "A guerra de Yom Kippur" provocou um estado de tensão mais perigoso entre os americanos e Russos desde a crise dos mísseis cubanos de 1962, uma vez que o desenvolvimento dos combates e o alinhamento das potências com as partes em conflito, quase que punha em confrontação militar os americanos e os Russos.

14

Que fora apanhado desprevinido quer na frente egípcia no Suez, quer na frente síria nos montes Golan.

A progressão de Israel pôs a União Soviética de

sobreaviso, ameaçando intervir em socorro dos seus aliados. Face à essa ameaça, as autoridades americanas ordenaram um alerta nuclear global o que de certo modo contribuiu para a interrupção do conflito, poucos dias depois.

Os Árabes da OPEP aproveitaram a ocasião para, em 17 de Outubro de 1973, anunciarem um corte de produção de petróleo de cinco por cento e outros tantos adicionais mensais, como forma de reivindicação das terras tomadas por Israel na guerra de 1967.

Em 19 de Outubro o presidente americano R. Nixon anunciou um pacote de ajuda americana a Israel. No dia 20, a Árabia Saudita anuncia a suspensão imediata das exportações de petróleo para os Estados Unidos.

Tinha começado a crise que mexeria com tudo e todos no último quartel do sec.xx.

A escassez que se seguiu provocou um violento aumento de preços que desarticulou todos os sectores produtivos e consequentemente uma crise económica internacional.

Só para citar um exemplo, o preço da gasolina passou, nos EUA, de 0,35 para 0,65 USD o galão de 4 litros¹⁵. Tal situação alterou em cadeia, os custos de produção, de transporte e conseqüentemente das despesas do quotidiano em vários países.

Em Portugal, esta situação agravou um clima de instabilidade social o que potenciou conflitos laborais que vezes sem conta, chegaram à greve¹⁶. Vivendo uma situação de incerteza, aumento da inflação e do desemprego, Portugal entrou para 1974 mergulhado numa profunda crise estrutural e conjuntural tanto ao nível social como no económico e no militar¹⁷.

Enquanto isso, cá na região, Moçambique e Angola como colónias portuguesas, e os regimes sul-africano e rodesiano, constituíam entre si aquilo que se pode chamar, por que assim se desenvolveu, de um sistema de domínio do homem branco que mais não era senão o suporte dos interesses das potências ocidentais na

15 DIVINE, 1992:698.

16 CUNHAL 1976:43 "De Outubro de 1973 até ao 25 de Abril de 1974, mais de 100000 operários e um número de camponeses do Alentejo e Ribatejo, participaram numa vaga de greves que vibrou golpes repetidos, incessantes e vigorosos no abalado edifício do regime fascista".

17 SOUSA FRANCO, 1994:175 CUNHAL 1976:22 SPÍNOLA 1974:17-61. Álvaro Cunhal dá detalhes da característica da crise do regime em quatro frentes principais a saber: no aspecto económico,

zona, por um lado e, por outro uma tentativa de

estabelecimento a sul, de uma África branca.

Tal interpretação advém do facto que, não obstante as deliberações da carta das Nações Unidas, no que se refere à obrigatoriedade de autodeterminação dos povos dominados, e da verbal condenação do colonialismo português, do apartheid e da atitude independentista de Smith na Rodésia, as potências ocidentais nada terem feito de concreto, o que deu azo a que os laços de cooperação entre os três regimes se desenvolvessem.

No contexto da guerra fria, alimentava a situação, o choque de interesses geoestratégicos e geopolíticos na região. Devido aos apoios que, quer a Frelimo quer o MPLA, recebiam para a prossecução das suas lutas, dos países do Leste, estava claro que com a independência desses territórios a influência na região penderia para a URSS que naturalmente poria em causa a posição dos ocidentais que tinham na região, entre outras, a fonte essencial da matéria prima básica para o armamento nuclear¹⁸.

18

a guerra das colónias, o isolamento interno e internacional. SPÍNOLA, refere-se também com muito detalhe à "crise que enfrentamos" no seu "Portugal e o Futuro".
Uma boa quantidade de Urânio mundial é extraída nas minas da Namíbia e da África do Sul.

Neste quadro, e considerando a importância da região no contexto da economia mundial, fica claro que a crise não pode ter deixado de reflectir-se com relativa gravidade, o que piorou a situação já bastante degradada dos autóctones que sofriam multiplas privações, discriminações e opressões. Tal veio aumentar a determinação de todos eles de que só com a intensificação das acções armadas, já em curso, é que conseguiriam a sua auto-determinação e independência.

Em Moçambique, porque na época parte integrante de Portugal pluricontinental, a crise produziu os efeitos já descritos em relação à Portugal. Na circunstância, a Frelimo, que se beneficiava de um apoio substancial dos países do Leste europeu, da Ásia e dos sectores progressistas dos EUA e da Europa ocidental, intensificou as acções militares que, após a derrota da operação "Nó Gordio" e dos efeitos de solidariedade que

O Relatório Hastings sobre os massacres de Wiriyamu em Tete, publicado em Londres em Junho de 1973, produzira, ganharam nova dinâmica e motivação.

As movimentações e intenção de Jorge Jardim que

chegavam ao conhecimento da Frelimo através de várias fontes (incluindo do próprio Keneth Kaunda) redobravam a determinação militar da Frelimo que vibrava cada vez mais golpes desarticuladores na estratégia militar portuguesa. É nesse contexto que se vão enquadrar os levantamentos dos civis brancos contra os militares na Beira em Janeiro de 1974 que, aliados à situação real no teatro das operações, vão proporcionar o 25 de Abril como consequência directa da guerra.

É, pois, nestes desfiladeiros de informação e florestas de situações que se devem procurar e encontrar os factores e circunstâncias que determinaram o final da guerra¹⁹ pela independência de Moçambique, que os próximos capítulos trarão mais detalhes.

19

De que o General Kaulza de Arriaga afirma "a nossa guerra nunca foi contra Moçambique, era contra os russos". In: Savana, N.º 2 de 28 de Janeiro de 1994, entrevistado por Salomão Moyana, p.3.

PINTO 1995:417,424 nunca perdeu "a partir dos anos 70, mais de metade dos homens em armas que no ultramar lutam contra a guerrilha são pretos".

Esta é visão da direita portuguesa que sempre considerou que a guerra em Moçambique e nas outras ex-colónias terminou por traição à pátria por parte de algumas figuras militares e civis. Tal posição é contrariada pela análise da esquerda que objectivamente considera que à entrada de 1974, Portugal não estava em condições de vencer a guerra e, caminhava a passos largos para uma derrota militar.

TOMÉ 1984:296 "a derrota política militar, na base da vocação descolonizadora do MFA".

"Quando um exército exige uma solução política(...) é porque está derrotado.(...) Um exército sem reserva e sem retaguarda está derrotado. O Exército Português tinha as reservas esgotadas e a retaguarda subvertida", rematou.

Capítulo III

A Situação Sócio-Política e Económica de Portugal no começo dos anos 70

1. - A situação social

Para analisar a situação sócio-política e económica de Portugal no início da década 70, é necessário recordar que o regime português da época, para além de colonialista era também fascista. Tal situação fazia com que fosse contestado não apenas pelos povos colonizados mas também, e com muita intensidade, pelo próprio povo português, do qual brotaram vários movimentos que de uma forma ou de outra se opunham ao regime.

Vários factores podem ser considerados como tendo estado na origem desses movimentos.

Para o presente trabalho importa considerar que a situação económica portuguesa dos princípios da década 70 não proporcionava uma vida razoável à grande maioria

da população portuguesa.

Uma crise no sector agrícola, o peso das despesas militares e uma cada vez maior solicitação de efectivos para o serviço militar obrigatório, contribuíram para o surgimento dos diferentes movimentos reivindicativos.

As acções levadas a cabo por esses movimentos em várias frentes, contribuíram para complicar mais a já incomfortável posição do regime.

O movimento operário, por exemplo que já se fazia sentir desde antes, liderou acentuadamente a partir do último trimestre de 1973 uma série de greves que ocorriam quase por todo o lado, quer em sectores industriais quer em sectores agrícolas, o que contribuiu para enfraquecer mais o abalado regime colonial.

Esta situação privilegiou o surgimento do movimento democrático português que, não tendo tido campo fértil para as suas actividades devido à conhecida máquina repressiva de que se valia o regime e, por isso mesmo, teve de apurar cada vez mais os seus métodos de trabalho.

Álvaro Cunhal²⁰ considerou que foi a combinação do trabalho legal e clandestino que permitiu ao movimento democrático alcançar os êxitos que conseguiu "nas condições de uma ditadura fascista".

Observe-se que tal como o movimento operário, o movimento democrático reclamava fundamentalmente a liberdade, o fim da guerra colonial, e a redução do custo de vida, o que o tornou numa força aglutinadora das populações.

Paralelamente, o movimento juvenil com acções e manifestações de carácter internacionalista, solidarizando-se com os povos oprimidos, particularmente os que lutavam pela sua liberdade não só nos territórios de ocupação portuguesa mas em todo o lado onde houvesse guerra, tornava extraordinariamente complicada a posição do regime que devia contar com estes jovens para a continuação da guerra no Ultramar até a realização dos seus objectivos.

Em 1973, a contestação juvenil, que a partir das

20

CUNHAL, 1976:45.

Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra,

caracterizava-se por acções agressivas orientadas contra o colonialismo, levou a prisão, pela DGS, de vários estudantes, o que fez endurecer o braço de ferro entre a juventude e o regime²¹.

Produziu-se na época uma situação que foi caracterizada por levantamentos das forças vivas da sociedade numa explosão sócio-política que contrariava as posições do regime, particularmente no que respeitava à continuação da guerra no Ultramar que, alias, consumia quase todos os recursos quer económicos²² quer humanos, aumentando em contra partida as dificuldades sócio-políticas e militares o que abalava toda uma vida nacional.

Esta situação favoreceu o progressivo isolamento social e político do regime que aliado às hostilidades internacionais que este enfrentava, enfraquecia cada vez mais a sua capacidade de defesa.

21 BERNARDO "para além dos reencontros do 1.º de Maio de 1973 entre a juventude e a polícia, em Lisboa e Porto, no dia 3 de Maio registaram-se mais confrontos que para além de prisões e suspensão de estudantes, levaram ao encerramento da Faculdade de Letras e do Instituto Técnico Superior".

22 Mais de 40% do orçamento do estado era gasto em despesas militares. Fernando Rosas, professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa disse em entrevista realizada em Maputo em Novembro de 1996. CARLOS Brito, destacado membro do PCP, referiu-se a esta percentagem durante um debate

As lutas populares que vão ter lugar em várias frentes em 1973 e nos primeiros meses de 1974 vão contribuir para a elevação da consciência política e de organização da sociedade que vai constituir uma força aglutinadora dos vários sectores de luta por uma causa comum; o fim do regime e da guerra e a implantação da democracia em Portugal.

O movimento das forças armadas e a politização do exército aconteceu neste quadro de levantamentos e reivindicações que mostravam nada mais do que a exigência das classes dominadas e exploradas que já não queriam continuar a viver naquela situação e exigiam mudanças mais radicais.

A intransigência do regime, o exame prévio²³ e toda uma carga de repressão²⁴ às liberdades políticas e de expressão, contribuiu para a radicalização de posições

de que o 25 de Abril foi o ponto mais alto.

23 televisivo em Abril de 1994 sobre o 25 de Abril.

BERNARDO 1996:88 e segts Em Maio de 1972 terminara a censura e iniciara o Exame Prévio. Uma nota de Raúl Rego, então editor do jornal "República", para o Presidente do Conselho de Ministros, dava conta que Exame Prévio era, por assim dizer, o novo nome da censura pois os processos continuavam os mesmos.

24 BERNARDO 1996:59 S6 para citar um exemplo, "em 30 de Dezembro de 1972, um grupo de católicos que resolveu fazer uma vigília de 48 horas para reflexão sobre os problemas inerentes à guerra em África, no âmbito da mensagem do Papa Paulo VI, alusiva ao dia Mundial da Paz", viu-se envolvida em escaramuças com a polícia que fez prisioneiras várias pessoas naquilo que ficaria na história como "os incidentes da capela do Rato".

2 - A situação política

Portugal do princípio da década 70 apresentava todas as características de um estado fascista. Um estado unipartidário, com a ANP no poder, um estado em gradual derrota militar (grande mobil do fascismo italiano e nazismo alemão) nas diferentes frentes da guerra colonial que travava em África, um estado em constante apelo à Nação (una e indivisível, o país no seu todo pluricontinental), um estado com um sistema policial rigoroso e uma elevada militarização da juventude (quer a europeia quer a africana) para além do emprego da violência e do terror, eram algumas características do Portugal do pré 25 de Abril.

Esta situação e conduta do regime de Salazar e Caetano, não tinha permitido que surgissem e se implantassem legal e publicamente no império, formações políticas opostas aos ideais do regime.

Mesmo assim, importa indicar que a violência e a opressão do sistema não deixou de criar e consolidar um espírito contestatário em vários sectores da vida

portuguesa.

As primeiras manifestações vão ser dadas pelos liberais que embora sem consistência vão ensaiar uma oposição ao regime de Caetano.

São os casos da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) e da Comissão Eleitoral Monárquica (CEM).

Mais tarde surgem o Partido Socialista fundado em Abril de 73 na Alemanha, os democratas de Moçambique entre outros que, tal como o Partido Comunista Português (PCP), produto da acção da DGS, praticamente não representavam ameaça alguma para o regime²⁵.

A intervenção da polícia para dispersar manifestantes pacifistas na capela do Rato em Dezembro de 1972, quando católicos correspondendo à exortação papal, rezavam pela paz, numa vigília de 48 horas, convocadas para uma reflexão sobre a problemática das guerras africanas, resultou na prisão de quase uma centena de pessoas num esforço do regime para abafar por todos os meios, manifestações de natureza política. A

25

REIS, 1994:13.

consequência desta actuação, no entanto, foi o

alastramento das acções políticas de oposição ao regime às quais a própria igreja passou a ser interveniente directo, quer em Portugal quer em Moçambique.

Aliás, o Relatório Hastings sobre o massacre de Wiriyamu publicado 6 meses depois do acontecimento e num momento particularmente importante para a política do regime, a visita de Marcelo Caetano à Inglaterra, testemunha como alguns sectores da igreja se aliaram num movimento político oposicionista contra o regime português²⁶.

Por outro lado, mais militarizados do que políticos, pode-se falar ainda dos movimentos como a ARA (Acção Revolucionária Armada) de cujas acções militares desenvolvidas desde 1970, estavam orientadas no combate contra as guerras que Portugal travava em África²⁷. Aliás, o surgimento do movimento dos capitães revela em

26

BERNARDO 1996:59,61 dá alguns detalhes sobre esta questão sobretudo quando aborda "o caso da capela do Rato" e destaca que "A igreja moçambicana e o Bispo do Porto prosseguem no confronto com o regime".

27

CUNHAL 1976:53 E 54 Em 26 de Outubro de 1970, o Navio Cunene utilizado para o transporte de tropas, foi sabotado e imobilizado no porto de Lisboa. Em 21 de Novembro de 1970 foi destruída grande quantidade de equipamento militar no cais de embarque. Em 8 de Março de 1971 helicópteros e aviões foram destruídos na base de Tancos. A 4 de Junho de 1971 a reunião da Nato que decorria em Lisboa viu-se vedada de comunicações internacionais. Em 27 de Outubro de 1971 um Quartel General foi destruído na véspera da sua inauguração e a 12 de Janeiro de 1972 de novo uma quantidade de equipamento militar é destruído pouco antes do seu embarque.

sí, a politização das forças armadas, o que colocava em posição particularmente delicada o regime que se debatia com uma crise²⁸ generalizada que contribuiria para o término das guerras africanas após a Revolução do 25 de Abril.

3 - A situação económica

Não é intenção neste trabalho analisar a evolução ou o estágio da economia portuguesa no período em referência. O que se pretende indicar é como ela reagiu à crise Internacional de 1973 e como essa reacção influiu na guerra colonial e no seu final.

O conflito Israelo-árabe de Outubro de 1973 provocou reacções diferentes quer ao nível político quer ao nível económico. Com efeito, a posição tomada pela URSS perante a reacção Israelita, cujo exército repelira os exércitos do Egípcio e do Sírio, posicionando-se a cem quilómetros de Cairo e a trinta de Damasco²⁹, capitais do Egipto e da Síria respectivamente, forçou os Estados

28

SPÍNOLA 1974:19, 54 "A crise que enfrentamos" "Crise do Regime".

29

LOPES, 1991:31.

Unidos a lançarem um "alerta nuclear global"³⁰ o que obrigou os israelitas a aceitarem o cessar fogo proposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta movimentação militar e diplomática no Médio Oriente produziu o que ninguém esperava na ocasião. Os países da OPEP, nomeadamente Arábia Saudita, Koweit, a Líbia entre outros, decidiram e anunciaram a 17 de Outubro de 1973 um bloqueio petrolífero aos países industrializados do ocidente³¹ em reivindicação da devolução dos territórios árabes ocupados por Israel desde a guerra dos 6 dias de 1967, o que criou um pânico no mercado mundial, fazendo com que os preços e a inflação disparassem em flecha.

Nessa época, Portugal vivia já uma situação de intranquilidade social, com greves e conflitos sociais em várias empresas quer agrícolas quer industriais³². O violento aumento do preço do petróleo que se verificou após a decisão dos árabes desarticulou toda a

30 DIVINE, 1992:696.

31 LOPES, op. cit. p.32

O desenvolvimento que Divine faz, indica que os "países da OPEP decidiram um corte de 5% na produção" e outros tantos mensais até que Israel devolvesse os territórios ocupados. DIVINE, op. cit. p.696.

32 CUNHAL 1976:43 "De Outubro de 1973 até ao 25 de Abril, além de muitas centenas de pequenas lutas nas empresas, mais de 100.000 trabalhadores dos centros industriais e milhares de trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo participaram numa vaga de greves que vibrou golpes repetidos, incessantes e vigorosos na abalado edifício do regime fascista".

actividade económica dos países industrializados³³, o que se tornou calamidade nos países pobres como era o caso de Portugal.

Produto dessa situação, a economia portuguesa que já se ressentia com o peso das despesas militares resultantes da mobilização de várias centenas de homens para o serviço militar obrigatório, que deviam ser equipados, armados e alimentados, com a elevada emigração de cidadãos para os países da Europa Ocidental quer por motivos económicos, sociais, quer por político-militares, não conseguia contrariar a evolução da situação que dava já sinais claros de que mais dia, menos dia a queda do regime seria um facto. A taxa de inflação ultrapassou os 30% numa altura em que se verificava uma instabilidade monetária o que de certa maneira agravou a luta das massas contra o regime e contra a guerra colonial em particular.

Para Moçambique, esta situação foi particularmente grave uma vez que por política económica portuguesa, Moçambique, tal como as outras colónias, devia ser produtora de matérias primas que deviam alimentar as

33

LOPES, 1991:32; DIVINE, 1992:697.

indústrias da metrópole e mercado para os produtos daquelas. Tal posição não permitia o desenvolvimento das poucas indústrias que tentavam implantar-se no território e tornava praticamente impossível o surgimento de novas.

A relação de dependência que se produziu transformou o território num insolvente em relação à Metrópole devido, sobretudo, ao desequilíbrio nas relações de troca entre as matérias primas e os produtos acabados. Por outro lado os direitos sobre produtos importados em outros países sofreram um agravamento que desarticulou particularmente a actividade comercial do território.

Mais, Moçambique foi obrigado a só gastar no exterior as importâncias para que tivesse meios imediatos de coberturas.

Os agentes económicos a operarem em Moçambique viam afundar cada vez mais as esperanças de recuperação e estabilização económica do território.

Vozes constestatárias ouviam-se em todos os sectores sendo de destacar a intervenção, na Assembleia Legislativa em Dezembro de 1973, do Dr. Joaquim Nunes

de Silveira, presidente da Associação Comercial da Beira, sobre a "desmoralização cívica".

Joaquim Nunes apontou factos e comportamentos que, se não eram causas, pelo menos contribuíam grandemente para a situação que se vivia em Moçambique.

"A política económica de Moçambique precisa de ser revista em vários pontos (...). Têm que ser revistos também os métodos e sistemas", disse quase a terminar a sua intervenção.

É neste estado de desmoralização geral que os colonos do centro do país foram encontrados pela situação de Janeiro de 1974 que culminaria com o "ataque" à messe dos oficiais no Macuti, o que transformou o exército em "bode expiatório" da situação que se vivia em Moçambique.

Em todos os ângulos de análise, verifica-se, pois, que o 25 de Abril foi mesmo consequência da guerra colonial e causa do seu final. Esta situação permite considerar que a componente económica contribuiu também da sua maneira para o final da guerra colonial.

2ª Parte

Capítulo IV

A Situação da Guerra

Em Moçambique, tal como nas outras colónias portuguesas, decorria há cerca de 10 anos, uma guerra subversiva que de acordo com a classificação das guerras, corresponde a uma das variantes das guerras internas que, sendo "um acto de violência, cujo objectivo é forçar o adversário a aceitar a nossa vontade"³⁴, é "conduzida no interior de um território por parte da população ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território"³⁵.

No quadro dessa guerra e para compreensão do que me

³⁴

COUTO, 1988:144.

proponho abordar neste capítulo, gostaria de me referir a alguns acontecimentos que de uma ou de outra forma, poderão ter contribuído para o seu desfecho.

Em 1970 registaram-se três factos aparentemente isolados uns dos outros mas que no conjunto orientariam o decurso da guerra no sentido conhecido por todos.

Primeiro, foi a tomada de posse do General Kaúlza de Arriaga como comandante-chefe de Moçambique em Março, de quem ou com quem surgiu a ideia da operação " NÓ Górdio" de que falaremos adiante.

Segundo, foi a nomeação de Samora Machel durante a sessão do Comité Central da Frelimo, realizado de 9 à 14 de Maio, o que veio a trazer uma nova dinâmica na organização, particularmente no que respeita à actividade militar em função da operação NÓ Górdio e do provável estrangulamento do movimento dos guerrilheiros previsto com a construção do empreendimento HCB.

Terceiro, foi o desencadeamento pelo exército português na Guiné, da operação " Mar-Verde", uma invasão à

Conacry em Novembro de 1970³⁶ sob comando do comandante Alpoim Calvão que mereceu uma reforçada condenação internacional e um redobrado isolamento do regime numa altura em que mais precisava de apoios para a sua guerra.

Estes três acontecimentos influenciaram o decurso da guerra nos anos subsequentes e determinaram praticamente o seu final.

A operação "Nó Górdio" planeada e levada a cabo por Kaulza de Arriaga, exigiu uma grande mobilização de homens e material o que fez com que a sua organização e preparação não passasse despercebida dos homens da FRELIMO que tinham as suas antenas bem levantadas para captar todos os movimentos do inimigo.

O coronel na reserva José António Chaúma, então 1º chefe adjunto da Segurança do Departamento de Defesa da Frelimô na época, recordou que "Foi em 1969 que tivemos informação da vinda de um general de nome Kaulza de Arriaga especializado na luta contra a guerrilha". Devido a essas informações, Samora Machel deslocou-se a

36

SAMBO 1989:37,40 Pormenores sobre esta operação de autêntica invasão.

Cabo Delgado para orientar uma reunião em Muidumbe com os quadros do sector.- Por essas alturas, uns soldados desertores do exército português entregaram-se à Frelimo para quem confirmaram a vinda do general.

Samora Machel instruiu para a mudança imediata das bases para outros locais e regressou a Nachinguea para preparar uma antepação do ataque de Kaúlza de Arriaga.

As populações foram organizadas e transferidas para zonas de refúgio. Foi reforçado o sistema de vigilância para detectar prováveis infiltrações no seio da guerrilha e das populações. Enquanto isso, o material necessário ia chegando, entre ele canhões de 75 mm e morteiros de 80 o que permitiu o ataque antecipado às forças de Kaúlza de Arriaga do que resultou muitas mortes e captura de vários soldados portugueses.

Segundo o General Manuel Amorim de Sousa Meneses³⁷, "a situação no norte de Moçambique estava insuportável no final dos anos 60. De Mocimboa da Praia até Mueda levava-se mais de 12 horas de marcha e com muitas perdas humanas e materiais. Foi, pois, com o intuito

37

O General Meneses, que foi entrevistado em Lisboa em Agosto de 1996 na companhia dos generais

de, primeiro, descongestionar a região das acções da FRELIMO, segundo, de lhe retirar a possibilidade de reforço e apoios a partir da Tanzania e, terceiro, retirar-lhe a adesão popular que foi planeada e levada a cabo, a operação "Nó Górdio".

O coronel na reforma José Chaúma³⁸ que participou directamente nesta operação recorda que "foi a 1 de Março de 1970 que uma sofisticada força aérea pulverizou a base Malaquenda seguido por um grande efectivo de infantaria. Só que, por essa altura, a base estava abandonada e as bombas não mataram ninguém".

Inicialmente apontada para as bases Gungunhana, Moçambique e Nampula que para o efeito, foram denominadas alvo Alfa, Bravo e Charlie respectivamente, todas elas localizadas em Cabo Delgado, a operação consistiria em cercar a zona, guarnecê-la e assaltar as bases tendo em conta que "tudo o que mexer é inimigo". Ela foi essencialmente, uma grande movimentação de homens e materiais que imaginando-se uma vitória militar fácil através de uma pulverização militar das

38

Pedro Cardoso e Melo Egídio, foi o responsável pela logística de toda a operação "Nó Górdio". O coronel José Chaúma foi entrevistado a propósito em Pemba, Cabo Delgado em Fevereiro de 1997.

zonas alvos³⁹, se destinava à extinção definitiva da FRELIMO

O que se sabe, no entanto, tal como disse atrás, é que, produto das informações que conseguiu reunir, a Frelimo tratou de instruir as populações e os guerrilheiros para abandonarem a zona a tempo.

Quando a operação foi desencadeada⁴⁰, o exército português idealizara atingir a base central (Moçambique) em pelo menos 24 horas. Porém "a resistência oferecida pelos guerrilheiros da base Nampula comandados por Ernesto Ndupa, foi tal que o exército foi imobilizado durante 7 dias", segundo revelou o coronel Chaúma, o que permitiu a evacuação das outras bases da zona.

É assim que quando finalmente o exército português conseguiu transpôr a barreira e chegar a base Gungunhana, esta já estava vazia. Mesmo assim, ocupou-a e nela se instalou com toda a força o que deu azo a que a operação fosse considerada um sucesso militar de tal ordem que Kaúlza foi à Lisboa dizer que a "guerra,

39

MELO 1988:34 "Nesta guerra, meus senhores, não existe a clássica divisão estabelecida entre povos civilizados de cultura cristã ocidental, que distingue combatentes e civis não beligerantes(...) Assim, todo o ser vivo encontrado é um inimigo a abater. Esta é uma luta de vida ou morte".

militarmente está ganha⁴¹".

Paralelamente, iniciou a guerra psicológica que visava a conquista das populações, retirando desse modo, a base de sustentação da guerrilha.

O plano de construção da vila de Nangade para ser habitada pelas populações locais, usufruindo de todas as comodidades de uma cidade moderna⁴², visava demonstrar a boa vontade das autoridades portuguesas em construir um mundo melhor para todos.

Acontece é que Nangade distava cerca de 100 Kms do ponto de desembarque do material o que transformou as colunas de transporte num segundo alvo da guerrilha da FRELIMO para quem o próprio Kaúlza de Arriaga reconhecia em Setembro de 1970 que "a guerra em Moçambique ao contrário do que alguém possa pensar, está longe do seu fim⁴³". Aliás, segundo o coronel Chaúma, pouco tempo depois de a tropa de Kaúlza de Arriaga ter ocupado a base de Gungunhana, que, entretanto, tinha sido abandonada pela Frelimo, esta

40 REIS e MUINANE 1975:153 em Maio de 1970.

41 MELO, 1988:17.

42 O General Meneses, durante a entrevista, referiu-se a "montagem em Nangade de uma aldeia modelo à europeia, onde não faltaria até um circuito fechado de TV".

43 ANTUNES, 1996:309.

concentrou nela tanto fogo que o exército foi obrigado a retirar para locais mais fortificados. Nessa altura a operação mudou de direcção e a Frelimo passou a estar na ofensiva. Pequenos grupos foram organizados e instruídos a fazer três combates por dia de modo a dar a impressão de que os guerrilheiros eram muitos.

Os combates foram de tal ordem intensificados que o exército português foi forçado a concentrar as populações em aldeamentos como forma de conter o avanço da guerrilha.

No entanto, a previsão de Kaúlza de acabar com a guerrilha em 6 meses foi posta em causa e esta tinha dado provas de capacidade que animava cada vez mais as esperanças de vitória.

A propósito, Samora Machel é citado como tendo dito em 1971 que "o facto de termos sido capazes de defrontar vitoriosamente 40.000 soldados portugueses equipados com as armas mais modernas, demonstrou que o nosso combate atingiu já um estágio a partir do qual não podemos ser vencidos⁴⁴".

44

ANTUNES, 1992:143.

As perdas⁴⁵ em homens e em materiais que o exército português sofreu, permitiu, à FRELIMO, considerar que a resistência oferecida tinha sido um sinal de capacidade, uma vitória militar que dava, de facto, uma esperança redobrada para a vitória final. Os sucessos na operação proclamados pelo General Kaúlza, não passavam, com efeito, de um sensacionalismo triunfalista que outros oficiais e não só, sabiam tratar-se de uma farsa. "Nó Górdio foi-nos prejudicial. Além de extremamente custosa em termos materiais, acabou por transferir a iniciativa operacional para o campo inimigo" disse Costa Gomes enquanto que Spínola considerava que "Nó Górdio foi um fracasso"⁴⁶.

Nestes moldes é legítimo afirmar que a operação Nó Górdio resultou em derrota para o exército português⁴⁷ que foi forçado a deixar no terreno muitos mortos e mutilados, grande quantidade de material para além de não ter conseguido, sequer, montar a sonhada aldeia modelo.

Para a Frelimo, foi uma vitória que levantou a moral e

45

MELO, 1988:17.

46

ANTUNES, 1992:144.

47

CHRISTIE, 1996:131 "na sequência da derrota da ofensiva Nó Górdio, de Kaúlza de Arriaga, em 1970, as forças da Frelimo tinham feito pressão para sul, cada vez mais profundamente no coração económico do país, drenando homens e dinheiro de um Portugal já enfraquecido".

encheu de confiança toda a organização que, não tendo sido extinta, tal como previa Kaúlza, expandiu as suas zonas de influência e mobilização mercê ainda da grande ajuda em equipamentos que recebia de países como China, URSS, Cuba e Argélia.

Esta expansão foi em parte facilitada pela excessiva concentração da tropa portuguesa em Tete para a protecção das obras da construção da barragem de Cahora Bassa. Com efeito, enquanto o exército prestava mais atenção na protecção das obras e das colunas de transporte de equipamentos, por supostamente a Frelimo ter considerado o empreendimento como alvo, deixava desguarnecida várias zonas que permitiram a calma infiltração e posicionamento da guerrilha em outras zonas inclusivé na margem sul do Zambeze sem que o exército o notasse, o que apanhou de surpresa os comandos portugueses quando a luta armada foi desencadeada na região.

Com efeito, quando em Julho de 1972 foi aberta a frente de Manica e Sofala, o exército português foi apanhado em contra pé, uma vez que, até lá achava que o epicentro da guerra fosse Tete, onde a Frelimo havia

concentrado as suas forças logo a seguir à derrota da NÓ Górdio e de onde se reportavam a morte de mais de 1000 soldados portugueses no período que compreendia o 2º semestre de 1971 e o 1º de 1972⁴⁸.

As actividades militares da Frelimo desarticularam significativamente o exército português e chamaram para a organização, mais apoios e solidariedade internacional.

Noruega, Dinamarca e Suécia, foram alguns dos países que apoiaram a luta da Frelimo para além dos africanos que decidiram redobrar a sua solidariedade⁴⁹.

Na sequência desses apoios, a África do Sul e Rodésia, os Estados Unidos e Japão, França e Inglaterra e a Alemanha Ocidental, também reforçaram o seu apoio à Portugal através de envio de tropas, armas, aviões e outros tipos de equipamento militar visando contrariar o impetuoso avanço da Frelimo.

48 MACHEL 1977:98 "No período do ano que estamos a considerar, abatemos 4 aviões e 2 helicópteros, destruimos 10 locomotivas e 23 vagões, afundamos 14 barcos de patrulha no rio Zambeze, atacamos 37 postos, destruimos 168 viaturas, sabotamos 7 pontes e matamos mais de 1000 soldados portugueses".

49 MACHEL 1977:99 "Esta solidariedade internacional foi manifestada também durante este ano pela visita de 26 personalidades estrangeiras às zonas libertadas do nosso país".

Aliás, Freire Antunes indica que tal apoio era acompanhado de acusação a Portugal de "ineficácia na contenção dos rebeldes o que resultou no aumento da ajuda militar de Pretória e de Salisbúria ao comando de Kaúlza" de que vale, por exemplo, indicar que "oficiais da Força Aérea rodesiana, pilotando aviões sul africanos, integravam-se desde 1971 em manobras ofensivas do exército português⁵⁰"

Mas a Frelimo já se mentalizara de que nada nem ninguém podia parar o avanço para a Independência de Moçambique.

Os massacres que vão acontecer em Wiriyamu, Chawola e Juwau em Tete⁵¹ podem ser classificados como um sinal de puro desespero do exército, incapaz de fazer face às investidas dos guerrilheiros.

A Frelimo encarou a situação com muita seriedade considerando que "a aliança imperialista contra a qual temos de lutar deve ser um estímulo para nós, deve

50

ANTUNES, 1992:201.

51

AMARO 1976 EXPRESSO, 05.12.1992:12-24; TIMES de 10.07.1973 Veja detalhes em AMARO, Massacres na guerra colonial, Tete, um exemplo.

Veja testemunhos dos sobreviventes e dos executores do massacre de Wiriyamu na Revista Expresso (de Lisboa)

reforçar a nossa determinação⁵²" o que de facto aconteceu.

Em 1973, as acções militares da Frelimo foram intensas e visaram essencialmente bases militares e áreas urbanas em todas as frentes de combate⁵³ o que de certo modo inquietou os colonos que até então, de guerra, só ouviam falar. Mário Tomé considerou que "a actividade da Frelimo em 1973 é bastante grande (...) a infiltração e as suas acções nos distritos da Beira e Vila Pery iria ser decisiva para apressar a desagregação da resistência do exército colonial e aprofundar o pânico entre os colonos brancos habituados a ouvir falar da guerra no Norte".

A africanização da guerra que se iniciara em 1970⁵⁴ com a constituição dos GE e GEP's ganhou contornos de estratégia colonial uma vez que os efectivos de militares africanos no exército português atingiam os 60%⁵⁵ em 1973.

52 Veja a denúncia no relatório Hastings publicado no TIMES de Londres.
MACHEL 1977:100.

53 TOMÉ, 1984:298.

54 ANTUNES 1996:356 "Um fruto da parceira Kaulza-Jardim, dentro da estratégia da africanização da guerra, foi o surgimento dos GE e GEP. (...) Kaulza quiz minorar o problema de recrutamento de efectivos, comprometer a população contra a Frelimo e aumentar a eficácia no terreno, e para isso patrocinou ao longo de 1970, numa base experimental, a formação dos GE e dos GEP".

55 WHELLER s/d:239; PINTO 1996:424 "enquanto a documentação oficial portuguesa não estiver ao alcance dos investigadores, números exactos não serão conhecidos. Porém, estimativas indicam que entre 73 e 74 era de 60% o número de efectivos africanos no exército português".

No quadro e centro deste processo destacou-se o posicionamento e plano de Jorge Jardim. O conhecido empresário, "diplomata" e agente secreto de Salazar, vai também apresentar-se como político e civil estrategista militar. Foi praticamente dono da mais operacional e aguerrida força de contra guerrilha⁵⁶, conhecida em Moçambique, os GE e os GEP's.

O que Jardim pretendia no fundo era, uma vez verificada a incapacidade do regime português em vencer a guerra contra a Frelimo, proclamar uma Independência Unilateral do tipo da que Smith havia declarado na Rodésia em 1965. Por outras palavras, Jardim pretendia liderar um estado Moçambicano de brancos em antecipação do da multirraciedade defendido e exigido pela Frelimo.

Aliás, as negociações secretas que produziram um acordo também secreto com o presidente Kaunda em Setembro de 1973, sustentam as afirmações de João Paulo Guerra segundo as quais, na sua visita de Janeiro de 1974, Costa Gomes conseguiu "ver a cor branca para a

"São os GE e GEP quase inteiramente compostos por negros do recrutamento provincial e que darão boa conta do recado. Aliás em princípios de 1974, cerca de 60% dos efectivos militares portugueses em Moçambique são constituídos por elementos locais".



Independência no horizonte do território⁵⁷".

Para este empreendimento, Jorge Jardim contava com o apoio de grande parte dos colonos de Moçambique para quem Costa Gomes indica que "os brancos de Moçambique queriam era a independência feita nos moldes da Rodésia de Ian Smith⁵⁸"

É tendo em conta todo este cenário que Freire Antunes considera que "as tropas negras nascidas da aliança entre Jorge Jardim e Kaúlza, com o incedível trabalho de campo de Cristina, trouxeram uma nova dimensão à guerra em Moçambique e aos futuros sonhos separatistas de Jorge Jardim⁵⁹".

Tais movimentações políticas e militares de Jorge Jardim também contribuíram para a intensificação das acções da Frelimo que, no dizer de Samora Machel por ocasiões do 25 de Setembro de 1973, "de Setembro do ano passado (1972) a princípio de Setembro deste ano, (1973) as nossas forças liquidaram cerca de 2300 soldados portugueses, atacaram, destruindo total ou

56 ANTUNES, 1996:357-358.
57 GUERRA, 1996:90.
58 GUERRA, 1996:89.

parcialmente 120 bases e postos do inimigo, destruíram no solo ou abateram 49 aviões e helicópteros, afundaram 11 barcos, destruíram 283 viaturas militares de todos os tipos, 5 comboios e 13 pontes⁶⁰.

Ken Flower é citado como tendo dito que "em 1973, em função da deterioração da situação militar em Moçambique, os três países (Rodésia, África do Sul e Portugal) tinham discussões tripartidas e foi combinada em princípio uma estratégia comum de **Joint Defence of Zambezi River Line**⁶¹.

Na sequência disso, militares rodesianos, operaram na região da zona operacional de Tete (zot) de onde concluíram in loco que "os militares portugueses tinham pouco entusiasmo pela guerra". Freire Antunes indica, a propósito, que "à medida que as actividades da guerrilha aumentaram em 1973, também os rodesianos entraram mais dentro de Moçambique⁶².

Por seu turno, Samora Machel, no discurso atrás

59

ANTUNES, 1996:358.

60

MACHEL 1977:106; JACQUES 1985:35 A este propósito, Georgette Jacques indica que "não se conhecem com precisão as perdas do lado africano mas sabe-se que Portugal deixou nos três campos de batalha cinco mil mortos, trinta mil feridos e vinte mil mutilados".

61

ANTUNES, 1996:432.

referido considerou que "abertamente e sem limitações, a África do Sul e Rodésia entram em guerra contra o nosso Povo"⁶³, enquanto que os colonialistas tratavam de "mudar a cor dos cadáveres do seu exército" através da aceleração da criação e utilização dos exércitos das OPVs, GEs e GEPS⁶⁴.

A situação, segundo Samora Machel, representava "um índice seguro da derrota iminente da confusão e caos nas fileiras colonialistas portuguesas"⁶⁵.

Derrota iminente e confusão que levou à realização da guerra contra a guerra colonial em Portugal e à criação do movimento dos capitães que a pouco e pouco se foi politizando e autonomizando a tal ponto que, a certa altura não só em Moçambique, mas também na Guiné e em Angola, "tinha se um comando sem exército"⁶⁶.

A origem do movimento dos capitães é remetida muitas

62 ANTUNES, 1996:434.

63 MACHEL 1977:113.

64 EXPRESSO, 05.12.1992:24 Na retrospectiva que o "Expresso" fez ao acontecimento em 1992, pode-se ler: "A Guerrilha em Tete aquecia. Kaulza de Arriaga importa modelos celebrizados na guerra do Vietname: os aldeamentos (...) e a africanização da guerra com companhias integradas por negros. A solução fazia rir Samora Machel. <<Eles estão a substituir os cadáveres brancos por negros porque já não têm efectivos>> recorda Hama Thai".

65 A vitória constrói-se, op. cit. p.114.

66 O Dr.Fernando Rosas considerou, em entrevista concedida em Maputo, que o desfazimento que a dada altura se verificou no seio do exército português entre os comandos e o exército, não

vezes a publicação do decreto lei nº353/73 de 13 de Julho que, segundo analistas, não dignificava a carreira dos oficiais do quadro permanente. Na análise que apresento, o movimento dos capitães tem origem na sequência das derrotas que o exército português sofria no terreno e nas três frentes de combate.

O decreto, esse, serviu apenas de pretexto, uma vez que, pela ética militar, levantamentos e ou rebeliões de militares constituem graves infracções disciplinares de penas pesadas particularmente quando se está em situações de guerra como a que se vivia em África⁶⁷.

No concreto, os militares já não queriam combater pois sabiam que a situação nas frentes era de morte certa ou iminente, dada a agressividade da guerrilha. Por outro lado, a integração no exército na qualidade de milicianos de jovens saídos das Universidades numa altura em que em Portugal era forte a guerra contra a

67

permitia a continuação da guerra.

CARVALHO 1978:156-157 "- Vasco, suponhamos que, a mais ou menos curto prazo, o governo recusa em toda a sua linha e os objectivos com que iniciámos esta luta são alcançados com a revogação dos decretos, o que é possível, achas que a partir daí o movimento se desfaz?

- Não faço ideia mas a minha opinião é que não devia desfazer-se (...) e qual é a sua opinião?

- Tal como a maior parte, senão toda a malta, pouco ou nada sei de política. Mas desde que sou oficial que ambiciono participar activamente numa acção que leve a queda do governo". Este estrato de uma conversa entre Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho, principais mentores do 25 de abril, sustenta a minha tese de que o movimento organizou-se, produto da situação nas frentes e não devido ao decreto evocado.

guerra colonial, fazia com que o contacto destes com a realidade, provocasse um sentimento de revolta contra o regime e, de certa maneira, de solidariedade com a causa dos movimentos de libertação.

Nestas circunstâncias a evolução dos acontecimentos vai rapidamente ultrapassar o limite das reivindicações pelo prestígio e regalias, passando a uma frente de luta contra o regime pois que já se consolidava a consciência de que só com a queda do regime é que seria possível o fim da guerra colonial e com isso, a democratização e desenvolvimento do país.

Capítulo V

O quadro situacional em 1974

Parta-se do princípio de que num mesmo teatro de operações se desenvolviam duas guerras. Uma de domínio, levada a cabo pelo exército português e outra, de libertação, levada a cabo pela Frelimo ⁶⁸.

68

Aliás, o anexo II deste trabalho é um grande suporte da minha tese sobre esta matéria. O professor Dr Luís Moita, Vice Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa que o entrevistei a propósito, considera que "uma precisão se impõe" quando se fala das guerras havidas nos ex-territórios portugueses em África, pois que as mesmas podem e devem ser analisadas quer sob ponto de vista dos povos africanos, quer sob ponto de vista português".

Na revista crítica de ciências sociais n.º 15/16/17 Maio de 1985, está inserido um artigo de sua

A guerra de dominação levada a cabo pelo exército português fazia-se em três frentes, todas elas principais e afastadas milhares de quilómetros, uma das outras (Angola, Guiné e Moçambique).

Em 1974, a situação militar apresentava dois cenários distintos para as "duas guerras" atrás referidas.

No que se refere à guerra da Frelimo, vale dizer que desde o ano anterior que as suas actividades eram consideradas bastante grandes⁶⁹ sobretudo na recentemente aberta frente de Manica e Sofala. Essas actividades conheceram um salto considerável nos primeiros meses de 1974, de tal ordem que o Quartel General da Região Militar de Moçambique em relatório especial de 5 de Junho de 1974⁷⁰ dava conta da "alarmante" situação a que estava votado o exército português. Aliás, na análise que Mário Tomé faz, reconhece-se que "as actividades da Frelimo aumentaram qualitativa e quantitativamente nos eixos Beira/Rodesia,

autoria intitulado "Elementos para um balanço da descolonização portuguesa" apresentado num colóquio subordinado ao tema "Portugal 1974-1984: dez anos de transformações sociais". Nele, Luís Moita detalha sobre a necessidade da precisão quando se aborda a problemática das guerras havidas nos ex-territórios portugueses de África. Ele é enfático na sua análise afirmando ser imperioso que se analise o processo sob dois pontos de vista (um português e outro dos povos colonizados) ao invés do que tem acontecido, colocando Portugal como protagonista quase no singular, do processo de descolonização que foi aliás produto da derrota militar sofrida em África".

69

TOMÉ, 1984:298.

70

MEDINA, 1985:98.

Sena/Vila Fontes e Inhaminga/Muanza, na Frente de Manica e Sofala enquanto que na Frente de Cabo Delgado era estreada uma nova arma sofisticada, o

Míssil Terra-ar "Sttela" que colocava indiscutivelmente a guerrilha da Frelimo na posição de vantagem em relação ao exército português⁷¹, numa altura em que na Frente do Niassa era introduzido o sofisticado foguetão ou morteiro de 122 mm.

Com este incremento as actividades da guerrilha assumiram aspecto explosivo, se se considerar que elas já eram alarmantes para as populações e exército portugueses desde a acção que vitimou a mulher de um fazendeiro em Manica a 14 de Janeiro de 1974,⁷² a que se seguiram outras tantas que puseram em pânico a população branca da região que até então havia considerado a guerra algo remota naquela zona, o que de repente veio a opôr os civis brancos dos militares a quem acusavam de incapacidade e falta de seriedade na realização das suas obrigações⁷³.

71

TOMÉ 1984:297 indica que "o material cedo começou a ser inferior em qualidade e em quantidade em relação ao do inimigo".

72

CARVALHO 1978:189 e sgts; TOMÉ 1984:299.

73

Nas várias entrevistas por mim realizadas em Portugal com militares de alta patente e políticos e académicos, o episódio registado na cidade da Beira a 17.1.74 é sempre citado. Com efeito, nesse dia centenas de colonos brancos concentraram-se junto à Messe de Oficiais da Beira exigindo que todos os militares a abandonassem de regresso para a frente de combate de onde, aliás, não deviam ter saído. Apedrejamentos e gritos de "vai para o mato malandro" entre outros insultos foi o que aquela concentração produziu naquela noite.

África do Sul e Rodésia entram em guerra contra o nosso Povo"⁶³, enquanto que os colonialistas tratavam de "mudar a cor dos cadáveres do seu exército" através da aceleração da criação e utilização dos exércitos das OPVs, GEs e GEPS⁶⁴.

A situação, segundo Samora Machel, representava "um índice seguro da derrota iminente da confusão e caos nas fileiras colonialistas portuguesas"⁶⁵.

Derrota iminente e confusão que levou à realização da guerra contra a guerra colonial em Portugal e à criação do movimento dos capitães que a pouco e pouco se foi politizando e autonomizando a tal ponto que, a certa altura não só em Moçambique, mas também na Guiné e em Angola, "tinha se um comando sem exército"⁶⁶.

A origem do movimento dos capitães é remetida muitas

63

MACHEL 1977:113.

64

EXPRESSO, 05.12.1992:24 Na retrospectiva que o "Expresso" fez ao acontecimento em 1992, pode-se ler: "A Guerrilha em Tete aquecia. Kaulza de Arriaga importa modelos celebrizados na guerra do Vietname: os aldeamentos (...) e a africanização da guerra com companhias integradas por negros. A solução fazia rir Samora Machel. «Eles estão a substituir os cadáveres brancos por negros porque já não têm efectivos» recorda Hama Thai".

65

A vitória constrói-se, op. cit. p.114.

66

O Dr. Fernando Rosas considerou, em entrevista concedida em Maputo, que o desfazamento que a dada altura se verificou no seio do exército português entre os comandos e o

vezes a publicação do decreto lei nº353/73 de 13 de Julho que, segundo analistas, não dignificava a carreira dos oficiais do quadro permanente. Na análise que apresento, o movimento dos capitães tem origem na sequência das derrotas que o exército português sofria no terreno e nas três frentes de combate.

O decreto, esse, serviu apenas de pretexto, uma vez que, pela ética militar, levantamentos e ou rebeliões de militares constituem graves infracções disciplinares de penas pesadas particularmente quando se está em situações de guerra como a que se vivia em África⁶⁷.

No concreto, os militares já não queriam combater pois sabiam que a situação nas frentes era de morte certa ou iminente, dada a agressividade da guerrilha. Por outro lado, a integração no exército na qualidade de milicianos de jovens saídos das Universidades numa altura em que em Portugal era forte a guerra contra a

67

exército, não permitia a continuação da guerra.

CARVALHO 1978:156-157 "- Vasco, suponhamos que, a mais ou menos curto prazo, o governo recusa em toda a sua linha e os objectivos com que iniciamos esta luta são alcançados com a revogação dos decretos. o que é possível, achas que a partir daí o movimento se desfaz?

- Não faço ideia mas a minha opinião é que não devia desfazer-se (...) e qual é a sua opinião?

- Tal como a maior parte, senão toda a malta, pouco ou nada sei de política. Mas desde que sou oficial que ambiciono participar activamente numa acção que leve a queda do governo".

Este estrato de uma conversa entre Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho, principais mentores do 25 de abril, sustenta a minha tese de que o movimento organizou-se, produto da situação nas frentes e não devido ao decreto evocado.

Aliás, o anexo II deste trabalho é um grande suporte da minha tese sobre esta

guerra colonial, fazia com que o contacto destes com a realidade, provocasse um sentimento de revolta contra o regime e, de certa maneira, de solidariedade com a causa dos movimentos de libertação.

Nestas circunstâncias a evolução dos acontecimentos vai rapidamente ultrapassar o limite das reivindicações pelo prestígio e regalias, passando a uma frente de luta contra o regime pois que já se consolidava a consciência de que só com a queda do regime é que seria possível o fim da guerra colonial e com isso, a democratização e desenvolvimento do país.

Capítulo V

O quadro situacional em 1974

Parta-se do princípio de que num mesmo teatro de operações se desenvolviam duas guerras. Uma de domínio, levada a cabo pelo exército português e outra, de libertação, levada a cabo pela Frelimo ⁶⁸.

68

matéria.

O professor Dr Luís Moita, Vice Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa que o entrevistei a propósito, considera que "uma precisão se impõe" quando se fala das guerras havidas nos ex-territórios portugueses em África, pois que as mesmas podem e devem ser analisadas quer sob ponto de vista dos povos africanos, quer sob ponto de vista português".

Na revista crítica de ciências sociais n.º15/16/17 Maio de 1985, está inserido um

A guerra de dominação levada a cabo pelo exército português fazia-se em três frentes, todas elas principais e afastadas milhares de quilómetros, uma das outras (Angola, Guiné e Moçambique).

Em 1974, a situação militar apresentava dois cenários distintos para as "duas guerras" atrás referidas.

No que se refere à guerra da Frelimo, vale dizer que desde o ano anterior que as suas actividades eram consideradas bastante grandes⁶⁹ sobretudo na recentemente aberta frente de Manica e Sofala. Essas actividades conheceram um salto considerável nos primeiros meses de 1974, de tal ordem que o Quartel General da Região Militar de Moçambique em relatório especial de 5 de Junho de 1974⁷⁰ dava conta da "alarmante" situação a que estava votado o exército português. Aliás, na análise que Mário Tomé faz, reconhece-se que "as actividades da Frelimo aumentaram qualitativa e quantitativamente nos eixos Beira/Rodesia,

artigo de sua autoria intitulado "Elementos para um balanço da descolonização portuguesa" apresentado num colóquio subordinado ao tema "Portugal 1974-1984: dez anos de transformações sociais". Nele, Luís Moita detalha sobre a necessidade da precisão quando se aborda a problemática das guerras havidas nos ex-territórios portugueses de África. Ele é enfático na sua análise afirmando ser imperioso que se analise o processo sob dois pontos de vista (um português e outro dos povos colonizados) ao invés do que tem acontecido, colocando Portugal como protagonista quase no singular, do processo de descolonização que foi aliás produto da derrota militar sofrida em África".

69

TOMÉ, 1984:298.

Sena/Vila Fontes e Inhaminga/Muanza, na Frente de Manica e Sofala enquanto que na Frente de Cabo Delgado era estreada uma nova arma sofisticada, o

Míssil Terra-ar "Sttela" que colocava indiscutivelmente a guerrilha da Frelimo na posição de vantagem em relação ao exército português⁷¹, numa altura em que na Frente do Niassa era introduzido o sofisticado foguetão ou morteiro de 122 mm.

Com este incremento as actividades da guerrilha assumiram aspecto explosivo, se se considerar que elas já eram alarmantes para as populações e exército portugueses desde a acção que vitimou a mulher de um fazendeiro em Manica a 14 de Janeiro de 1974,⁷² a que se seguiram outras tantas que puseram em pânico a população branca da região que até então havia considerado a guerra algo remota naquela zona, o que de repente veio a opôr os civis brancos dos militares a quem acusavam de incapacidade e falta de seriedade na realização das suas obrigações⁷³.

70

MEDINA, 1985:98.

71

TOMÉ 1984:297 indica que "o material cedo começou a ser inferior em qualidade e em quantidade em relação ao do inimigo".

72

CARVALHO 1978:189 e sgts; TOMÉ 1984:299.

73

Nas várias entrevistas por mim realizadas em Portugal com militares de alta patente e políticos e académicos, o episódio registado na cidade da Beira a 17.1.74 é sempre citado. Com efeito, nesse dia centenas de colonos brancos concentraram-se junto à Messe de Oficiais da Beira exigindo que todos os militares a abandonassem de regresso para a frente de combate de onde, aliás, não deviam ter saído. Apedrejamentos e

A partir desta situação as relações entre os colonos e os militares deterioraram-se rapidamente o que facilitava sobremaneira as acções da FRELIMO que aliás acumulava vitórias em todas as frentes.

A avaliação que Víctor Crespo⁷⁴ faz sobre a matéria é de que antes do 25 de Abril, a situação de guerra caracterizava-se por uma "afirmação crescente da Frelimo em Cabo Delgado, Tete e Manica e Sofala", em clara oposição às afirmações de alguns comandantes de zonas operacionais⁷⁵ que sustentam até hoje, que nas suas áreas de acção a Frelimo não tinha expressão alguma.

O Marechal Costa Gomes⁷⁶ corroborou o facto de a situação militar em princípio de 1974, ter sido crítica de tal ordem que na qualidade de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas, ter se deslocado duas vezes a Moçambique, num espaço de tempode...4...meses... (em Janeiro...e...em Maio)... para se...

74 gritos de "vai para o mato malandro" entre outros insultos foi o que aquela concentração produziu naquela noite.

75 Tive duas entrevistas com ele, uma em Lisboa e outra em Maputo. Para além disso no seminário a que tenho estado a citar, fez uma comunicação cujo "Paper" foi intitulado "Descolonização de Moçambique". A25A. Seminário, op. cit. p. 319 e sgts.

76 General Duarte Siva ex-comandante da ZOT (zona operacional de Tete), só para citar um exemplo. Em 1994, num debate televisivo sobre o 25 de Abril defendeu que em Tete a situação estava sob perfeito controle.

Na entrevista particular que tive com ele em Lisboa.

inteirar⁷⁷ de pormenores e tentar encontrar soluções⁷⁸. Aliás, João Paulo Guerra indica que "em Janeiro de 1974 os colonos das cidades da Beira e Vila Pery tinham declarado Guerra ao regime⁷⁹".

"Em Moçambique, com a entrada da Frelimo nas áreas povoadas e não aldeadas de Vila Pery, Gorongosa e Beira, tinha-se retirado o controlo da situação às nossas forças", enfatizou Costa Gomes.

No que se refere ao exército português, à entrada de 1974 ele ~~denotava visíveis sinais de fadiga e~~ desmotivação por ter deixado de acreditar nas "razões pelas quais combatia"⁸⁰. De referir que, das três frentes da guerra colonial, na época, Moçambique era a

77

SPÍNOLA 1978:92 Assim também se referiu o Marechal Spínola no seu "País sem Rumo" em relação a primeira deslocação.

78

REIS 1994:42; MESQUITELA s/d:34 e sgts; ANTUNES 1993:194 O Brigadeiro Pedro Pezarat Correia refere-se a "graves incidentes opõem brancos e negros na cidade da Beira. São os Generais Costa Gomes e Diogo Neto que no dia 11 de Maio de 1974 intervêm para tentar apasiguar os ânimos da multidão exaltada".

Por sua vez, Clotilde Mesquitela, nas suas "Memórias da Revolução" refere-se ao facto, quando aborda a "esperanças infundadas em Spínola e Costa Gomes".

Enquanto isso, Melo Antunes considera que "Foi perante esta situação (...) que o General Costa Gomes se deslocou a Moçambique, ainda em Maio, numa missão que tinha por finalidade tentar acalmar os ânimos, tanto nos meios militares como civis".

79

GUERRA, 1996:89.

80

ANTUNES 1993:194; TOMÉ 1984:298 "a perda generalizada da vontade de combater, foi fruto das derrotas no terreno, tanto mais que na época, o exército não tinha nem reservas nem retaguarda e, um exército sem retaguarda, é, sem dúvida, um exército derrotado".

mais insustentável⁸¹ numa altura em que a inferioridade⁸² no que se refere ao material de guerra era também gritante para não falar da incapacidade financeira do regime para a sua reposição pelo menos a curto prazo, tal era o tamanho da crise. Costa Gomes referiu-se ao facto dizendo que "encontramo-nos numa situação difícil que não pode ser eficientemente combatida pelas forças militares"⁸³.

Com efeito, o exército português era flagelado pela guerrilha em todo o território moçambicano menos na região à sul do Save.

A deterioração da moral combativa do exército⁸⁴ é acompanhada por uma crescente politização do movimento dos capitães que entretanto se constituíra em Portugal já nos últimos meses de 1973 e que tinha suas influências e ramificações em África (Moçambique, Angola e Guiné).

81 CHRISTIE 1996:131 "Entre os movimentos de libertação nas colónias, a Frelimo era o maior espinho na carne de Caetano. (...) estava, em termos militares numa posição mais forte do que em qualquer outro momento".

82 MELO 1988:26 "O seu equipamento é agora tão moderno e eficiente como o do PAIGC na Guiné, o que quer dizer que ultrapassa em qualidade o do exército português". Diário das Sessões n.º 36, ano de 1974 de 7 de Março pag. 718. O Deputado da Assembleia Nacional, Armando Júlio de Roboredo e Silva intervindo na sessão de 6 de Março de 1974 por ocasião da consulta que o Presidente do Conselho, Prof. Dr. Marcelo Caetano fez em discurso à Assembleia no dia 5/3/74, disse entre outras coisas que "é preciso dotar com urgência as forças armadas com armas e equipamentos modernos e sofisticados porque o armamento utilizado pelos Movimentos Terroristas já o é, nalguns tipos, superior ao nosso".

83 MELO, 1988:25.

84 Que se sentia, após os incidentes da Beira, enxovalhado e transformado em bode expiatório de uma situação que ultrapassava o seu âmbito de acção.

É pois, produto destes factores e de outras circunstâncias que acontece a revolução de 25 de Abril como imperativo para o fim da guerra colonial o que passava pelo derrube do regime.

Numa altura em que a Guerrilha da Frelimo encontrava-se no auge em termos de moral combativa, produto da modernização do seu equipamento (mísseis Strela e foguetes de 122 mm), o exército português era atingido pela mais dura crise do regime que aliás serviu de catalizador para a sua queda, pois a honra dos militares já não era possível nem compatível com o regime de Caetano.

Capítulo VI

O GOLPE DE 25 DE ABRIL

O golpe de 25 de Abril em Portugal surge pois como ponto de ruptura da grave crise que atingira o país e o regime.

A 9 de Setembro de 1973 constituiu-se o movimento dos capitães que cedo acelerou e cimentou a contestação à

política e guerra coloniais que o regime sustentava.

As acções da Frelimo na Frente de Manica e Sofala no princípio de 1974 foram de capital importância para a rápida politização e radicalização do movimento dos capitães. Em 5 de Março, justamente na mesma ocasião em que Marcelo Caetano discursava perante a Assembleia Nacional, consultando-a sobre a política colonial⁸⁵, decorreu em Cascais⁸⁶ uma reunião do movimento, durante a qual foi aprovado o documento programático que se celebrizaria com o título de "O Movimento as Forças Armadas e a Nação"⁸⁷. O objectivo dos militares era pressionar as hierarquias militar e política no sentido de cederem às exigências políticas que o momento impunha.

Porém, o tom do discurso de Marcelo Caetano e da Moção⁸⁸ que na ocasião foi apresentada, não davam mostras de inflexão na política do regime. Pelo contrário, a demissão do chefe e vice chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Generais Costa Gomes e Spínola respectivamente, demonstrou a intenção do regime de

85

Diário das Sessões n.º35 ano de 1974 de 6 de Março, p.705.

86

REIS, 1994:15.

87

CORREIA 1994:258 - 262.

88

O documento pode ser visto no Diário de Sessões n.º35, ano de 1974 de 6 de Março, p.

manter por todos os meios ainda possíveis, a guerra e a política ultramarinas. Impunha-se, pois, uma acção de força para derrubar o regime como pré-condição para acabar com a guerra e democratizar o país.

A dinâmica conspirativa que se imprimiu no seio das forças armadas em Portugal⁸⁹ mais não fez do que enfraquecer cada vez mais as acções combativas do exército em Moçambique.

A reacção do governo à tentativa de insurreição de 16 de Março nas Caldas da Rainha reforçou a radicalização da acção do movimento que tinha na direcção Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves.

A conspiração foi aperfeiçoada e todo o cuidado passou a ser pouco. Havia que estudar cada passo e o factor surpresa deveria ser explorado para o sucesso da operação revolucionária. Nestes moldes foi preparado o plano de operações que entre outros aspectos, previa a concentração de forças em pontos estratégicos, previamente seleccionados⁹⁰ e codificados de tal ordem

89

712.

CARVALHO 1978:220-352.

90

REIS 1994:16-17; CARVALHO 1978:553:553; SPÍNOLA 1978:113 e sgts. Um resumo deste plano pode ser visto em Reis. Entretanto, o original desse plano com todos os seus detalhes e ainda em manuscrito pode ser visto no CARVALHO. Outros detalhes podem ser vistos criticamente em SPÍNOLA.

que deles se podia falar sem despertar a mínima suspeita. Só para citar alguns exemplos, a RTP foi batizado de "Mónaco" enquanto que o Rádio Clube Português, de "México".

Não é objectivo deste trabalho detalhar a revolução portuguesa mas tão somente destacar que o 25 de Abril constituiu um marco importante no desenvolvimento da política e guerra coloniais. Foi consequência directa e causa do seu final.

Capítulo VII

A posição da Frelimo e do exército português face à política das novas autoridades portuguesas.

Uma análise daquilo que foi o posicionamento das duas partes em conflito (Frelimo e exército Português) no que se refere a política das novas autoridades portuguesas do pós 25 de Abril, remete-me a uma retrospectiva daquilo que possa secundar e permitir uma melhor compreensão dos factos.

O livro de Spínola saído em Fevereiro de 1974, (Portugal e o Futuro) é muitas vezes citado como tendo sido a bomba que incendiou o país⁹¹.

Com efeito este livro oferece na sua conclusão, informações que permitem considerar que Spínola e Marcelo Caetano não diferiam tanto, quanto à política nacional e à defesa da integridade territorial de Portugal⁹².

"No quadro geral de uma crescente necessidade de espaço, de mercados e de complementos, o prolongamento africano resulta essencial. (...) Sem o Ultramar estaríamos perante um quadro de opção entre a pobreza dos subjacentes ou a absorção", considerava Spínola⁹³, numa altura em que Caetano era de opinião de que "precisamos de tempo. Temos de ganhar tempo se quisermos prosseguir (...) o nosso intento"⁹⁴

91 BERNARDO 1996:163; PINTO 1995:449; GUERRA 1996:194 "Isto é uma bomba" exclamou José Blanco quando viu a 1ª versão.

"Substrato ideológico do dito movimento e, (...) factor detonador do processo", segundo Jaime N. Pinto.

92 Enquanto isso, João Paulo Guerra considerou-o "livro que serviu de doutrina e bandeira à revolução dos capitães".

93 SPÍNOLA 1974:234 "Contamo-nos entre o número daqueles que propugnam a essência do Ultramar como requisito da nossa sobrevivência como Nação livre e independente. Sem os territórios africanos, o país ficará reduzido a um canto sem expressão, numa Europa que se agiganta".

94 SPÍNOLA 1974:234.

Extrato do discurso de Marcelo Caetano à Assembleia Nacional a 5 de Março de 1974. Diários das sessões n.º 35, 1974, p. 708.

Analistas há que consideram que Spínola teria recebido o poder das mãos de Caetano e prometera não deixa-lo cair na "rua", em clara referência à todos aqueles que, apresentando-se politicamente à esquerda advogavam "o abandono das províncias ultramarinas portuguesas"⁹⁵.

É no quadro deste raciocínio que Spínola defendeu no seu discurso de 26 de Abril que "Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, (...) a Junta de Salvação Nacional, a que presido, (...) assume perante o mesmo (país) o compromisso de:

- Garantir a sobrevivência da Nação Soberana no seu todo pluricontinental"⁹⁶.

Um mês antes, a 5 de Março, Marcelo Caetano havia defendido que "há uma defesa global do ultramar que nos impõe coerência de atitudes". No entanto, o que pouco se percebe é que em 1974, Marcelo Caetano e muitos outros, ainda consideravam que "para povos que na sua maioria, não ultrapassaram o estágio da organização

95

BRAGANÇA 1986:10.

96

Veja anexo 5.

tribal, a democracia não tem sentido⁹⁷".

Um pouco antes, em Setembro de 1973, Caetano havia classificado de "uma república de papel"⁹⁸ a República da Guiné Bissau proclamada pelo PAIGC.

Estas atitudes das autoridades portuguesas de antes e depois do 25 de Abril radicalizaram as posições da Frelimo que, num misto de saudação à revolução portuguesa e uma resposta às posições de Spínola e da Junta de Salvação Nacional, declarou a 27 de Abril de 1974 que "a solução para a guerra em Moçambique é só uma: reconhecimento do direito à Independência"⁹⁹.

O surgimento de movimentos como a União para a Paz de Moçambique (UPPM), o Movimento dos Homens Livres de Moçambique (MHLM), a Frente Independente para a colaboração ocidental (FICO), Grupo Unido de Moçambique (GUMO), entre outros, a deslocação, a 16 de Maio de 1974 de um grupo dos democratas de Moçambique (Malangatana, Arouca, Craveirinha entre outros)¹⁰⁰, por iniciativa e instrução do General Costa Gomes, para

97 Diário das sessões, n.º 35, 1974, p. 709.

98 GUERRA 1996:81.

99 Guerra, 1996:140.

100 Ex-prisioneiros políticos e não propriamente democratas de Moçambique, pois estes eram bem outros. Veja-se a nota *1 do Spínola, op. cit. p. 293.

Dar-es-Salam¹⁰¹ para contactos com a Frelimo, foi por esta interpretada como a continuação das manobras coloniais de ganhar tempo para conseguir os seus intentos e, nesse contexto Samora Machel declarou a 24 de Maio que a "guerra será intensificada até que Lisboa dê garantias quanto a independência de Moçambique¹⁰²".

Assim aconteceu e o corredor da Beira foi o principal alvo na continuação das acções que já se faziam sentir desde os meses anteriores.

Os primeiros contactos oficiais entre delegações da Frelimo e do governo Português ocorridos em Lusaka nos dias 5 a 6 de Junho, ocorreram numa altura em que a Frelimo, analisado que foi o comportamento dos primeiros dias do novo governo português, concluiu que o 25 de Abril não constituía em si a possibilidade de independência de Moçambique. Mais guerra havia que travar até que esta se tornasse uma realidade incondicional.

O resultado destes contactos foi um total fracasso dado

101 SPÍNOLA 1978:292-293; GUERRA 1996:139-141 Detalhes sobre esta deslocação e seus objectivos são revelados criticamente.

102 Guerra, 1996:149, BRAGANÇA 1986:14
Aquino de Bragança faz uma análise profunda sobre a reacção da Frelimo à política das novas autoridades portuguesas, citando Samora Machel dizendo: "A Independência não é negociável. É um direito inalienável do Povo Moçambicano".

que a divergência de pontos de vista era enorme e básica. A delegação Portuguesa desejava um cessar fogo¹⁰³ imediato a que se seguiria o referendo sobre a independência de Moçambique. A Frelimo impunha o reconhecimento imediato de legítimo representante do povo de Moçambique e da necessidade da independência total e completa do território¹⁰⁴.

Produto do impasse resultante destes contactos e porque a Frelimo se decidira pela continuação dos combates, estes intensificaram-se nos dias que se seguiram aproveitando-se, aliás, da exaustão que as forças armadas portuguesas haviam atingido e da desorientação que nelas se gerou a partir do 25 de Abril.

Por outro lado, a Frelimo havia conseguido o apoio da OUA que rejeitava as propostas de Spínola de cessar fogo imediato e referendo porque, segundo disse na altura Siad Barre, "nenhum cessar fogo será possível enquanto Lisboa recusa o direito à independência dos países que estão sob o seu domínio colonial¹⁰⁵".

A 1 de Julho de 1974 a Frelimo reabre a frente da

103 CHRISTIE, 1996:132.
104 CHRISTIE 1996:132.
105 BRAGANÇA, 1986:16.

Zambézia e Samora Machel declara na ocasião que "confrontado com a recusa sistemática e brutal do colonialismo em aceitar o direito inalienável à independência, (...) no dia 1 de Julho de 1974 as nossas forças desencadearam a luta armada de libertação nacional na província da Zambézia. As primeiras operações, (...) resultaram em grande quantidade de material de guerra do inimigo, destruído ou capturado¹⁰⁶".

A Frelimo estava moralizada e tinha apoio de muitos países e organizações internacionais.

Enquanto isso, o exército português que aliás, fora forçado a derrubar o regime para acabar com a guerra, nos dias que se seguiram ao 25 de Abril, mais parecia um pugilista atirado ao tapete, debatendo-se com a vontade de se levantar e a incapacidade de o fazer. "Os jovens oficiais do movimento das forças armadas (...) queriam sair de África mas (...) o general António de Spínola tinha outras ideias¹⁰⁷".

Mesmo assim, a ideia generalizada no exército português,

106

MACHEL 1977:123 & 126.

após o 25 de Abril, era a de paralização das acções ofensivas e a limitação às defensivas que permitissem a mobilidade dos efectivos de um lugar para o outro. Na sequência de tal ideia no próprio dia 26 de Abril em que Spínola garantia a continuidade do país uno pluricontinental, as forças armadas suspendiam as negociações com os EUA para o fornecimento de Misséis "Red Eye" que deveriam ser utilizados nas guerras africanas¹⁰⁸.

No concreto, os comandos militares do Exército português entendiam que o 25 de Abril era de facto o fim das guerras que se conduziam em África. "Em Moçambique, tal como nos outros territórios ultramarinos, a hierarquia do comando paralisara com o 25 de Abril", reconhecia o próprio Spínola, que observava também, que "a ausência de directivas militares ajustadas" criava um vácuo que era aproveitado pelas estruturas revolucionárias¹⁰⁹.

Neste aproveitamento, Spínola acusa Costa Gomes de ter tomado posições dúbias nos contactos que manteve em Maio de 1974 com os sectores militares em Moçambique do que resultou subversão generalizada das forças armadas,

107 CHRISTIE, 1996:132.
108 Guerra, 1996:139.
109 Spínola, 1978:295.

era aproveitado pelas estruturas revolucionárias¹⁰⁹.

Neste aproveitamento, Spínola acusa Costa Gomes de ter tomado posições dúbias nos contactos que manteve em Maio de 1974 com os sectores militares em Moçambique do que resultou subversão generalizada das forças armadas, dentro das quais, manifestações do tipo "nem mais uma operação", "nem mais um tiro" começaram a ser ouvidos em todo o lado¹¹⁰.

A este propósito, Aniceto Henrique Afonso¹¹¹, capitão fundador do MFA-Moçambique, recorda que a "situação militar era difícil" e que só as negociações para auto-determinação e independência poriam cobro à situação. Aliás, "analisadas as condições no terreno não havia outra solução. Não era só uma questão de princípio, era também uma questão de facto", rematou.

Aniceto Afonso recorda, ainda que na época, ninguém dava a certeza a ninguém, numa altura em que 55% dos efectivos do exército eram de recrutamento local e que viam no 25 de Abril o fim do risco de morte¹¹² enquanto

109 Spínola, 1978:295.

110 SPÍNOLA 1978:295.

111 Em 1974, capitão do exército e actualmente Director do Arquivo Histórico Militar em Lisboa, foi entrevistado em 1994, em Lisboa.

112 O telegrama do MFA-Moçambique enviado para Lisboa em 22 de Julho, indicava que,

que, dos 45% restantes, 20% haviam terminado já as suas comissões e declaravam que a partir daquele momento, não faziam mais nenhum combate e que deviam ser substituídos por outros.

Entretanto, o que se verifica é que com o derrube do regime, regista-se uma paragem brusca do movimento da guerra da Metrópole para a África e várias vozes (civís e militares) se fazem ouvir num grito comum de "Nem mais um soldado para a África".

Enquanto isso, em Moçambique a capacidade de resposta do exército, que já era baixa como atrás me referi, decresceu para níveis inimagináveis com os militares a evitarem a todo o custo a morte e esperando por uma partida o mais rápida possível de volta à Portugal¹¹³. Instalou-se uma onda de indisciplina no seio do exército de tal envergadura que o próprio chefe do Estado Maior General, o General Costa Gomes foi obrigado a deslocar-se a Moçambique, passados apenas 20 dias da revolução para entre outras coisas, explicar o

113

"Instruendos africanos (...) negaram-se terminantemente embarcar para o Norte e combater seus irmãos da Prelimo". Veja anexo 7.

"Em Moçambique (...) a hierarquia do comando paralizara com o 25 de Abril" Spínola, op. cit. p. 295.

Entretanto, o que Aniceto Afonso disse-me em entrevista a propósito, foi que o comando de Moçambique não tinha instruções claras do que deveria ser feito em face da situação produzida pelo 25 de Abril.

significado e alcance do 25 de Abril¹¹⁴.

Confirmando a intensificação de acções militares por parte da Frelimo, a RMM emitiu uma circular¹¹⁵ a 5/6/74, justamente no mesmo dia em que a Frelimo e os representantes do governo português se encontravam pela primeira vez na mesa de conversações para a solução do problema de Moçambique.

As motivações e composições das duas delegações eram bem diferentes. Por um lado, uma numerosa delegação de uma Frelimo bem motivada produto dos últimos resultados das suas acções político-militares no terreno que a cada momento ganhava mais espaço e aderência popular, e por outro uma pequena delegação portuguesa desencontrada¹¹⁶ no que respeitava aos pontos a serem defendidos na mesa das conversações. Tal como é do domínio público, estas conversações não surtiram os efeitos desejados uma vez que, o que a delegação portuguesa defendia não harmonizava com os objectivos

114 SPÍNOLA 1978:292-293 Foi durante esta deslocação que, com a sua instrução, parte uma delegação dos "Democratas de Moçambique" para tentar contactos com a Direcção da FRELIMO em Dar-es-Salam para apresentar uma proposta de paz à frelimo.

115 Veja anexo 6.

116 A delegação era dirigida pelo Dr. Mário Soares e integrava ainda o Dr. Manuel Sá Machado, o Major Otelio Saraiva de Carvalho e o Tenente Coronel Nuno Lousada. No decorrer das conversações e sem concertação prévia com os outros membros da delegação e muito menos com a JSN, Saraiva de Carvalho advogou a entrega imediata e incondicional de Moçambique à Frelimo, como solução do problema.

da Frelimo¹¹⁷.

Entretanto, enquanto que do lado português, ainda no espírito do "país uno e pluricontinental" era nomeado e tomava posse a 11 de Junho o novo governador de Moçambique, o Dr. Henrique Soares de Melo, o MFA-Moçambique optou por redobrar as acções de pressão em todas as frentes. A 28 de Junho decorreu uma reunião do movimento¹¹⁸ que se decidiu pela pressão redobrada sobre as hierarquias político e militares ao mesmo tempo para que tomassem a sério o problema de Moçambique onde as acções da Frelimo tendiam a descer em direcção a Inhambane e Gaza.

O telegrama enviado a 22.7.74 pela comissão do MFA-Moçambique para Lisboa¹¹⁹, é bem elucidativo quanto à gravidade da situação militar em Moçambique, "situação militar não se compadece com delongas", enfatizava o documento.

Refira-se a propósito, que as comissões de Cabo Delgado e Tete, do MFA haviam anunciado expressamente que "as

117

Importa Vale recordar que a declaração do comité executivo da Frelimo em relação ao 25 de Abril em Portugal, reiterava que o "povo moçambicano possui a sua própria personalidade política, cultural e social que só pode ser realizada pela independência de Moçambique". Enquanto isso, Samora Machel era mais enérgico quando dizia que "A Paz é inseparável da Independência Nacional, pois só com a Independência Nacional terminará a guerra e haverá paz em Moçambique".

118

Veja em anexo 7, a acta da referida reunião.

tropas estacionadas naqueles distritos impunham um cessar fogo unilateral se até fins de Julho não fosse estabelecido um acordo global de cessar fogo com a Frelimo data a partir da qual o pessoal dos helicópteros se recusaria a abastecer as tropas terrestres¹²⁰.

É na sequência disso que foi aprovada a lei n°7/74 de 27 de Julho que no seu artigo 2° afirma que "o reconhecimento do direito à auto determinação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1° da constituição política de 1933¹²¹".

Estava, desta feita aberta a possibilidade legal de se negociar claramente com a Frelimo sem as ambiguidades com que Spínola havia munido Mário Soares aquando da sua ida à Lusaka em Junho, causa, talvez, do atropelo diplomático dado pelo Major Otelio Saraiva de Carvalho¹²².

119 MEDINA 1985:118.

120 Spínola, 1978:300; CHRISTIE 1996:135
IAIN Christie indica, a propósito que, "em meados de 1974 o Poder Imperial Português em Moçambique estava em visível derrocada. Colonos abandonavam o país, soldados desertavam, recusavam-se a combater ou pediam à Frelimo cessar fogos locais sem autorização do seu governo".

121 Veja anexo 9.

122 SPÍNOLA 1978:297 Nas críticas que Spínola faz a todo o processo, considera a propósito que "neste primeiro contacto, o Major Saraiva, sobrepondo-se ao Ministro dos Negócios estrangeiros, advogou a solução da entrega sem condições de Moçambique a frelimo, numa atitude irresponsável de subordinação à vontade daquele

3ª Parte

Capítulo VIII

O Movimento diplomático

A partir da entrada da lei 7/74 como instrumento legal, é Melo Antunes quem toma o comando das negociações com a Frelimo. Porque havia que tomar todas as precauções para evitar malogros idênticos dos de Lusaka em Junho, os contactos passaram a ser secretos. O primeiro destes aconteceu em Amesterdão na Holanda entre, do lado português, Melo Antunes acompanhado pelo Dr. António Almeida Santos¹²³ e, do lado da Frelimo, o Dr Óscar Monteiro.

Este encontro permitiu que um segundo encontro, já com a cúpula da Frelimo em Dar-Es-Salam pudesse ter lugar de 30 de Julho a 2 de Agosto no qual, do lado português é Melo Antunes e Vasco Fernando Leote de Almeida e

movimento sem que a posição relativa de forças o justificasse".

Costa¹²⁴ quem participou. Nessa altura como o referi anteriormente, a Frelimo tinha optado pela intensificação da guerra numa altura em que o exército português observava o "nem mais um tiro", "nem mais uma operação" a que Spínola apelidou de "subversão geral das Forças Armadas" pela cúpula Marxista do MFA¹²⁵.

Enquanto decorriam as negociações e no âmbito da advertência comunicada a Lisboa através do telegrama da comissão coordenadora de Moçambique de 22/7/74 a que fiz referência anteriormente, uma unidade do exército português estacionada em Omar foi atacada e, sem um mínimo de resistência, rendeu-se toda¹²⁶, o que lhe valeu o aprisionamento e apresentação pública na Tanzania. Este episódio teve uma forte cobertura e interpretação variada na imprensa o que contribuiu para desmotivar cada vez mais o exército e acelerar o ritmo das acções diplomáticas que decorriam entre o governo português e a Frelimo.

É na sequência disso que de 15 a 16 de Agosto ocorre o

123 Tive entrevistas separadas com ambos.

124 Durante a entrevista que mantive com ele, o mesmo fez questão de reafirmar que o documento base dos acordos de Lusaka teria sido produzido neste encontro de Dar-Es-Salam.

125 SPÍNOLA 1978:295

Por sua vez, Aniceto H. Afonso membro do MFA nomeado através da ordem de serviço n.º 14 de 24.5.74 durante a entrevista que tive com ele revelou-me que a instrução após o 25 de Abril era o evitar sempre que possível de acções ofensivas, mantendo-se exclusivamente as acções de defesa.

terceiro encontro entre a direcção da Frelimo e a delegação Portuguesa, desta feita integrando para além de Melo Antunes, os Doutores António de Almeida Santos e Mário Soares, cujo objectivo era o acerto de pormenores referentes ao processo de independência de Moçambique que naturalmente passava pelo reconhecimento da Frelimo como legítimo representante do povo, o cessar fogo e o processo de transferência de poderes.

O consenso que deste encontro saiu, serviu de base para a elaboração dos documentos¹²⁷, que no encontro seguinte o quarto realizado em Lusaka de 5 à 7 de Setembro de 1974, seriam adoptados como os Acordos de Lusaka.

As manifestações havidas em Lourenço Marques naquele 7 de Setembro de 1974, por pouco não deitavam abaixo todo o esforço político-diplomático empreendido até aquela altura.

Vasco Gonçalves, membro da comissão coordenadora do MFA, recorda ter sido ele quem telefonicamente apaziguou os ânimos de Samora Machel em Lusaka, dando-lhe segurança de que "nós estávamos empenhados em fazer

126

SPÍNOLA 1978:302 Nas suas críticas, Spínola apelidou a este episódio como "traição de Omar".

127

Anexos 10 e 11.

a descolonização honestamente, que reconhecíamos a Frelimo como legítimo representante do povo moçambicano¹²⁸".

Com efeito, enquanto decorriam as negociações em Lusaka, em Lourenço Marques (Maputo) grupos de apoiantes da tese Spinolista para a solução do conflito, irromperam na estação do Rádio Clube de Moçambique.

O objectivo desses elementos, segundo, indicou Samora Machel, era "impedir a independência de Moçambique¹²⁹". Tal situação provocou uma reacção popular imprevisível que resultou num banho de sangue em toda a extensão da cidade e arredores.

Parte destes elementos, auto denominados de " Dragões da Morte¹³⁰" e preconizando a irradicação pura e simples da Frelimo, cometeram nos subúrbios da cidade toda a espécie de barbaridades¹³¹, o que contribuiu grandemente para a revolta popular e a radicalização das atitudes da Frelimo nos tempos que se seguiram.

128 GUERRA 1996:138.

129 CHRISTIE, 1996:138.

130 Veja anexo 12.

As acções dos Fico, Dragões da Morte e outros movimentos que banharam de sangue a cidade de Maputo e arredores nos dias 6,7 e 8 de Setembro, mais não eram senão, por um lado, a tentativa de negar a liberdade e independência total de Moçambique e por outro, o complexo rácico de não suportar a ideia de "branco sob poder negro". Esta situação atiçou os ânimos de populares que, cansados da violência e opressão do homem branco desde há muito tempo, o transformou no principal alvo, daí que homens, mulheres e crianças inocentes tenham conhecido mortes horrendas naqueles dias pois, tempo para análise de quem era quem, não havia¹³¹. Aliás, por pouco, o episódio não fez fracassar as conversações que na ocasião decorriam em Lusaka.

A intervenção directa de Lisboa na pessoa do primeiro Ministro Vasco GONÇALVES, via telefone para Samora Machel em Lusaka, permitiu a continuação do diálogo e a consequente assinatura dos acordos.

131

CHRISTIE, 1996:139.

132

PASSOS 1974:36; GUERRA 1996:89 "Que não tenha sido possível evitar incidentes ao nível da população carregada de ressentimentos, é algo que só não compreenderá quem se situe fora do mundo real e persista em elaborar os seus juízos a partir de um momento hipotético e fantasista. Isto para não ter de recordar que alguns dos que mais nos criticaram foram directamente responsáveis por esses incidentes. Estou a lembrar-me da desastrada insurreição do Rádio Clube de Moçambique que causou à descolonização danos de incalculável dimensão". Almeida Santos citado por Inácio de Passos.

Mas por outro lado e tendo em conta o postulado dos Dragões da Morte, poder-se-ia considerar que se estava perante uma situação de "dente por dente". Aliás, Costa Gomes havia constatado já em Janeiro de 1974 que, "para muitos brancos, quando se falava no problema da Frelimo e dos Turras, tinham sempre a mesma ideia: (...)

É do acordo de cessar fogo que particularmente interessa referir alguns aspectos importantes. O Preâmbulo do referido documento começa por indicar que "Tendo o estado Português reconhecido o direito à Independência de Moçambique e aceite por acordo com a Frente de Libertação de Moçambique transferir os poderes que detem para o povo moçambicano, o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique acordam em celebrar o presente acordo de cessar fogo com vista ao estabelecimento da Paz correspondendo assim às aspirações profundas dos povos moçambicano e português".

Contendo 7 títulos e 18 artigos, o documento refere no seu artigo 1 que a "Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português acordam em proclamar o cessar fogo sobre o território moçambicano incluindo suas águas territoriais e o espaço aéreo que entrará em vigor às zero horas de 8 de Setembro de 1974 (hora de Moçambique).

Para este efeito, ambas as partes darão as necessárias

<eles não são assim muitos, de maneira que o melhor é matá-los a todos>".

instruções às respectivas forças combatentes".

Uma comissão militar mista foi estabelecida com funções específicas, bem como um calendário e plano de evacuação das tropas portuguesas para além do de desmantelamento e neutralização das organizações paramilitares como sejam os corpos de milícias, OPVDC e Flechas, entre outros.

Capítulo IX

Conclusão

O final, em 1974, da guerra entre a Frelimo e o exército Português, é e continuará sendo, ainda por muito tempo, motivo de fortes e controversos debates. É um facto, aceite e respeitado, que a história, particularmente a da guerra, é feita "a grandes distâncias" (50 anos) o que não permite em tempo oportuno, chegar-se a detalhes que ajudariam na interpretação e esclarecimento de determinados fenómenos.

Entretanto, os dados à disposição no presente momento, permitem considerar alguns factores e circunstâncias

que podem ter contribuído para o fim da guerra em Moçambique. Sem pretender hierarquizar tais factores e circunstâncias, vale referir que a vitória da Frelimo sobre a operação Nó Górdio quer no campo político-ideológico quer no militar, permitiu ao movimento ganhar uma maior motivação e auto confiança na possibilidade da vitória e alcance dos seus objectivos. Enquanto isso, do lado português, o falhanço desarticulou profundamente a hierarquia e o esforço militares.

O eixo branco da região inquietou-se e tentou uma cooperação para uma intervenção mais efectiva em Moçambique. Os efeitos desejados não foram alcançados devido à diferença de objectivos e posicionamento político dos regimes a nível internacional. Por outro lado, os resultados concretos nas frentes de combate desencorajavam a todo o momento o exército português que se debatia com um considerável desnível em termos de equipamento militar utilizado em relação ao da guerrilha, não obstante a capacidade logística apresentar-se aparentemente favorável para si.

Esta situação contribuiu para o declínio da moral combativa das tropas ao mesmo tempo que elas se

politicizavam. No âmbito desta politização, para além da constituição do movimento dos capitães (MFA) pode-se ainda indicar a conclusão a que as diferentes hierarquias militares chegavam a cada momento, segundo a qual, "a solução da guerra do Ultramar não era militar senão política".

Desta conclusão depreende-se a implícita incapacidade militar para impedir o avanço da guerrilha e, conseqüentemente à inutilidade de continuação de esforços militares para "ganhar a guerra" tal como apregoavam os políticos de Lisboa.

A Frelimo aproveitou a situação para atacar cada vez mais e penetrar em zonas de importância vital tanto para as autoridades coloniais como para os colonos do território bem como para os regimes de Salisbúria e Pretória que ficaram alarmados com a situação.

A derrota americana no Vietnam, de onde os militares retiraram entre Janeiro e Março de 1973, teve duplo reflexo na guerra que decorria em Moçambique.

Por um lado reduziu o apoio americano à Portugal, uma vez que os americanos desgastados pela tenacidade dos

Vietnamitas na guerra que travavam a mais de 10 anos e desmotivados pela derrota sofrida, não estavam nem animados nem interessados em apoiar Portugal na sua derradeira tentativa de salvar o país pluricontinental.

Por outro lado, tal situação encorajava e animava os guerrilheiros que ganhavam cada vez mais a certeza da vitória. A situação do Vietname serviu de ponto de referência particularmente porque se tratava da maior potência militar do mundo aquela que por um movimento de libertação havia sido obrigada a retirar derrotada no terreno. Haveria, por ventura na época, razões para que Portugal não o fosse? Para os guerrilheiros, a resposta a esta pergunta era clara e categorica. Daí a intensificação dos combates.

Não sendo directamente influente a crise energética internacional provocada pela guerra Israelo-Árabe de Outubro de 1973, contribuíu à sua maneira, uma vez que a situação económica portuguesa que já antes era deficiente e ressentia-se com as despesas militares das guerras africanas, sofreu um fortíssimo abalo em todos os seus aspectos.

O disparo dos preços no mercado mundial pesou

sobremaneira na economia nacional que conhecia já na época uma inflação sem precedentes o que agravou a situação sócio económica da grande maioria dos portugueses que não poupou esforços e determinação no seu combate contra a guerra colonial, a carestia da vida e o regime de Caetano no seu todo.

O início, em Abril de 1974 da utilização pela Frelimo dos mísseis terra-ar (stella) agonizou a já inexistente disposição combativa do exército português. Tal situação agravou as contradições do regime e a crise que este enfrentava em todos os sectores da vida portuguesa.

Quando ocorre o golpe de 25 de Abril, em Moçambique já se falava desde antes, em derrota iminente do exército português. Poder-se-ia dizer que tal situação salvou o exército dessa realidade, porém, o posicionamento e pronunciamento das novas autoridades portuguesas obrigou a Frelimo a continuar os esforços de guerra até que ficasse claro que as aspirações de Liberdade e Independência Total e Completa, iriam ser observadas e respeitadas. A decisão da Frelimo de continuar a guerra

é por si sinal de confiança na vitória e alcance de seus

objectivos, o que significava que se as autoridades portuguesas tivessem sido inflexíveis nas suas opções de garantir a portugalidade pluricontinental, teria ocorrido uma das duas situações:

- Uma internacionalização da guerra de resultados imprevisíveis em função do posicionamento das partes beligerantes no quadro da guerra fria ou,

- Uma derrota militar portuguesa devido ao posicionamento do exército no seu "nem mais um combate", "nem mais um soldado para África", "nem mais um tiro" e "não queremos combater os nossos irmãos da Frelimo".

Este quadro permite-me considerar que o regime de Portugal "orgulhosamente só" carecia de apoios quer internos, quer dos seus parceiros ocidentais e era condenado internacionalmente por prosseguir uma política colonial que teimava em recusar, argumentando que o que tinha eram províncias ultramarinas. A simpatia que a Frelimo grangeou a nível internacional (do bloco leste europeu, do Movimento dos Não Alinhados, da OUA, da China, e das forças progressistas do ocidente) após a operação Nó Górdio muito

particularmente após a publicação a 10 de Junho de 1973 no Times de Londres, do relatório Hastings sobre os massacres de Wiriyamu¹³³, permitiu-lhe a recepção de mais e moderno equipamento de guerra que estimulou e entusiasmou o esforço da guerra já declarada "popular e prolongada".

O 25 de Abril chega pois numa altura em que o regime não se encontrava em condições ao menos de se defender e o resultado foi o que todos conhecemos. Não é de menosprezar o facto de a facção spinolista do MFA estar de alguma maneira identificada com o regime deposto o que, de acordo com o que tive a ocasião de expôr anteriormente, não impediu o curso dos acontecimentos no sentido de acabar com a guerra. Spínola e Nixon encontraram-se em Lajes, Açores, num encontro que é interpretado por alguns analistas como prova da franca cooperação entre Portugal e os EUA. Entretanto, o que se sabe, agora é que Spínola idealizara com tal encontro, pressionar Nixon para que este apoiasse os esforços militares de Portugal em África, contra a utilização da base de Lajes. Spínola não considerara o facto de Lajes se encontrar no espaço de supervisão

133

Analistas há que consideram que aqui teria tido o princípio do fim do regime fascista e das guerras coloniais.

americana no âmbito da NATO¹³⁴. Nessa situação, Portugal era obrigado a deixar que os EUA usassem tal base ao abrigo das deliberações daquela organização sem contrapartidas. Falhara a intenção de Spínola e continuava a decair a moral combativa das tropas quando por outro lado, os guerrilheiros, mais motivados e encorajados, intensificavam os combates.

A lei 7/74 e a entrada de Melo Antunes na maratona diplomática que se seguiu, culminariam com a assinatura do acordo de cessar fogo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português em 7 de Setembro de 1974. A 19 do mesmo mês, duzentos militares portugueses eram libertados pela Frelimo numa aldeia do norte de Moçambique numa cerimónia em que Samora Machel anunciou: "Esta medida marca o fim da Guerra".

Terminara a guerra em Moçambique sem um vencedor militarmente declarado mas que, para todos e em função do posicionamento no terreno dez anos após o início, e dos resultados da mesma tendo em conta os objectivos que eram defendidos por cada uma das partes, a Frelimo

134

Quem mo diz é o General Pedro Cardoso em entrevista exclusiva e particularmente a propósito. Enquanto isso, o próprio Spínola faz uma análise exaustiva desse encontro no seu "Portugal sem Rumo" páginas 157-163.

era o grande vencedor. Produto dessa vitória, foi ela que a 25 de Junho de 1975 declarou:

"Moçambicanas e Moçambicanos;

(...)

Em vosso nome, às zero horas de hoje, 25 de Junho de 1975, o Comité Central da Frelimo proclama solenemente a Independência Total e Completa de Moçambique e a sua Constituição em República Popular de Moçambique".

10 anos de guerra tinham terminado e a Frelimo tinha vencido.

Moçambique era, tal como continua sendo, um país Livre e Independente.

ANEXOS

ANEXO I

- RESOLUÇÃO 1514 DA XV ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (REUNIÃO DO PLENÁRIO N°947 DE 14/12/1960.

É um documento produzido pela Assembleia Geral da ONU tendo em conta a exigência que se impunha às potências colonizadoras para a concessão de independência as suas colónias e aos respectivos povos, sob pressão do movimento dos não alinhados intensificada após a reunião de Bandung realizada em Abril de 1955.

**RESOLUÇÃO 1514 DA XV ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES
UNIDAS (Reunião do Plenário n.º 947 de 14/12/1960)**

Declaração para a Concessão de Independência às Colónias e aos Povos

A ASSEMBLEIA GERAL:

ATENTA a determinação proclamada pelos povos do mundo na Carta das Nações Unidas, reafirma a confiança nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e valor da pessoa humana, na igualdade de direitos do homem e da mulher, na igualdade de nações grandes e pequenas e na promoção do progresso social e de melhores níveis de vida com as maiores liberdades;

CONSCIENTE da necessidade de criar condições de estabilidade e bem-estar e relações pacíficas e amigáveis baseadas no respeito por princípios de igualdade de direitos e de autodeterminação de povos e respeito universal e observância de direito humano e liberdades fundamentais para todos sem distinção de raças, sexo, língua ou religião;

RECONHECENDO a justa aspiração de liberdade de todos os povos subjugados e o empenhamento decidido de tais povos em conseguir a sua independência;

CONSCIENTE do aumento de conflitos resultantes da negação ou impedimento da via de liberdade desses povos, que constitui sérias ameaças à paz mundial;

CONSIDERANDO o importante papel das Nações Unidas em ajudar os movimentos de independência nos Protectorados e Países sem Governos Próprios;

RECONHECENDO que os povos do mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas suas formas;

CONVICTA de que a existência continuada do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação económica internacional, impede o desenvolvimento económico, social e cultural dos povos dependentes e atenta contra o ideal de paz universal da ONU;

GARANTINDO aos povos, para os seus próprios objectivos, a liberdade de dispor a sua riqueza e recursos naturais, sem prejuízo das obrigações emergentes da cooperação económica internacional, baseada em princípios mútuos de benefícios e direito internacional;

ACREDITANDO que o movimento de libertação é irresistível e irreversível e que para evitar crises sérias se deve pôr fim ao colonialismo e a todas as práticas de segregação e discriminação a estas ligadas;

SAUDANDO os territórios dependentes que nos últimos anos, em grande número, conseguiram a liberdade e independência, e reconhe-

cendo a tendência crescente para a liberdade dos países que ainda não atingiram a independência;

CONVICTA de que todos os povos têm o direito inalienável de completa liberdade, de exercer a plena soberania e à integridade nacional do seu território;

SOLENEMENTE PROCLAMA a necessidade de eliminar, rápida e incondicionalmente, o colonialismo em todas as suas formas e manifestações;

E para tal
Declara que:

1. A sujeição de povos à dependência, ao domínio e à exploração por outros constitui a negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e é um impedimento à promoção de paz e cooperação mundial.
2. Todos os povos têm direito à autodeterminação; por consequência de tal direito, a livremente escolher o seu estatuto político e a livremente prosseguir o seu desenvolvimento económico, social e cultural.
3. A falta de maturidade política, económica, social, ou educacional nunca deve servir como um pretexto para atrasar a concessão de independência.
4. Todos os tipos de acções armadas ou medidas repressivas contra povos dependentes devem terminar para permitir o exercício dos seus direitos em segurança e liberdade e para completar a sua independência, e a integridade do seu território nacional deve ser respeitada.
5. Diligências devem ser promovidas imediatamente nos Protectorados e Territórios sem Governo próprio ou para todos outros territórios que ainda não obtiveram a independência, para transferir todos os poderes para os povos desses territórios sem quaisquer condições ou reservas, de acordo com a sua vontade livremente expressa e desejada sem qualquer distinção em relação a raça, credo ou cor, para permitir a sua convivência em plena independência e liberdade.
6. Qualquer tentativa dirigida à rotura total ou parcial da unidade nacional e da integridade territorial do país é incompatível com as intenções e princípios da Carta das Nações Unidas.
7. Todos os Estados devem observar sincera e rigorosamente as disposições da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a presente Declaração na base de igualdade, a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados e o respeito pela soberania dos povos e pela sua integridade territorial.

ANEXO II

- O MOVIMENTO, AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO.

É o documento programático base do MFA apresentado na reunião de 5 de Março de 1974 em Cascais cujo objectivo era o de pressionar a hierarquia militar e o presidente da República a cederem às exigências do movimento.

O MOVIMENTO, AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO

Desde há meses a esta parte, como é do conhecimento geral, tem vindo a desenvolver-se no seio das Forças Armadas um «movimento de oficiais», cujas origens foram há muito ultrapassadas e assume hoje características, intenções e finalidades que se entendeu oportuno clarificar e definir. O documento agora apresentado à atenção de todos os militares tem como objectivo essencial levá-los a reflectir criticamente sobre os aspectos fundamentais dos problemas que as Forças Armadas enfrentam — sendo para tanto indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as Forças Armadas da nação e do momento crítico que o País atravessa — e, em seguida, consolidar a adesão dos que conscientemente chegaram à conclusão que uma prática coerente com a nossa análise se torna imperiosa, necessária e urgente.

Todos sabemos e sentimos como no consenso generalizado as Forças Armadas têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa político-económica para cuja orientação — com passagem pela necessária definição do interesse nacional — o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. De facto, tem-se a consciência de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior cuidado que tivesse havido na preparação das organizações policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia de obediência sem discussão, por parte das Forças Armadas aos objectivos por eles definidos. Daí o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objectivos nacionais e as Forças Armadas a missão de os executar sem pôr em causa a sua legitimidade. É o mito da «apoliticidade das Forças Armadas», que transformou os militares, que deveriam ser os guardiões de uma Constituição legítima em meros executores duma política traçada do alto, a qual tem sido protegida não só com alterações «oportunas» da Constituição, mas também por leis que efectivamente a restringem.

Se, antes de 1961, as Forças Armadas não eram abertamente atingidas no seu prestígio, ou não o eram de forma muito violenta, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo.

A partir, porém, da queda da Índia, e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as Forças Armadas descobriam, não sem espanto por parte de muitos militares que pela primeira vez viam claro, o seu divórcio real da nação. As Forças Armadas são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como responsáveis máximas do desastre.

Estava inventado o «bode expiatório» e criadas as condições para que a nação deixasse de confiar nas suas Forças Armadas. E, daí em diante, o desprestígio das instituições militares não deixa de aumentar. A guerra de Angola, que entretanto tinha começado, não põe inicialmente aos militares muitos problemas acerca da sua legitimidade. À medida, porém, que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os seus aspectos (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), à medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique), e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incomportável, à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das Forças Armadas, de atingir os objectivos que lhe são impostos por um poder que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento de um processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia; incapaz de se auto-reformar sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexequibilidade de tal via, as Forças Armadas aparecem cada vez mais aos olhos da nação como o grande responsável, não só do impasse africano, como da crise geral que atinge o País, e que não é só crise política, como também económica, social e moral.

Alarga-se assim o fosso entre as Forças Armadas e a nação, aumenta o desprestígio dos militares (os recentes acontecimentos da Beira, em Moçambique, vêm uma vez mais confirmar esta realidade por todos sentida), desprestígio esse que nenhuma medida conjunturais poderão atenuar.

Não é com aumentos de vencimentos (e este documento demonstra que, apesar de tudo, a consciência dos militares não está à venda), nem com regalias sociais e privilégios de vária ordem, nem sequer com o previsto e anunciado reequipamento das Forças Armadas para a condução da guerra em moldes tecnicamente eficazes (o que, além do mais, é extremamente duvidoso que seja alcançado em tempo útil), não é com medidas apressadas, destinadas a abafar as vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das Forças Armadas, que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu funda e dolorosa na consciência da maioria dos militares. Nem serão nunca essas medidas que restituirão o prestígio já demasiado abalado das Forças Armadas, porque o problema não se localiza ao nível da situação de um grupo socioprofissional; o prestígio das instituições militares só será alcançado quando as Forças Armadas se identificarem à nação, quando entre as Forças Armadas e o povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar.

O problema maior do povo português e que em larga medida condicio-

na todos os outros, é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base duma crise geral do regime, já incontável pelo poder. Se está generalizada tanto no seio das Forças Armadas como na sociedade civil, a ideia que não é possível obter-se uma vitória pelas armas, tudo é feito para que na opinião pública nacional se enraíze a noção de que o poder político traçou já a estratégia adequada e que as Forças Armadas não terão mais que segui-la para que a integridade dos territórios seja garantida. Consequentemente, se a situação se agrava ainda mais, facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades ao mesmo tempo que o poder terá criado as condições propícias a um inocente lavar de mãos.

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as Forças Armadas, uma vez mais, em «bode expiatório» de uma estratégia impossível: uma solução política que salvguarde a honra e dignidade nacionais, bem como todos os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios — o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas. Esta situação tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponde não só aos verdadeiros interesses do povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e de paz. Sabem, no entanto, os mesmos militares conscientes, que tal solução jamais será consentida pelo poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusivo em matéria de patriotismo, e se pretende apoiado pela nação.

Contestamos, pois, o exclusivo e o apoio proclamados.

E porque assim pensamos, entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade, que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Trata-se, portanto, antes de mais nada e acima de tudo, da *obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das instituições no quadro de uma democracia política.*

Neste contexto, consideramos indispensável e urgente que:

- Sejam definidos e clarificados os objectivos nacionais e estes aceites pela nação.
- Seja a nação claramente elucidada sobre a parcela desses objectivos cuja prossecução cabe às Forças Armadas.
- Seja promovida e garantida a permanência da compatibilidade dessa parcela com a capacidade em meios.
- Seja promovida a reestruturação das Forças Armadas, visando a qualificação dos seus chefes, baseada no seu valor militar, o aproveitamento dos

meios em termos de eficiência e eficácia, o respeito pelos direitos individuais e a justiça.

— Possam as Forças Armadas sentir que é efectivamente proporcionada a salvaguarda legítima do seu prestígio, incluindo a sua não identificação com outras actividades que não pertencem ao seu múnus específico.

Só nestas condições poderão as Forças Armadas ter um mínimo de garantia de que são instrumento da vontade da nação e que não se encontram ao serviço de qualquer grupo. Então já não lhes será permitido duvidar, nem da legitimidade do poder, nem dos objectivos por este definidos e que tudo farão para cumprir.

Só nestas condições poderão as Forças Armadas alcançar o prestígio que reivindicam, pois só então haverá garantias da necessária unidade entre o povo e as instituições militares; na verdade, o Exército só será o «povo em armas» quando entre o Exército e o povo não existirem quaisquer barreiras, quando o Exército for realmente a encarnação de uma vontade colectiva de defesa, de uma afirmação insofismável, feita pelo próprio povo, da segurança e independência nacionais.

(História Contemporânea de Portugal, Estado Novo II, Multilar, Lisboa, s/d, págs. 273 e 274.)

ANEXO III

- PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (ENTREGA DO GOVERNO A UMA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL).

Este documento constitui o posicionamento do MFA em relação ao poder e a missão histórica das forças armadas.

Após consumir-se o golpe de 25 de Abril, o MFA considerou cumprida a missão e entregou o poder a uma Junta de Salvação Nacional no próprio dia 25 de Abril, Junta essa que devia governar o país até a eleição de uma Assembleia Constituinte que deveria organizar as eleições gerais livres e democráticas.

PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

«Considerando que, ao fim de treze anos de luta no Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos:

Considerando o crescente clima de total afastamento dos portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela degeneração de direitos:

Considerando a necessidade de sanear as instituições, eliminando do nosso sistema de vida todas as ilegitimidades que o abuso do poder tem vindo a legalizar:

Considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa do País, como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos:

O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso de, no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

Certos de que a Nação está connosco e que, atentos aos fins que nos presidem, aceitará de bom grado o governo militar que terá de vigorar nesta fase de transição, o Movimento das Forças Armadas apela para a calma e o civismo de todos os Portugueses e espera do País adesão aos poderes instituídos em seu benefício.

Saberemos deste modo honrar o Passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e por este perante terceiros. E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes. Viva Portugal.



ANEXO IV

- PROCLAMAÇÃO LIDA AO PAÍS PELO PRESIDENTE DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL, GENERAL SPÍNOLA, NA MADRUGADA DE 26 DE ABRIL DE 1974.

Trata-se do discurso do General António de Spínola no qual deixa clara a sua posição e a da junta de salvação nacional em relação a política portuguesa sobre o Ultramar e particularmente sobre as guerras que então decorriam.

**PROCLAMAÇÃO LIDA AO PAÍS
NA MADRUGADA DE 26 DE ABRIL PELO
PRESIDENTE DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL**

«Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

- Garantir a sobrevivência da Nação Soberana no seu todo pluricontinental;
- Promover, desde já, a consciencialização dos Portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que não de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a seguinte eleição do Presidente da República;
- Garantir a liberdade de expressão e de pensamento;
- Abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional;
- Pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuidos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos;
- Respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados;
- Dinamizar, as suas tarefas em ordem a que no mais curto prazo o País venha a governar-se por instituições de sua livre escolha;
- Devolver o poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções.»

ANEXO V

DISCURSO DE SAMORA MACHEL POR OCASIÃO DO 25 DE
ABRIL.

Foi com este discurso que a Frelimo deu a conhecer publicamente o seu posicionamento em relação ao golpe, às novas autoridades portuguesas e reafirmou a continuidade da luta armada até à conquista da Independência Total e Completa de Moçambique.

73 - Guerra

DISCURSOS PÓS
25 DE ABRIL



Samora
Machel

frelimo vencerá



EDICÃO CASA DE MOÇAMBIQUE

967.9
"1974"

DOS CONDES N.º 27-29 • TELEFONE N.º 365680-369777 -- LISBOA

MESSAGEM DE SAICITA N. MACHEL AOS MILITANTES
DA FRELIMO E AO POVO MOCAMBICANO

Camaradas

No dia 25 de Abril teve lugar em Portugal um golpe de Estado que derrubou o regime de Marcelo Caetano. O golpe de Estado foi organizado por um movimento que surgiu no interior do exército português, denominado de Movimento das Forças Armadas. Este movimento depois de tomar o poder transmitiu-o a uma "Junta de Salvação Nacional" composta por oficiais das Forças Armadas Portuguesas.

O golpe de Estado, segundo declaram os seus autores— o Movimento das Forças Armadas— visa solucionar a crise profunda que atravessa o regime e a sociedade portuguesa no momento actual. Como todos sabemos, esta crise é devida à guerra colonial em que o governo colonialista está empenhado há mais de 13 anos.

No seio do povo português desde há muitos anos se tinha vindo a manifestar a oposição em relação à guerra colonial. Esta oposição crescente reflecte a tomada de consciência do que é a opressão do nosso povo assim como dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Ilhas de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e outras colónias, não beneficia os interesses do povo português e de que a nossa luta de libertação é uma luta justa, porque nós nos batemos pela conquista dos nossos direitos fundamentais, a independência e a liberdade.

O povo português que já perdeu muitos dos seus filhos na guerra colonial de repressão, compreendeu que esta guerra não corresponde à defesa dos seus interesses, mas sim aos das grandes companhias monopolistas portuguesas e estrangeiras, que exploram o povo português assim como os povos das colónias.

Neste momento, nós saudamos o combate de todos os democratas e anti-fascistas portugueses que corajosamente tomaram e continuam a tomar posições claras contra a guerra colonial e pela nossa independência.

Esta tomada de consciência é pois devida em primeiro lugar à determinação dos nossos povos que não hesitaram em enfrentar os mais duros sacrifícios para conquistar os seus direitos fundamentais.

No decurso da luta armada de libertação o povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, teve grandes sucessos: libertou largas regiões da dominação colonial, o povo moçambicano reconquistou pela primeira vez desde séculos a dignidade de homens livres e o exercício da sua livre so-

LIBERDADE
SERVIR O
POVO

berania; desferiu golpes severos contra o aparelho colonial de dominação e repressão, infligiu ao exército colonial perdas severas em homens e material de todo o tipo.

No plano internacional, a nossa luta permitiu a afirmação da personalidade do Povo Moçambicano e ganhou o respeito e a admiração de todos os Povos do mundo.

Em particular nos dois últimos anos, a nossa luta conheceu sucessos espetaculares quando os planos colonialistas para bloquear a nossa luta fracassavam e os combatentes da FRELIMO começaram a operar na zona central do país, nomeadamente na Província de Manica e Sofala, desferindo golpes severos nos centros sensíveis do aparelho de exploração colonialista e imperialista, e estendendo continuamente a luta armada para o sul do país.

Estes sucessos semearam o pânico no seio do colonialismo e convenceram-nos de que a vitória exclusivamente militar já não era possível perante a determinação do Povo Moçambicano e a capacidade política e militar da sua organização dirigente, a FRELIMO.

No plano internacional, um número cada vez maior de forças, partidos, governos e organizações internacionais tais como as Nações Unidas e as suas agências especializadas, têm condenado a política colonial portuguesa e reconhecem a FRELIMO como o legítimo representante do Povo Moçambicano.

O isolamento do colonialismo português no plano internacional tornou-se quase total: dos países africanos até mesmo alguns aliados tradicionais de Portugal, incluindo certos membros da OTAN, das organizações e partidos políticos das mais diversas tendências até organizações e entidades religiosas, incluindo o próprio Papa, inúmeras vezes se têm levantado no mundo inteiro condenando a barbaridade do colonialismo português.

Hoje toda a opinião mundial apoia plenamente a luta do Povo Moçambicano pela libertação do seu país porque compreende plenamente a justiça da sua causa.

A luta armada de libertação nacional foi desencadeada para por termo à dominação colonial portuguesa.

Invasão e ocupado por um país estrangeiro, privado de todos os seus direitos políticos, submetido à exploração do seu trabalho e das suas riquezas pelos monopólios capitalistas, privado da sua personalidade, da sua história e da sua cultura, o Povo Moçambicano jamais se vergou à dominação colonial.

pág. 3

Perante a brutalidade da exploração e da repressão e dos massacres, o Povo Moçambicano compreendeu claramente que estas manifestações não eram o resultado dos erros do colonialismo mas que eram inerentes à sua própria natureza.

Enquanto houver colonialismo, enquanto houver dominação e exploração de um povo por outro, sempre haverá opressão, torturas, massacres e destruições.

Ao pegar em armas em 25 de Setembro de 1964 o Povo Moçambicano sob a direcção da FRELIMO afirmou bem alto que não recuaria diante do sacrifício da própria vida para pôr termo à dominação estrangeira. Dada a recusa persistente do governo colonialista português em conceder por métodos pacíficos a independência ao Povo Moçambicano, a FRELIMO proclamou a insurreição geral armada contra o colonialismo português, até à conquista da independência nacional completa, único meio para realizar a libertação política, económica e social e afirmar a personalidade cultural do Povo Moçambicano.

Em 1964 estávamos em grande inferioridade de forças perante o colonialismo português. Mas armados da nossa determinação e da nossa unidade e do apoio das forças anti-colonialistas de todo o mundo, guiados pela linha correcta da FRELIMO, de fracos transformamo-nos em fortes desenvolvendo a luta política e armada que permitiu libertar largas regiões do nosso país onde o nosso Povo começou a beneficiar dos frutos da liberdade e onde cresce o verdadeiro poder democrático e popular para benefício das largas massas do Povo Moçambicano. A luta estende-se continuamente para novas regiões e cada vez mais populações participam activamente na luta armada.

Mas nas zonas ainda ocupadas, os militantes da FRELIMO desenvolvem o trabalho político e de mobilização no seio das massas que aguardam ansiosamente o desencadeamento da acção directa na sua região.

Como reagiu o colonialismo português perante o desenvolvimento da nossa luta? De Salazar a Marcelo Caetano o inimigo intensificou cada vez mais a repressão procurando aterrorizar o Povo Moçambicano e sufocar as suas aspirações: multiplicou os crimes, as prisões, as torturas, os bombardeamentos, os campos de concentração. Diante do desenvolvimento contínuo da guerra, os chefes militares colonialistas, recorrem então à tática das grandes ofensivas como a operação "NÓ GORDIO", que foi derrotada vergonhosamente.

Os acontecimentos que acabam de ocorrer em Portugal estão assim intimamente ligados ao desenvolvimento da nossa luta armada, são um reflexo do combate anti-colonialista.

O golpe de Estado teve lugar em Portugal: as transformações a que ele dará lugar poderão conduzir ao estabelecimento da democracia em Portugal. Nós consideramos esse facto uma vitória para o Povo Português, vitória com a qual nos alegramos, pois a nossa luta nunca foi dirigida contra o Povo Português que estava ele próprio oprimido pelo fascismo.

Em Moçambique, porém, o colonialismo continua e, enquanto ele continuar o Povo Moçambicano continuará oprimido. Só o derrubamento do colonialismo português poderá dar ao Povo Moçambicano os seus direitos, pois só a independência permite realizar a libertação completa e a afirmação da nossa personalidade moçambicana.

Como dissemos em muitas ocasiões, não nos batemos para sermos portugueses de pele preta; temos a nossa história, temos as nossas tradições, temos a nossa personalidade que desejamos afirmar como Povo livre e soberano.

A luta armada pela conquista da nossa plena independência tem progredido graças à identificação total do nosso Povo com este objectivo, levando-nos de sucesso em sucesso.

Desesperado com a expansão contínua das chamadas do combate libertador o exército colonial passou a recorrer de forma sistemática aos massacres de populações, matando dezenas e centenas de pessoas, como aconteceu em Mocumbura, em 1971, em Mirimbu em 1972, em Chawola em 1973, em Inhamitanga em 1974, para referir somente alguns dos massacres mais bárbaros que chegaram ao conhecimento da opinião internacional.

Que resultados obteve com estes massacres? Conseguiu desencorajar o Povo Moçambicano? Bem pelo contrário.

Estes massacres em vez de desmoralizar, só serviram para tornar mais clara a face real do inimigo.

O espírito de resistência tornou-se ainda mais forte e mais determinado, a luta armada estendeu-se ainda com mais vigor para novas zonas.

O único resultado da intensificação da repressão foi o de criar uma crise interna e um isolamento Internacional sem precedentes para o colonialismo português.

Perante a determinação do Povo Moçambicano e os sucessos da luta armada da libertação nacional, certos sectores no seio do próprio exército português puseram em causa a política colonialista de repressão dos direitos legítimos do Povo Moçambicano à sua independência.

pág. 5

Torna-se pois claro que o colonialismo português não pode ganhar a guerra no plano militar.

Que conclusão resta tirar? Se a guerra não pode ser ganha, a única solução é o reconhecimento de que a força não pode reprimir a vontade do Povo Moçambicano à independência e que a única solução é o reconhecimento do direito do nosso Povo à sua libertação e independência totais.

No entanto os sectores reaccionários não desarmam: conscientes de que não poderão ganhar a guerra e que caminham para a derrota inevitável tentam recorrer a manobras que eles chamam "solução política".

A nossa experiência tem mostrado que cada vez que o inimigo conhece derrotas no campo militar, ele recorre a manobras. Tivemos ocasião de ver no passado como ele tem recorrido à subversão, infiltração de agentes, assassinatos de dirigentes, incitações à deserção, tentativas de estimular ideias reaccionárias no nosso seio.

No plano da propaganda o inimigo recorre à mistificação política, utilizando termos como "autonomia" e "autodeterminação", que ele deturpa e pelos quais ele procura desmobilizar a opinião pública, nacional e internacional. O governo de Caetano era perito nessas manobras que se traduziam pela utilização de nomes novos e pela mudança das designações: chamou "Moçambique" Estado, chamou à União Nacional, A.N.P., chamou à PIDE-DGS. Mas se os nomes mudavam o Povo Moçambicano era cada vez mais oprimido, a repressão era intensificada, a guerra colonial tornava-se cada vez mais bárbara.

No momento actual, ao mesmo tempo que em Portugal forças democráticas cada vez mais numerosas se pronunciam contra a guerra colonial e pela independência dos Povos das colónias, os sectores reaccionários que vivem da exploração do trabalho e da pilhagem dos recursos naturais dos Povos das colónias, não se dão por vencidos.

Em Moçambique, estas forças estão activas e beneficiam do apoio dos países racistas vizinhos — a África do Sul e a Rodésia. Estes grupos, desesperados com a queda do Caetanismo que lhes fez perder o controle total da situação de que dispunham até agora, vão fazer todos os esforços para se oporem à independência do nosso Povo.

A sua acção vai situar-se principalmente em dois planos: intensificação da repressão e multiplicação das manobras com o objectivo de encontrar novas formas para manter a dominação colonial.

Devemos estudar e prever as formas que vão tomar tais manobras para saber como nos opôr a elas.

Vamos assistir à criação e reforço de grupos fantoches colaboracionistas ao serviço do colonialismo, cuja tarefa será a de procurar mostrar que o governo colonialista português está a satisfazer as aspirações do Povo Moçambicano à independência.

Todas estas manobras visam semear a confusão a fim de criar a ilusão de que já somos independentes e que por isso já não devemos lutar.

A criação e o reforço de grupos fantoches será acompanhada de intensificação do recrutamento de tropas fantoches tais como os GE, GEP, Companhis dos Comandos de Moçambique, FLECHAS e OPV, que serão engajados na repressão de forma crescente a fim de mascarar a agressão estrangeira e apresentá-la como guerra civil entre moçambicanos.

Nos planos das forças reaccionárias e colonialistas a repressão continuará e intensificar-se-á abatendp-se com força sobre todos os nacionais: a prova é que em Moçambique, a PIDE-DGS não desaparece, apenas sendo os mesmos criminosos da PIDE-DGS integrados dentro do exército.

As forças reaccionárias vão dedicar-se, em particular, à intensificação do trabalho de infiltração de agentes nas nossas zonas, com o objectivo de difundir as palavras de ordem do inimigo, semear a confusão, minar a disciplina no seio das forças armadas e perturbar o trabalho da reconstrução nacional nas zonas libertadas.

Vamos assistir ao lançamento de apelos, por meio de panfletos e por meio da rádio, como o fizeram outros traidores no passado, procurando incitar os combatentes e a população a renderem-se.

Convencidos do mito racista da inferioridade e incapacidade dos africanos, as forças colonialistas que recusam a aceitar que o Povo Moçambicano seja capaz de lhes inflingir as derrotas que vêm sofrendo, vão intensificar a sua propaganda que pretende apresentar-nos como agentes de forças estrangeiras.

No plano internacional, as manobras terão como objectivo enganar a opinião pública internacional, procurando apresentar o Povo Moçambicano como Povo já livre e que aceita de sua livre vontade a dominação portuguesa, assim como já havia tentado Marcelo Caetano. Alguns moçambicanos fantoches serão levados para circular a travez do mundo para defenderem o colonialismo português.

pág. 7

Será que tais manobras poderão ter sucesso?

Para responder a esta pergunta devemos mais uma vez recorrer à experiência do passado. Qual foi o resultado das inúmeras manobras que o inimigo tentou no passado?

Em primeiro lugar devemos sublinhar que cada nova manobra apareceu sempre como resultado de uma nossa vitória, de um nosso progresso no plano político-militar.

As manobras a que as forças reaccionárias vão recorrer neste momento, serão também, como no passado, tentativas de responder aos grandes sucessos que a nossa luta obteve ultimamente,

Mas assim como as tentativas anteriores fracassaram, também as manobras futuras fracassarão. O nosso Povo está maduro politicamente, unido solidamente em torno da FRELIMO, graças à experiência de 12 anos de luta política e militar contra o exército colonial e contra todo o tipo de manobras subversivas.

Devemos, no entanto, estar particularmente atentos à multiplicação de crimes contra a população africana e europeia, que os colonialistas vão procurar atribuir à FRELIMO como tentaram anteriormente.

A este respeito, a FRELIMO deseja reafirmar mais uma vez, claramente a sua política em relação à população civil europeia: a luta armada de libertação do Povo Moçambicano tem como objectivo a libertação completa do Povo Moçambicano, do sistema colonial português: os seus alvos são o aparelho militar, policial, administrativo e económico de dominação. Todos aqueles que vivem do seu trabalho honesto não constituem objectivo para as nossas armas.

A FRELIMO não opera qualquer discriminação nas suas fileiras: moçambicanos de todas as raças, origens e confissões religiosas são membros da FRELIMO desde que se disponham a lutar contra o colonialismo português e sigam a linha política da FRELIMO, que visa conquistar a independência total e completa de Moçambique— do ponto de vista político, económico, social e cultural.

Por esta razão queremos chamar a atenção de certos sectores da população europeia que estão a ser manipulados por grupos ultra-reaccionários que os incitam contra a população africana e contra a FRELIMO com o objectivo de criar uma guerra racial entre brancos e pretos em Moçambique. Estas forças ultra-reaccionárias e ultra-racistas, aliadas com a África

do Sul e a Rodésia racistas, estão preparadas para todas as aventuras, a fim de impedir a independência do Povo Moçambicano. O Povo Moçambicano deve mobilizar-se a fim de fazer fracassar tais manobras que visam colocar o nosso país na dependência total da África do Sul e da Rodésia. Os governos racistas destes países, que receiam a independência de Moçambique os prove da mão de obra escrava moçambicana, graças à qual fazem funcionar as suas explorações mineiras e plantações, que de outro modo seriam anti-económicas, farão tudo para utilizar os colonos brancos de Moçambique como instrumentos da sua política.

A população europeia deve desassociar-se dessas manobras que são contrárias aos seus interesses e aos do Povo Moçambicano.

Aos moçambicanos brancos, homens e mulheres, jovens e velhos, trabalhadores, estudantes, intelectuais, empregados, funcionários e outros, cujo apoio e participação à luta de libertação tem vindo a crescer, e cujos sentimentos nacionalistas constituem uma razão de orgulho para o Povo Moçambicano inteiro, cabe intensificar decisivamente a acção no quadro da FRELIMO, para fazer triunfar os nossos ideais de liberdade e independência total e completa de Moçambique.

A guerra colonial será intensificada, mas será, ao mesmo tempo, acompanhada de uma campanha demagógica sobre a paz, procurando acusar a FRELIMO de ser a responsável da guerra.

O Povo Moçambicano, os combatentes da FRELIMO que são o Povo Moçambicano em armas não são profissionais da guerra: querem a paz, mas a paz que queremos, a paz real, não pode existir enquanto o colonialismo dominar o nosso Povo.

A paz é inseparável da independência nacional, pois só com a independência nacional terminará a guerra e haverá paz em Moçambique, camaradas,

As manobras que se aproximam são pois uma repetição embora mais intensa das manobras precedentes: importa por isso prepararmo-nos para rechaçá-las em todos os planos.

Devemos em primeiro lugar reforçar e consolidar a nossa unidade, política e ideológica, continuar a mobilizar o Povo Moçambicano em volta da bandeira da FRELIMO e das palavras de ordem de independência total e completa de Moçambique no plano político, económico, social e cultural.

pág. 9

Só a independência total e completa poderá permitir aos moçambicanos dirigirem o seu país, libertarem a sua economia da dominação dos monopólios estrangeiros, acabarem com a exploração e fazerem viver e desenvolver a sua cultura.

Devemos intensificar e estender para novas zonas a luta armada de libertação nacional, que nos permitiu alcançar já grandes sucessos, a fim de acelerar a derrocada do colonialismo português.

Devemos intensificar a mobilização e explicação do programa da FRELIMO, tanto junto dos militantes como junto da população, a fim de consolidar a nossa Organização e as nossas estruturas, reforçar o poder popular, único instrumento capaz de servir os interesses das largas massas e dar o verdadeiro conteúdo à independência, justificando assim os inúmeros sacrifícios que temos consentido.

Devemos denunciar todos os grupos fantoches compostos de velhos e novos lacaios pretos e brancos ao serviço do colonialismo português a fim de os neutralizar.

Devemos reforçar a vigilância contra as tentativas do inimigo de infiltrar agentes nas nossas zonas, estando atentos contra todas as palavras de ordem que visem semear a confusão, minar a disciplina, ou diminuir o reforço da luta.

Impermeabilizemos as nossas fileiras contra a infiltração do inimigo e dos seus agentes, em particular contra a tentativa de desvirtuar a natureza do nosso combate, tentando transformá-lo em guerra racial.

Neste momento em que a nossa luta, assim como a luta dos Povos irmãos de Angola, da Guiné-Bissau e Cabo Verde, se mostrou capaz de criar uma crise sem precedentes em Portugal, que anuncia a derrocada do colonialismo português, devemos mobilizar-nos para generalizar a nossa ofensiva em todas as frentes desde a luta armada à reconstrução nacional, para desferir golpes ainda mais duros e acelerar a derrota do colonialismo português e do imperialismo.

Unamo-nos, forcemos a nossa unidade política e ideológica, intensifiquemos a luta para conquistar a nossa liberdade e a nossa independência, realizando na prática a nossa palavra de ordem que é mais actual do que nunca:

A LUTA CONTINUA. INDEPENDÊNCIA OU MORTE.
VENCEREMOS.

SAMORA MUISELS MACHEL
Presidente da FRELIMO

MENSAGEM DO CAMARADA SAMORA MACHEL

24/7/74

Vivemos um momento exaltante da nossa história em que a luta armada de libertação nacional, a resistência patriótica das massas unidas pela FRELIMO do Rovuma ao Maputo provoca o desmoronamento do regime colonial português. A determinação inabalável do nosso combate e dos povos irmãos de Angola e da Guiné-Bissau conduziu à falência o regime colonial fascista de Marcelo Caetano. O legítimo dever internacionalista de solidariedade permite-nos afirmar que com a nossa luta, os nossos sacrifícios já contribuimos para libertar o povo português nosso aliado, dum longa e abominável opressão. O nosso combate foi benéfico para os outros povos porque sempre soubemos defender com correção a natureza do inimigo, dos alvos, objectivos e métodos da luta. As vitórias da nossa guerra popular de libertação ligadas à queda do regime fascista na metrópole colonial criaram condições para que nas zonas ocupadas, largas massas do nosso povo afirmassem clara e publicamente a sua decisão de conquistar o direito mais sagrado e inalienável: A independência total e completa de Moçambique. Face a esta situação, o colonialismo intensifica as suas manobras: revestindo-se de uma fachada de democracia que sempre combateu e combate, o colonialismo desesperadamente, lança em novos e vazios jogos de palavras, Armando-se em defensor do povo que sempre oprimiu e oprime, o colonialismo tenta, sem pudor, disfarçar-se em defensor das massas. Criador de divisões, fomentador do racismo, o colonialismo pretende ainda apresentar-se como promotor da coexistência e relações harmoniosas entre os diversos grupos linguísticos que compõem o nosso povo. Derrotado numa das mais sangrentas guerras coloniais, o colonialismo pode ainda perguntar ao nosso povo se desejava ser independente. Bárbaro agressor, responsável por massacres selvagens, criminoso de guerra, o colonialismo diz-se agora pacífico. Em vão. O povo desmascara e rechaça a manobra. Anonimamente, moçambicanos e moçambicanas de todas as raças, crenças religiosas e origens sociais, identificam-se com a FRELIMO. Rejeitam as manobras divisionistas dos grupos fantoches criados pelo inimigo. Combatem intransigentemente as tentativas de perpetuar o colonialismo sob velhas e novas formas. Nas plantações, nas fábricas, na estiva, nos caminhos de ferro, repartições, nas escolas, na universidade, nas comunidades religiosas, no seio do exército colonial, em todas as zonas ainda ocupadas pelo inimigo, em todos os sectores do trabalho, desenvolve-se impetuosa a luta do nosso povo pela independência nacional contra o colonialismo e a sua guerra de agressão. A unidade do nosso povo, a sua firmeza, permitem que continuamente se alastre a nossa luta libertando a terra e os homens da dominação inimiga. Vemos assim na Província da Zambézia que, embora iniciada há menos de um mês, a luta cobriu já mais de um terço da Província, mobili

zando o ímpeto libertador de negros e brancos irmanados na sua personalidade moçambicana; decisão de conquistar a independência da Pátria. Em poucas semanas mais cinco mil patriotas voluntariamente se para ingressar nas fileiras das forças populares de libertação de Moçambique. Moçambicanos de todas as raças, forçados a ingressar no exército colonial, desertam e utilizam as suas armas para defender os interesses populares. Com profunda alegria, o Povo Moçambicano saúda a deserção de mais de um milhão de soldados do exército colonial, na maioria pertencentes aos grupos especiais GE e grupos especiais paraquedistas GEP. Estes nossos irmãos compreenderam que o colonialismo os queria transformar em agressores do seu povo. Eles decidiram-colocar-se ao lado das massas, manifestar a sua personalidade de patriotas moçambicanos, combaterem pela liberdade. Este magnífico despertar da consciência estende-se a todas as regiões do nosso país. Sujeitos à intoxicação da propaganda colonial-fascista, vítimas de numerosas provocações cometidas pelos terroristas, nítida influência de uma Rodésia fascista, a população branca de Vila Pery, convencida pelas nossas acções que a FRELIMO é o verdadeiro defensor dos interesses do Povo, os que vivem do trabalho honesto, querem construir um novo Moçambique; fazendeiros e madeireiros, encabeçados pelo Governador de Distrito vieram encontrar os nossos combatentes, com o objectivo de transformar o seu Distrito numa zona de Paz. A FRELIMO felicita a população branca de Vila Pery, pela sua tomada de consciência - acto histórico, promissor para o futuro da nossa Pátria, suscetível, desde já, de criar novas zonas de Paz no nosso País. A criação de zonas de Paz, significa a vitória do combate unitário do Povo pela Independência Nacional, significa iniciar em mais uma região o processo de reconstrução nacional, e instauração do poder popular e democrático. Para que essa Paz se torne real na cidade de Vila Pery e nas zonas circunvizinhas, importa que, as autoridades de facto, administrativas e militares, sigam escrupulosamente as instruções que lhes serão dadas pelos dirigentes locais da FRELIMO, representantes legítimos da vontade do poder popular. Essencialmente essas instruções implicarão: numa primeira fase, neutralização do exército colonial de ocupação, a permissão para os soldados moçambicanos de todas as raças de regressarem às suas casas, de virem para as zonas libertadas, desarmamento das milícias e forças privadas e a tomada de medidas energéticas contra os grupos terroristas e agentes provocadores; simultaneamente impetrará desenvolver um trabalho político de mobilização e organização das massas negras e brancas para esclarecimento e consciencialização, para a descolonização mental, colectiva e individual, que a todos libertará de complexos de superioridade e inferioridade, com vista à consolidação da unidade nacional, instrumento fundamental para a conquista da nossa independência, força motriz do nosso desenvolvimento. A posição política

da população de Vila Pery integra-se na larga corrente de transformações que se operam na nossa Pátria. De todas as zonas ainda ocupadas pelo inimigo, chegam-nos numerosas mensagens, abaixo-assinadas e cartas: operários, camponeses, estudantes, funcionários de todos os escalões incluindo os mais elevados, agricultores, comerciantes, industriais, membros de profissões, religiosos, organizações de toda a espécie, todos nos escrevem afirmando a sua adesão pela FRELIMO, o repúdio às manobras colonialistas incluindo o referendo e sublinhando a determinação em libertar a Pátria. Particularmente significativa para a FRELIMO são as cartas enviadas por pessoas que, não sendo naturais de Moçambique se radicaram nesta terra, identificando-se com o nosso povo, como moçambicanos querem edificar a nossa Pátria. A todos saudamos e dizemos que a FRELIMO é o Povo Moçambicano e que nas nossas fileiras há lugar aberto para cada moçambicano e moçambicana, para todos os que se queiram afirmar como moçambicanos, incluindo os que, não sendo naturais de Moçambique, querem viver e construir um novo Moçambique.

De primordial importância no momento actual é a posição tomada pelos soldados engajados à força pelo exército colonial numa guerra opressora. Todos nos congratulamos com a atitude corajosa e patriótica de 2.000 soldados de Boane e do Quartel de Engenharia de L.Marques declarando o seu apoio à FRELIMO e à independência total. Sendo em fim a Paz real, os soldados recusaram justamente serem enviados para as zonas operacionais. De salientar que nos dois quartéis esta atitude foi apoiada por numerosos militares portugueses; da mesma maneira os fuzileiros navais estacionados no Chire, na província da Sambésia, recusaram ser engajados nas operações. Esta atitude dos soldados em L.M., em Boane e no Chire não é isolada. Recebemos muitas mensagens de sargentos e praças inclusive oficiais de escalões superiores do exército colonial em Moçambique, declarando o seu apoio à causa da independência moçambicana e informando da sua repulsa em participarem em acções contra o nosso Povo e combatentes. Háis recentemente numa reunião no U.G. de Namputa, grande número de oficiais superiores portugueses, pronunciaram-se pelo fim das operações contra o nosso Povo e combatentes. O Povo Moçambicano, militantes e combatentes e Comité Central da FRELIMO saíam a tomá-la de posição das esperanças e oficiais portugueses contra a guerra colonial, cancro que foi os nossos dois países. Eles compreenderam que se encontravam engajados numa guerra injusta ao serviço de interesses pórdidos. Estes militares, diariamente, na sua carne e consciência sofrem as consequências de uma política criminosas, verificaram que o prolongamento inútil da guerra estima-se simplesmente a criar as bases dum sistema que perspectiva a exploração do nosso Povo e riquezas pelas Companhias monopolistas multinacionais estrangeiras. Estas

Praças, sargentos e oficiais que durante dez anos sofreram por interesses alheios ao Povo Português, soberam assumir os laços de amizade entre os nossos Povos e querem conduzir e de certo contribuir para a consolidação desses laços. A estes nossos amigos dizemos que desde já, é possível instalarmos a paz, desde que seja reconhecido o nosso direito fundamental à independência. Estas manifestações anónimas do Povo Moçambicano e dos soldados moçambicanos do exército colonial e agora dos próprios militares portugueses, demonstra claramente que o prosseguimento da guerra é da responsabilidade exclusiva do governo colonialista português. O governo de Lisboa recusa ainda aceitar a vontade clara do Povo Moçambicano e do próprio exército português, por isso que agora não reconhece o direito do Povo Moçambicano à sua independência completa e total nem o princípio da transferência dos poderes, que ainda exerce, à FRELIMO, legítima representante do Povo Moçambicano. Esta obstinação é criminosa e contrária aos interesses comuns dos nossos Povos e destinam-se exclusivamente a retardar o fim da guerra e permitir em conivência com os sequazes do regime colonial fascista a instalação de terceiras forças fantoches a soldo do imperialismo. As campanhas de provocação e terrorismo que envolvem vários pontos nomeadamente as cidades de Lourenço Marques e Beira comprovam amplamente esta realidade. Tal como durante os regimes de Salazar e Caetano as forças reaccionárias portuguesas jogam com a vida dos filhos do Povo Português no exército colonial para salvaguardar os seus interesses mesquinhos. Neste contexto recai uma responsabilidade particularmente grave sobre a nova administração colonial de Moçambique, encabeçada pelo governo de Soares de Melo. Esta administração apenas representa e exprime os interesses estrangeiros, os interesses do colonialismo. A sua tolerância e colaboração com elementos fascistas e racistas, a sua passividade perante as provocações incríveis dos terroristas, a sua caução à agressão colonial mostram definitivamente aqueles que ainda tinham ilusões que, conforme a FRELIMO declarou já aquilo a que o governo português chama de governo provisório não é senão uma administração colonial. O Povo Moçambicano inteiro, unido do Rovuma ao Maputo sob a bandeira da FRELIMO quer a liberdade, a paz e independência que são inseparáveis.

O colonialismo português será batido, o Povo Moçambicano vencerá. Lançemos a palavra de ordem mobilização. Organizemo-nos numa larga frente unitária para a independência nacional e a paz.

A LUTA CONTINUA
INDEPENDÊNCIA OU MORTE
VENCEREMOS



CIDAC
Centro de Documentação

DECLARAÇÃO DO COMITÉ EXECUTIVO DA FRELIMO SOBRE OS ACONTECIMENTOS EM PORTUGAL

No dia 25 de Abril de 1974 tomámos conhecimento através das emissoras de radiodifusão do desencadeamento em Portugal de um golpe de estado pelas Forças Armadas do qual veio a resultar a destituição do governo de Marcelo Caetano e a sua substituição por uma Junta de Salvação Nacional. Este Movimento, segundo os seus propositos, visa responder às exigências da crise actual que atravessa o regime e a sociedade portuguesa após 13 anos de guerra colonial. Na realidade, o golpe de estado que acaba de ter lugar não pode ser visto isoladamente: é um resultado da tomada de consciência de sectores crescentes do povo português de que a guerra colonial desencadeada ferozmente pelo regime fascista visa reprimir as aspirações dos povos colonizados, a independência e a libertação, e opoe-se em definitivo às próprias aspirações do povo português ao progresso, ao bem estar e à democracia social.

Neste momento nós saudamos em primeiro lugar as forças democráticas portuguesas que desde há anos se têm vindo a opor activa e corajosamente à guerra colonial. Essa tomada de consciência crescente está intimamente ligada à afirmação da vontade indefectível do povo moçambicano assim como dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Ilhas de Cabo Verde à independência e à liberdade, vontade que se concretizou na luta armada de libertação nacional que se tem vindo a estender progressivamente e que no nosso país atinge hoje regiões vitais.

A coincidência entre a crise do regime em Portugal e os grandes desenvolvimentos que conheceu a luta de libertação nacional em Moçambique, nos últimos dois anos, não é fruto do acaso, mas uma prova adicional do impacto que tem a nossa luta na situação em Portugal.

O factor determinante da situação em Portugal e nas colónias é e continua a ser, a luta dos nossos povos, e o problema fundamental sem o qual nenhuma solução será possível é o da independência dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Ilhas de Cabo Verde, assim como as restantes colónias portuguesas.

No que diz respeito ao povo português, na medida em que os princípios definidos nas proclamações dos autores do golpe de estado conhecidas até agora se concretizarem, tal facto constituirá sem dúvida um passo em frente no estabelecimento da democracia em Portugal.

Os jovens que se engajaram na acção destinada a pôr termo a 48 anos de ditadura ininterrupta em Portugal agindo no sentido das aspirações do povo português à realização dos seus direitos legítimos à democracia, liberdade e independência real, são os mesmos jovens que levados a bater-se contra o nosso povo compreenderam nas colónias a injustiça da guerra em que estavam envolvidos e a natureza do regime que os levava a dar a sua vida pela defesa de interesses que eram contrários aos interesses do seu povo.

O estabelecimento da democracia em Portugal será uma vitória para o povo português, vitória que nos alegra.

Para o povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, a definição correcta do inimigo sempre constituiu um ponto de princípio essencial: o inimigo do povo moçambicano não é o povo português, ele próprio vítima do fascismo, mas o sistema colonial português. E o próprio exército português foi levado a compreender que não defendia os interesses do seu povo na guerra colonial ao sentir a desafeição crescente da opinião portuguesa em relação à guerra que trava nas colónias.

Se a nossa luta representou assim uma contribuição à luta do povo português contra o fascismo e para a reconquista do seu direito à democracia a FRELIMO não pode senão felicitar-se de para isso haver contribuído.

Das do mesmo modo que o povo português tem direito à independência e à democracia não se poderá negar ao povo moçambicano os mesmos direitos. E por esses direitos elementares, mas essenciais, que nos batemos. Os objectivos da FRELIMO são bem claros: a independência total e completa do povo moçambicano, a liquidação do colonialismo português. O povo moçambicano constitui uma entidade distinta do povo português, possui a sua própria personalidade política, cultural e social que só pode ser realizada pela independência de Moçambique. Não nos batemos para sermos portugueses de pele preta. Batemo-nos para nos afirmarmos enquanto moçambicanos, sem que tal signifique contudo desprezo pelo povo português ou qualquer outro povo.

FRELIMO reafirma a este propósito o princípio de cooperar plenamente numa base de independência, igualdade, respeito e interesse mútuo com todos os povos do mundo.

FRELIMO reafirma ainda claramente que a definição de moçambicano não corresponde a uma cor de pele ou origem racial, étnica, religiosa ou outra: são membros da FRELIMO todos os moçambicanos que aderem ao seu programa de luta contra o colonialismo português pela independência de Moçambique. A FRELIMO não é uma organização racial, não faz guerra racial.

Reafirmamos aqui o que declaramos em Julho de 1972 no momento da abertura de uma nova frente:

"Ao desencadearmos a luta em Manica e Sofala onde se encontra implantada uma fracção importante da comunidade portuguesa no nosso país, queremos reafirmar que a nossa luta não é contra ela, que a nossa vitória só pode beneficiar os que vivem do trabalho honesto, os que sofrem da exploração colonial e fascista. O Povo moçambicano fraternalmente convida os soldados portugueses, a população portuguesa a unirem-se ao esforço comum de libertação. A este respeito, ao mesmo tempo que saudamos o apoio crescente de moçambicanos brancos à luta de libertação nacional queremos pôr em guarda certos sectores da população europeia de Moçambique contra as tentativas inspiradas pelas forças ultra-racistas, encorajadas pelos países racistas vizinhos, de transformar a nossa luta armada de libertação numa guerra to tal entre brancos e pretos, manobra que tem como objectivo levar os colonos brancos a participar activamente na repressão contra o nosso povo. Tal atitude transforma-os em instrumentos de outras forças e não serve os seus próprios interesses nem os do povo moçambicano."

São estes pois - liberdade e independência, afirmação da nossa própria personalidade - os objectivos da nossa luta.

Os combatentes da FRELIMO não são profissionais da guerra. São o povo moçambicano em armas. São, antes de mais, militantes políticos que pegaram em armas para pôr termo à violência quotidiana da dominação, da exploração e da repressão colonial.

Que o governo português tire completamente as lições da experiência passada e compreenda bem que só pelo reconhecimento do direito do povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO, seu autêntico e legítimo representante, à independência, se poderá pôr termo à guerra.

Qualquer tentativa de iludir o problema real só terá como consequência causar novos e escusados sacrifícios.

A via para a solução do problema é clara: reconhecer o direito do povo moçambicano à independência.

Se porém o objectivo do golpe de estado é o de encontrar novas fórmulas para perpetuar a opressão sobre o nosso povo, que os governantes portugueses saibam que se defrontarão com a nossa firme determinação. O povo moçambicano ao longo de 10 anos de luta armada heroica, consentiu pesados sacrifícios e derramou o sangue dos melhores dos seus filhos para defender o princípio inalienável da sua soberania como nação livre e independente.

Temperado politica e militarmente, encorajado pelos sucessos crescentes na luta armada de libertação nacional, e mais unido do que nunca sob a direcção da FRELIMO, o povo moçambicano não recuará diante de qualquer sacrificio para que triunfem os seus direitos e aspirações fundamentais.

Não poderemos aceitar que a democracia para o povo português sirva como cobertura para impedir a independência do nosso povo. Assim como a época de Gaetano demonstrou amplamente que não existe fascismo liberal, é necessário compreender claramente que não há colonialismo democrático.

Neste momento importa que todas as forças solidárias do povo moçambicano e dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe continuem a agir para que seja reconhecido o nosso direito à independência completa e permaneçam vigilantes perante quaisquer manobras visando bloquear o processo da nossa libertação total, vindas tanto da parte do governo português como dos regimes da África do Sul e da Rodésia racistas.

Importa ainda que as forças que apoiam a nossa luta reforcem a sua ajuda em todos os planos ao movimento de libertação para que se possam concretizar com o fim do colonialismo português, as aspirações dos nossos povos que são as de toda a humanidade.

INDEPENDENCIA OU MORTE !

VENCEREMOS !

A LUTA CONTINUA !

O Comité Executivo da Frente de Libertação
de Moçambique

27 de Abril de 1974

ANEXO VI

- RELATÓRIO ESPECIAL DA REGIÃO MILITAR DE
MOÇAMBIQUE DE 5 DE JUNHO DE 1974.

Resultado directo da intensificação da guerra pela
Frelimo numa ocasião em que o exército português se
encontrava desorientado face aos acontecimentos de
Lisboa após o 25 de Abril.

CIRCULAR DO QUARTEL-GENERAL DA REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE

(5-VI-1974)

1. Tem-se constatado que a actividade In a partir de 25ABR74 sofreu um incremento considerável como resultado de determinações insistentemente difundidas pelos órgãos superiores da Frelimo, muito especialmente após aquela data.

Resumidamente a situação pode esquematizar-se:

Total das acções IN em 1974		Aumento ou Diminuição Percentual (em relação a Janeiro)
Mês		
Janeiro	315	---
Fevereiro	293	-- 7%
Março	358	+ 14%
Abril	443	+ 41%
Maior	462	+ 47%

2. Este aumento da actividade In traduziu-se essencialmente:
- Na implantação de engenhos explosivos nos itinerários mais frequentemente utilizados.
 - Ataques a guarnições militares, especialmente na área de cabo Delgado.
 - Ataques a populações aldeadas visando obter o seu desequilíbrio psicológico.
 - Destruição de infra-estruturas de algum interesse económico, com graves repercussões nas populações europeias.
3. Por outro lado vem sendo anunciada a expansão das actividades violentas a outras áreas visando uma dispersão das nossas tropas e consequente desequilíbrio no potencial de combate das forças nacionais.
4. Notícias recentes e de elevada classificação referem que a Frelimo terá determinado a todos os comandos provinciais que fosse aproveitada a situação de desequilíbrio das tropas portuguesas (resultante do momento político actual e do anunciado fim da guerra) para intensificar a actividade operacional, visando obter resultados significativos que lhe permita ocupar uma posição cimeira nas conversações a efectuar em Lusica.
5. Conjugando a situação atrás exposta e com uma análise dos elementos estatísticos existentes verifica-se que no âmbito da actividade desenvolvida pelas forças nacionais há uma *acentuada* quebra de rendimento (já anotada pela própria Frelimo) que tem acarretado um número de

baixas em franco desequilíbrio com os resultados obtidos:

— Assim:

a. *Baixas ao IN* [Inimigo]

— No mês de Maio atingiu-se o valor mais baixo do período 1973/74.

— As baixas causadas em Maio/74 são cerca de metade do valor mais baixo de 1973.

b. *Armas capturadas ao IN*

— Como na alínea anterior, atingiu-se no mês de Maio o quantitativo mais baixo do período 1973/74.

— O número de armas capturadas em Maio/74 é cerca de um quarto do valor mais baixo de 1973.

c. *Baixas às NT* [Nossas Tropas]

— O número de mortos em combate não diminuiu no mês de Maio/74, estando até a média de 1974, ligeiramente superior a média de 1973.

— O número de feridos em combate no mês de Maio/74 também não diminuiu.

6. Face ao exposto nos números anteriores, pode-se concluir em síntese:

a. O In incrementou extraordinariamente a sua actividade.

b. As NT têm-se mostrado pouco eficientes mercê duma inércia, amolecimento e falta de agressividade que urge contrariar.

— A falta de agressividade não tem impedido que o número de baixas em combate das NT continue nos mesmos quantitativos.

c. A Frelimo poderá assim tirar vantagens apreciáveis nas conversações projectadas, sendo assim prejudicadas as populações e consequentemente os objectivos do Movimento das FA.

d. Todos desejamos o fim da guerra, mas enquanto o In continuar a guerra e tentar impor por meios violentos a sua vontade, tem que ser combatido para que sinta a nossa determinação.

e. Um prolongamento ainda imprevisível das acções de fogo tem que ser energeticamente acompanhado por uma conveniente acção de Comando.

— Uma desmoralização das NT, que tem enfrentado momentos muito mais difíceis com uma energia, determinação e optimismo verdadeiramente notáveis, tem que ser evitada a todo o custo.

— A manter-se a falta de agressividade, tal desmoralização surgirá logicamente, o que acarretará situações muito graves.

7. Portanto, encarrega-me o General Comandante-Chefe Interino de solicitar a melhor atenção para este candente assunto.

Arquivo particular, 3 págs. de texto policopiado, III.

ANEXO VII

- ACTA DA REUNIÃO DO MFA-MOÇAMBIQUE DE 28 DE JUNHO
DE 1974.

A reunião do MFA-Moçambique foi organizada com o objectivo central de se tomar posição face ao silêncio de Lisboa em relação à situação em Moçambique e face às posições de Spínola em relação ao Ultramar em geral.

REUNIÃO EM 28 JUN 74

ACTA

1. Antes de entrar de discussão da AGENDA foram apresentados os seguintes pontos:

a. Falta de espírito democrático que transpareceu do modo como os assuntos do MFA estavam a ser tratados na área de V. GOUVEIA - V. PERY (Aspecto apresentado por um oficial de V. GOUVEIA).
Sobre este assunto concluiu-se que tal procedimento era anterior à reunião com as Comissões Regionais efectuada em NAMPULA. Por isso, era de esperar que, como consequência desta reunião e com o trabalho de estruturação do MFA, em curso, tais inconvenientes viriam a ser sanados.

b. Foi solicitada a mesa informação sobre as conclusões da reunião com as Comissões Regionais.

Ficou aceita a difusão escrita destas conclusões, trabalho que, aliás, está em curso.

2. Discussão dos Pontos da AGENDA:

a. ORGANIZAÇÃO DO MFA

Directivas para a estruturação democrática do MFA e preservação da hierarquia e disciplina.

(1) Quanto a termos usados nos documentos em apreciação sobre este ponto da agenda foi posto em causa o emprego do termo VIGIAR nas atribuições das Comissões do MFA relativamente à sua actuação junto dos Comandos. Argumentou-se que o termo seria demasiado incisivo podendo levar a reacções contrárias ao espírito de bom entendimento e cooperação de se devia procurar criar.
Rebateu-se esta opinião argumentando-se como segue:

(a) Houve em 25 de Abril um movimento revolucionário que se utilizou e apresentou um programa político que foi recebido pelas massas populares e pela opinião internacional e transformado em lei fundamental. É portanto que o MFA deve cumprir.

Tal movimento e tal programa foram de inteira responsabilidade do MFA e não dos Comandos legalmente estabelecidos.

Assim cabe ao MFA garantir a prossecução do seu programa e aos Comandos actuar em conformidade com ele.

Nestes termos a competência e atribuições das Comissões do MFA têm de ser efectivamente VIGIAR e considera-se mesmo conveniente a utilização de termos incisivos como este para que as pessoas que ocupam os lugares de Comando e que nunca pertenceram nem pertencem ao MFA se mentalizem, para a realidade dos factos e da situação de excepção que actualmente se vive. Não aceitar esta situação admite-se e aceita-se até como digna mas a actuação consequente terá que ser outra totalmente e diferente à reacção comprometadora da reunião e da cooperação.

Além deste aspecto foi ainda referido que VIGIAR correspondia ao que se passava efectivamente em Lisboa com a COMISSÃO CENTRAL junto do Governo e dos órgãos centrais das F.A. Ficou portanto assente manter este termo porque na realidade não haveria outro que melhor se adequasse à realidade da situação.

(2) Entrou-se depois em discussão, em termos mais gerais mais de fundo que do facto. Levantaram-se realmente alguns pontos de dúvida e portanto de estudo e ponderação como por exemplo:

- Equivalência entre o MFA e as ASPIRAÇÕES POPULARES
- Coerência entre os objectivos do MFA e do GPC
- Posição da J.S.N.
- Coerência na acção política do MFA e legitimidade desta.

O modo como a discussão evoluiu permitiu por em causa que os presentes estivessem em condições de discussão efectiva devido ao pouco tempo havido entre a distribuição dos documentos e a reunião.

Assim resolveu-se por à votação:

- Organiza-se ou não o MFA em Moçambique em todos os escalões?
- Caso afirmativo discute-se ou não nesta reunião o modo de organização?

Feita a votação assentou-se no seguinte:

- Organiza-se o MFA
- Discute-se a sua organização em reunião marcada para 1 JUL 74 às 20H30.

b. ELABORAÇÃO DE UMA AGENDA PARA LISBOA

Neste segundo passo da agenda foram apresentadas várias propostas para a agenda a levar a Lisboa que a seguir se indicam. Dum modo geral todas foram aprovadas aceitando-se uma posterior revisão da redacção no critério do gabinete de modo a evitar repetições e no sentido de uma apresentação concreta e precisa.

É já sobre esta revisão que se apresentam os pontos seguintes:

1º- O MFA/MOÇ deseja ser informado concreto e precisamente do seguinte:

- a)- Como está organizado na Metrópole o MFA?
- b)- Se existe ou não um órgão central e quais as suas atribuições e relações com o S.C.P., conselho de Estado, MFA?
- c)- Quais as relações deste órgão com o ultramar nos aspectos hierárquicos e de coordenação?
- d)- Quem é o oficial encarregado e responsável pela ligação com Moç.
- e)- O que se passa com promoções deserdicionárias? Quem as determinou, quem foi ouvida para a efeito e quais as razões que as motivaram? Sobre este assunto o MFA/MOÇ informa o MFA/LISBOA, que até agora, dadas razões convincentes rejeita categoricamente tais promoções e lembra os altos e graves inconvenientes que delas advêm para as F. Armadas.
- f)- O que se passa e o que se prevê quanto ao processo normal de promoções de oficiais? Informa-se que a falta de orientação concreta neste aspecto está a afectar seriamente o estado de espírito dos oficiais do Q.P.
- g)- O que se passa com os conselhos de arma? Foram eleitos ou nomeados? Por quem? Quais as suas atribuições? Quais as constituições actuais (nominais)? Como está determinada ou prevista a sua ligação, para consulta, com a maioria dos oficiais que estão no ultramar?
- h)- Que se passa com o C.E.M.? O MFA/MOÇ rejeita categoricamente situações de elitismo ou favoritismo quer no aspecto de situações quer de funções como existiam antes do 25 Abr.
- i)- Qual a versão oficial do J.S.N., MFA e MFA/LISBOA. da situação em Moçambique?
Há coerência entre as três entidades?
Há coerência das directivas emanadas com esta versão?
- j)- O que há, concreta e precisamente quanto a negociações com os Movimentos de Libertação? Razões concretas de impasse? Qual a orientação futura?
- k)- Quais os resultados da Reunião dos Presidentes dos países da OUA no que se refere à descolonização dos territórios portugueses?
- l)- Qual é concretamente a orientação da estratégia política relativamente às colónias ao nível Spínale? Descolonizar ou neo-colonialismo?
- m)- O que se passa quanto à reorganização e reestruturação das F. ARMADAS? O que está em vias de solução, em estudo ou previsto para o futuro? O que se prevê quanto à consulta dos militares de todas as classes, presentes no ultramar? Que

2º- Informar concretamente a situação real em Moçambique nos seguintes aspectos:

- Militar (incluir situação das tropas irregulares, militarizadas, regulares africanas, metropolitanas recém chegadas - sua mentalização).
- Político
- Populações

3º- Informar qual a solução preconizada pelo MFA/MOÇ.

4º- Exigir coerência das directivas militares e políticas inclusive uma interpretação concreta do programa do MFA, com a situação real e dentro da ideia de que se fez 10 25 de Abril, para que as F.A. não fossem o bode expiatório duma política errada através duma derrota militar. Deve ser muito bem concretizado o papel da acção militar dentro da estratégia geral. O MFA/MOÇ rejeite categoricamente o prosseguimento duma conduta que possa conduzir ao mesmo fim.

5º- Apresentar à consideração do MFA/LISBOA as normas de organização e estruturação do MFA/MOÇ.

6º- Propor a vinda a Moçambique dos elementos da Comissão Central do MFA e dos responsáveis pela política, pela diplomacia e pela actividade militar, necessários para um debate o mais amplo e concreto possível sobre os pontos indicados nos números anteriores.

NOTA: Ficou ainda decidido exigir uma resposta escrita aos pontos acabados de referir.

c. A discussão evoluiu depois no sentido de definir e esclarecer qual a solução para o caso de MOÇAMBIQUE que se deverá apresentar a LISBOA. Após algumas intervenções de ordem genérica, a mesa interveio propondo a orientação das intervenções no sentido de se apreciarem, à luz da paz e do bem dos povos de Moçambique, as suas soluções actualmente formuladas pelos escalões políticos das partes em negociação:

- (1) Solução SPINOLISTA: Submeter a referendo popular o destino de MOÇAMBIQUE.
- (2) Solução FRELIMO: Reconhecimento do direito à independência e negociação de transmissão de poderes.

Das várias intervenções que se seguiram dentro desta orientação, destacam-se os seguintes pontos:

- (1) A paz depende de muitos factores que nos transcendem por isso o assunto deve ser de exclusiva competência do C.P.C.

(2) Existem influências externas: NATO, USA, ONU, OUA, etc. Algumas delas influirão na opção pelo referendo o que, implicando a continuação da guerra vai condicioná-la à situação das N. Forças e, conseqüentemente, a ponderar a sua exequibilidade.

(3) Outro condicionamento é o programa do MFA. Quanto a este aspecto foi referido que, sendo um programa revolucionário, durante a fase revolucionária, tem necessariamente de ser um programa dinâmico, não só na sua interpretação como também na sua alteração se necessário. É portanto necessária uma adaptação permanente às realidades, à evolução da situação, ao bem dos povos e aos caminhos viáveis para o paz. Para tal há que por permanentemente em causa os seguintes aspectos:

- Reconhecer ou não o direito à independência.
- Se ao povo interessará ou não um futuro democrático.
- Se o interlocutor quanto ao cessar fogo tem ou não poder de facto e de direito sobre MOÇAMBIQUE.
- Necessidade de conseguir a união dos povos de MOÇAMBIQUE em vez da desagregação partidária ou tribal.
- Possibilidade de manter a guerra. ???!!!

(4) Quanto à hipótese de um futuro numa sociedade democrática foi posto em causa a sua compatibilidade com uma solução não colonialista. Referiu-se a impossibilidade positiva desta solução devido às insuficiências inerentes à situação sócio-económica de MOÇAMBIQUE e a conseqüente necessidade de interferência estrangeira especialmente no aspecto financeiro.

Quanto a estes aspectos argumentou-se que a solução que mais conviria para MOÇAMBIQUE independente seria um socialismo e bastante tendente para a esquerda. (F. L. L.)

Quanto à necessidade do domínio exterior económico-financeiro, para o povo, seria preferível um neocapitalismo ocidental.

(5) Quanto à hipótese FRELIMO foi posto a questão seguinte:

- Ou a FRELIMO tem estruturas próprias para estabelecer um governo de facto ou então cairá sempre num neo-colonialismo pois necessitará de ajuda exterior. Esta será ou nossa ou de estranhos. E haverá sempre ingerência externa pois a FRELIMO tem em débito todas as ajudas até agora recebidas, especialmente da CHINA, e tais ajudas nunca são a título gracioso. Para prevenir a carência de estruturas da FRELIMO foram ainda postas as hipóteses de substituição das NT por forças da ONU ou de constituição dum governo misto.

(6) Noutra intervenção foram referidos três hipóteses possíveis quanto ao futuro de Moçambique:

- 1ª.- Independência por referendo
- 2ª.- " " por negociações com FRELIMO
- 3ª.- " " " " por vitória militar de FRELIMO.

Quanto à primeira apontou-se o seguinte: Tomariam parte todos os partidos menos a FRELIMO que continuaria a luta armada até ao referendo e, depois desta, contra o poder assim instituído. Esta necessitaria de apoio exterior que seria nosso o que equivaleria ao prolongamento da guerra actual por tempo indeterminado, ou de países estrangeiros que começaria pela RAS e RODÉSIA, provocando reacção dos países do leste, contra-reacção do ocidente e, portanto, a uma escala de imprevisível.

Por outro lado esta solução iria influenciar as eleições para a CONSTITUINTE em PORTUGAL, pois levaria sem dúvida ao poder o partido que maiores garantias desse de paz e, esta paz, viria a ser conseguida pelo processo actualmente ao nosso alcance.

Resultado: um ano de guerra, com todas as consequências humanas e materiais para cada, ou uma tomada de linha desta por parte de Gen. Spínola, originando um conflito interno em Portugal e o problema colonial continuaria por resolver até à vitória militar completa da FRELIMO.

Contro esta solução foi ainda argumentado o seguinte: Continuando a FRELIMO a guerra até às eleições, como parece já não haver dúvidas que sucederia, que significado têm elas sem um período relativamente longo de paz para a sua preparação?

No caso de deixarmos caminhar a situação até à vitória militar da FRELIMO que sucederá então ao melhor capital que Portugal tem investido em MOÇAMBIQUE que é a sua língua e a sua cultura?

Das três soluções apontadas seria de optar pela que fosse mais concordante com a simpatia mundial surgida com o 25 de Abril.

(7) Outro interveniente referiu que a solução a adoptar teria de ser aceite pelas organizações internacionais. Contra isto argumentou-se que a vontade destas poderia ser diferente da do povo português.

(8) Para o caso de solução de negociar com a FRELIMO foi posto o problema da entrega de poderes.

Foi então dito que a solução deste resultaria de um acordo negociado entre a FRELIMO e o governo português.

Foi também referido que esta transferência de poderes seria um processo lento implicando a presença das F.A. Portuguesas por mais alguns anos. Pôs-se então o problema de qual seria a posição dos soldados portugueses. Se mesmo na paz reagiriam à vinda.

Rebateram-se esta ideia argumentando que, desejando eles a paz imediata e se essa paz obrigasse à sua permanência em MOÇAMBIQUE por mais tempo não haveria razões para reacções. Devido ao adiantado da hora, esta foi a última intervenção autorizada pelo mesa.

Ficou decidido continuar a discussão deste assunto na próxima reunião.

d. Marginalmente aos pontos da agenda foram decididos os seguintes:

- Provocar uma reunião de esclarecimento com o Presidente da República a quando da sua visita a MOÇAMBIQUE. Tal implicará a discussão prévia do último aspecto discutido até se assentar uma linha do mesmo perfeitamente definida quanto à solução do caso MOÇAMBIQUE.
- Necessidade de manter permanentemente actualizados estudos da situação em MOÇAMBIQUE.
- Apresentar, nas reuniões de sexta-feira uma fúmula de trabalho do Gab MFA durante a semana e suas previsões para a semana seguinte.
- Levar ao conhecimento do CCM as agendas destas reuniões e fomentar a sua presença bem como dos oficiais que ocupam altos cargos militares em MOÇAMBIQUE.

Nampula, 28 de Junho de 1974

PL 10 GAB/MFA/MOÇ.

ANEXO VIII

- TELEGRAMA DO MFA-MOÇAMBIQUE DE 22 DE JULHO DE
1974.

O agravamento da situação militar em Moçambique forçou o MFA-Moçambique a emitir um telegrama ameaçador para Lisboa no qual deixava bem claras as consequências que adviriam se Lisboa teimasse em não querer ver o que se estava a passar em Moçambique.

TELEGRAMA DA COMISSÃO COORDENADORA DO MFA EM MOÇAMBIQUE PARA A COMISSÃO COORDENADORA DO MFA EM LISBOA

(22-VII-1974)

Informações trazidas tenente-coronel Ramires Ramos deduzimos Governo Provisório não ficou ciente gravidade situação. Pensamos que referido oficial não tenha sido suficientemente realista análise situação que só comporta duas alternativas, conforme analisado e deliberado Conselho Defesa realizado Beira antes da ida a Lisboa do tenente-coronel Ramires Ramos.

As duas alternativas são:

1 — Reconhecimento imediato do direito à independência e reconhecimento da Frelimo como legítimo representante do povo de Moçambique.

2 — Independência resultante de colapso militar.

Assim situação não se compadece com ida a Lisboa de elementos representativos dos diferentes sectores populacionais nem com preliminares de conversações.

Há necessidade imperiosa de anunciar desde já data de negociações e firme propósito de encontrar cessar-fogo.

Situação militar não se compadece com delongas.

Há firme determinação comandantes companhias operacionais dos sectores de Cabo Delgado e Tete de deporem as armas se até fim de mês não forem anunciadas negociações.

Instruendos africanos de Buene, BID, CIST, HM, nega-

ram-se terminantemente embarcar para o Norte e combater seus irmãos Frelimo.

Assim Governo Provisório não deve ficar surpreendido se a partir inícios mês de Agosto unidades operacionais façam entrega armas a Frelimo negando tempo para encontrar solução óptima problema de Moçambique.

A ida do major Gabriel Teixeira em Junho, posteriormente a ida do capitão-tenente Almeida e Costa em Julho foram consequência necessidade esclarecer altos comandos para premência encontrar cessar-fogo. Solução cessar-fogo parcial não resulta, pois Frelimo deu ordens terminantes contra tal solução, haja em vista que as baixas verificadas últimas semanas ultrapassaram largamente os mais elevados números penúltimo e último anos.

Sentimos que problema Moçambique acabará ser resolvido catástrofe militar lançando-se nas Forças Armadas todo o odioso situação idêntica Índia.

Apesar de o Programa do MFA proclamar que se trata de problema político e por isso se fez o 25 de Abril, a demora início conversações acaba por transformá-lo em militar pela derrocada iminente.

Solicita-se resposta urgente fim elucidar comandantes unidades operacionais e plenário MFA a reunir esta semana.

Arquivo particular, 2 págs. de texto dactilografado. (HV)

ANEXO IX

- LEI N° 7/74 DE 27 DE JULHO QUE CONSAGRA O DIREITO DAS COLÓNIAS À INDEPENDÊNCIA.

Constitui resultado directo da pressão exercida pelo MFA-Moçambique que por sua vez resultava do avanço da guerra da Frelimo em todas as frentes.

DIREITO DAS COLÓNIAS À INDEPENDÊNCIA

LEI N.º 7/74, DE 27 DE JULHO

Tendo o Movimento das Forças Armadas, através da Junta de Salvação Nacional e dos seus representantes no Conselho de Estado, considerado conveniente esclarecer o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, cujo texto faz parte integrante da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio;

Visto o disposto no n.º 1.º do artigo 13.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, o Conselho de Estado decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

Artigo 1.º

O princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no n.º 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.

Artigo 2.º

O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.

Artigo 3.º

Compete ao Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, praticar os actos e concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos artigos antecedentes.

Visto e aprovado em Conselho de Estado.

Promulgado em 26 de Julho de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, *António de Spínola*.

Diário do Governo / Suplemento (Lisboa, 1.ª Série, n.º 174, 27-VII-1974).

ANEXO X

- ACORDO DE CESSAR FOGO CELEBRADO ENTRE A FRENTE DE
LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE E O ESTADO PORTUGUÊS.

Este documento foi rubricado em Lusaka aos 7 de
Setembro de 1974, pela Frelimo e pelo Governo Português
saído do 25 de Abril, pondo ponto final à guerra que
decorria há cerca de 10 anos em Mçambique.

ACORDO DE CESSAR FOGO ENTRE A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE E O ESTADO PORTUGUÊS

Preâmbulo: Tendo o Estado Português reconhecido o direito à Independência de Moçambique e aceite por acordo com a Frente de Libertação de Moçambique transferir os poderes que detém para o Povo Moçambicano, o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique acordam em celebrar o presente acordo de cessar fogo com vista ao estabelecimento da paz correspondendo assim às aspirações profundas dos Povos Moçambicano e Português.

O presente acordo visa pôr termo aos actos de guerra no conjunto do território de Moçambique entre o Exército Português e as Forças Populares de Libertação de Moçambique, estabelecer o calendário da evacuação das Forças Armadas Portuguesas e transferir para a Frente de Libertação de Moçambique as instalações militares ainda sob o controle português. Durante o período de vigência do presente acordo, a Frente de Libertação de Moçambique continuará a desenvolver as suas Forças Armadas de modo a assumir plenamente as responsabilidades de defesa de Moçambique independente.

Título I — DO CESSAR-FOGO:

Artigo 1 — A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português acordam em proclamar o cessar-fogo sobre o território moçambicano incluindo águas territoriais e espaço aéreo que entrará em vigor às zero horas de 8 de Setembro de 1974 (hora de Moçambique).

Para este efeito ambas as partes darão as necessárias instruções às suas respectivas forças combatentes.

Título II — DA COMISSÃO MILITAR MISTA:

Artigo 2 — A Comissão Militar Mista criada pelo Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique desta data e de que este documento faz parte integrante, será constituída por 3 membros em representação de cada uma das partes.

As suas funções são especificadas no Título VI do presente Protocolo.

Artigo 3 — A Comissão Militar Mista terá a sua sede em Lourenço Marques e criará Subcomissões paritárias ao nível provincial e outros níveis que sob sua direcção supervisionarão localmente a execução do presente acordo.

Título III — DA EVACUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Artigo 4 — O Estado Português iniciará imediatamente a evacuação das suas Forças Armadas, que terminará o mais tardar às zero horas do dia 25 de Junho de 1975, dia da proclamação da Independência de Moçambique.

Artigo 5 — O processo de evacuação das Forças Armadas Portuguesas far-se-á gradualmente e de forma regular, devendo a Comissão Militar Mista estabelecer:

- Os locais de agrupamento final das Forças Armadas Portuguesas, a partir dos quais elas deixarão definitivamente o território Moçambicano.
- Os locais de agrupamento provisório ao nível de cada provincia onde se concentrarão as Forças Armadas Portuguesas antes de atingirem os locais mencionados na alínea anterior.
- Os itinerários terrestres, aéreos e marítimos a seguir pelas Forças Armadas Portuguesas no percurso da evacuação.

Artigo 6 — As Forças Armadas Portuguesas, enquanto permanecerem no território de Moçambique, terão como funções em colaboração com as Forças Armadas da Frente de Libertação de Moçambique:

- Defender a integridade territorial de Moçambique contra qualquer agressão exterior;
- Proceder à desminagem e desactivação de engenhos, à demolição e remoção doutros obstáculos perigosos à livre circulação das populações;
- Continuar as obras em curso, reparar as vias de comunicação e proceder a outros trabalhos de reconstrução relacionados com a normalização da vida das populações;
- Intervir em caso de força maior, no restabelecimento da ordem interna, nos termos determinados no Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.

A Comissão Militar Mista estudará a composição e organização e estacionamento destas forças a fim de as habilitar a desempenhar eficazmente as suas funções.

Artigo 7 — As Forças em curso de evacuação serão consideradas forças transportadas não operacionais.

Artigo 8 — O Estado Português entregará à Frente de Libertação de Moçambique as instalações militares que evacuar e o respectivo equipamento e material e diligenciará para que se não proceda a actos de destruição total ou parcial.

Título IV — DA NEUTRALIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES E ACTIVIDADES PERTURBADORAS DA ORDEM PÚBLICA

Artigo 9 — O Estado Português desarmará imediatamente todos os corpos de milícias, OPVDC, milícias privadas, Flechas e outras organizações similares, entregando à Frente de Libertação de Moçambique as armas não pertencentes ao Exército Português.

Artigo 10 — O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique cooperarão na detecção e neutralização

de todos os agentes reacçãoários e subversivos e nomeadamente os ex-agentes da PIDE-DGS.

Artigo 11 — O Estado Português e as Forças Armadas Portuguesas tomarão medidas para impedir que os seus nacionais se envolvam, individual ou colectivamente, em actividades de colaboração militar com os Governos da África do Sul e da Rodésia.

Título V — DOS MOÇAMBICANOS NAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Artigo 12 — Com a assinatura do presente acordo cessa a incorporação de moçambicanos nas Forças Armadas Portuguesas.

Artigo 13 — O Estado Português desmobilizará os moçambicanos actualmente em serviço nas Forças Armadas Portuguesas dentro do território moçambicano, os quais serão reintegrados na sociedade moçambicana, sob a responsabilidade da Frente de Libertação de Moçambique. A fim de evitar perturbações da ordem pública, as forças especiais como os GE, GEP e Comandos serão imediatamente desarmados.

Artigo 14 — O Estado Português compromete-se a desmobilizar os moçambicanos actualmente em serviço nas Forças Armadas Portuguesas fora do território de Moçambique que assim o requeiram e deste facto notificará a Frente de Libertação de Moçambique.

Artigo 15 — As duas partes procederão, o mais tardar até ao dia 14 de Setembro de 1974, à libertação dos prisioneiros que se encontram em seu poder, obrigando-se a dar mutuamente as mais amplas informações julgadas necessárias.

Artigo 16 — O Estado Português compromete-se a amnistiar todos os militares portugueses que se encontram detidos ou condenados por actividades contra a guerra colonial em Moçambique e em favor da Frente de Libertação de Moçambique, que não tenham sido cobertos por amnistias anteriores.

Título VI — CONTROLE DA EXECUÇÃO DO PRESENTE ACORDO

Artigo 17 — Caberá à Comissão Militar Mista velar pela aplicação do presente acordo.

Compete-lhe nomeadamente:

- a) Determinar os locais e itinerários de evacuação das Forças Armadas Portuguesas e supervisionar as operações de evacuação, assim como a entrega de ins-

talações militares à Frente de Libertação de Moçambique.

- b) Supervisar o desmantelamento dos dispositivos militares dos «aldeamentos».
- c) Supervisar o desarme do corpo de milícias, OPVDC, milícias privadas e outras organizações similares, assim como neutralizar actividades militares, individuais ou colectivas, de colaboração com os Governos de África do Sul e Rodésia.
- d) Supervisar a desmobilização dos militares moçambicanos em serviço nas Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, os quais serão reintegrados na sociedade moçambicana sob responsabilidade da Frente de Libertação de Moçambique.
- e) Organizar a libertação dos prisioneiros de guerra de ambas as partes.
- f) Estabelecer as listas de todos os prisioneiros de guerra de ambas as partes detidos desde o início do conflito e esclarecer o seu destino, apurando eventuais responsabilidades.
- g) Resolver eventuais litígios, violações e todos os problemas que possam surgir entre as Forças Armadas de ambas as partes na execução do presente acordo.

Título VII

Artigo 18 — Durante o período de transição o financiamento e abastecimento das Forças Armadas Portuguesas estarão a cargo do Estado Português.

o Governo de Transição caberá o financiamento e abastecimento das Forças de Libertação de Moçambique.

As Forças Armadas Portuguesas comprometem-se a efectuar o pagamento integral das dívidas contraídas em Moçambique.

Lusaca, aos 7 de Setembro de 1974

Pela Frente de Libertação de Moçambique:
Samora Moisés Machel (Presidente)

Pelo Estado Português:

Ernesto Augusto Melo Antunes (Ministro sem Pasta)
Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros).
António de Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial).
Vitor M. Trigueiras Crespo (Conselheiro de Estado).
Antero Sobral (Secretário do Trabalho e Segurança Social do Governo Provisório de Moçambique).
Nuno Alexandre Lousada (Ten.-Coronel de Infantaria).
Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa (Capitão-Tenente da Armada).
Luís António de Moura Casanova Ferreira (Major de Infantaria).

Arquivo particular, 9 págs. de texto policopiado. (HV)

ANEXO XI

- ACORDO GERAL PARA A INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE
CELEBRADO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A FRENTE DE
LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE.

É o documento que, reconhecendo o direito à
Independência de Moçambique, trata dos aspectos de
pormenor sobre a transferência de poderes do Estado
Português para a Frelimo em relação ao território de
Moçambique. Foi rubricado em Lusaka aos 7 de Setembro
de 1974 pelo Governo Português e a Frelimo.



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS

	Ano 1974	Semestre	1973
A 1.ª série	340\$		180\$
A 2.ª série	340\$		180\$
A 3.ª série	320\$		170\$

Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 363/70) — anual, 300\$
 «Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300\$
 Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio.

O preço dos anúncios é de 151 a linha, acrescido do respectivo imposto de selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

Por terem sido publicados com inexactidão o Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique celebrado em Lusaka em 7 de Setembro de 1974 e a Lei n.º 8/74, que cria, para funcionarem no Estado de Moçambique até 25 de Junho de 1975, como estruturas governativas, o cargo de Alto-Comissário, um Governo de Transição e uma comissão Militar Mista, nos termos e com a composição e competência definidos no Acordo de Lusaka, de 7 de Setembro de 1974, celebrado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique, de novo se procede à publicação do suplemento que inseriu os mesmos.

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Presidência da República:

Acordo:

Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique celebrado em Lusaka em 7 de Setembro de 1974.

Lei n.º 8/74:

Cria, para funcionarem no Estado de Moçambique até 25 de Junho de 1975, como estruturas governativas, o cargo de Alto-Comissário, um Governo de Transição e uma Comissão Militar Mista, nos termos e com a composição e competência definidos no Acordo de Lusaka, de 7 de Setembro de 1974, celebrado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique celebrado em Lusaka em 7 de Setembro de 1974.

Reunidas em Lusaka de 5 a 7 de Setembro de 1974 as delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabeleci-

mento do acordo conducente à independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos:

1. O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.

2. A independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da FRELIMO.

3. Com vista a assegurar a referida transferência de poderes são criadas as seguintes estruturas governativas, que funcionarão durante o período de transição que se inicia com a assinatura do presente Acordo:

- Um Alto-Comissário de nomeação do Presidente da República Portuguesa;
- Um Governo de Transição nomeado por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;
- Uma Comissão Militar Mista nomeada por acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.

4. Ao Alto-Comissário, em representação da soberania portuguesa, compete:

- Representar o Presidente da República Portuguesa e o Governo Português;

b) Assegurar a integridade territorial de Moçambique;

c) Promulgar os decretos-leis aprovados pelo Governo de Transição e ratificar aos actos que envolvam responsabilidade directa para o Estado Português;

d) Assegurar o cumprimento dos acordos celebrados entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique e o respeito das garantias mutuamente dadas, nomeadamente as consignadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem;

e) Dinamizar o processo de descolonização.

5. Ao Governo de Transição caberá promover a transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique. Compete-lhe, nomeadamente:

a) O exercício das funções legislativa e executiva relativas ao território de Moçambique. A função legislativa será exercida por meio de decretos-leis;

b) A administração geral do território até à proclamação da independência e a reestruturação dos respectivos quadros;

c) A defesa e salvaguarda da ordem pública e da segurança das pessoas e bens;

d) A execução dos acordos entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;

e) A gestão económica e financeira do território, estabelecendo nomeadamente as estruturas e os mecanismos de *contrôle* que contribuam para o desenvolvimento de uma economia moçambicana independente;

f) A garantia do princípio da não discriminação racial, étnica, religiosa ou com base no sexo;

g) A reestruturação da organização judiciária do território.

6. O Governo de Transição será constituído por:

a) Um Primeiro-Ministro nomeado pela Frente de Libertação de Moçambique, a quem compete coordenar a acção do governo e representá-lo;

b) Nove Ministros, repartidos pelas seguintes pastas: Administração Interna; Justiça; Coordenação Económica; Informação; Educação e Cultura; Comunicações e Transportes; Saúde e Assuntos Sociais; Trabalho; Obras Públicas e Habitação;

c) Secretários e Subsecretários a criar e nomear sob proposta do Primeiro-Ministro, por deliberação do Governo de Transição, ratificada pelo Alto-Comissário;

d) O Governo de Transição definirá a repartição da respectiva competência pelos Ministros, Secretários e Subsecretários.

7. Tendo em conta o carácter transitório desta fase da acção governativa os Ministros serão nomeados pela Frente de Libertação de Moçambique e pelo Alto-Comissário na proporção de dois terços e um terço respectivamente.

8. A Comissão Militar Mista será constituída por igual número de representantes das Forças Armadas

do Estado Português e da Frente de Libertação de Moçambique e terá como missão principal o *contrôle* da execução do acordo de cessar-fogo.

9. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português pelo presente instrumento acordam em cessar-fogo às zero horas do dia 8 de Setembro de 1974 (hora de Moçambique), nos termos do protocolo anexo.

10. Em caso de grave perturbação da ordem pública, que requeira a intervenção das Forças Armadas, o comando e coordenação serão assegurados pelo Alto-Comissário, assistido pelo Primeiro-Ministro, de quem dependem directamente as Forças Armadas da Frente de Libertação de Moçambique.

11. O Governo de Transição criará um corpo de polícia encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas. Até à entrada em funcionamento desse corpo o comando das forças policiais actualmente existentes dependerá do Alto-Comissário de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição.

12. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente em defesa da integridade do território de Moçambique contra qualquer agressão.

13. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português afirmam solenemente o seu propósito de estabelecer e desenvolver laços de amizade e cooperação construtiva entre os respectivos povos, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, económico e financeiro, numa base de independência, igualdade, comunhão de interesses e respeito da personalidade de cada povo.

Para o efeito serão constituídas durante o período de transição comissões especializadas mistas e ulteriormente celebrados os pertinentes acordos.

14. A Frente de Libertação de Moçambique declara-se disposta a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome de Moçambique desde que tenham sido assumidos no efectivo interesse deste território.

15. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas de colonialismo e criar uma verdadeira harmonia racial. A este propósito, a Frente de Libertação de Moçambique reafirma a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de Moçambicano não se define pela cor da pele, mas pela identificação voluntária com as aspirações da Nação Moçambicana. Por outro lado, acordos especiais regularão numa base de reciprocidade o estatuto dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique e dos cidadãos moçambicanos residentes em Portugal.

16. A fim de assegurar ao Governo de Transição meios de realizar uma política financeira independente será criado em Moçambique um Banco Central, que terá também funções de banco emissor. Para a realização desse objectivo o Estado Português compromete-se a transferir para aquele Banco as atribuições, o activo e o passivo do departamento de Moçambique do Banco Nacional Ultramarino. Uma comissão mista entrará imediatamente em funções, a fim de estudar as condições dessa transferência.

17. O Governo de Transição procurará obter junto de organizações internacionais ou no quadro de re-

ações bilaterais a ajuda necessária ao desenvolvimento de Moçambique, nomeadamente a solução dos seus problemas urgentes.

18. O Estado Moçambicano independente exercerá integralmente a soberania plena e completa no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo.

19. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique felicitam-se pela conclusão do pre-

Lusaka, 7 de Setembro de 1974.

Pela Frente de Libertação de Moçambique:

Sâmora Moisés Machel (Presidente).

sente Acordo, que, com o fim da guerra e o restabelecimento da paz com vista à independência de Moçambique, abre uma nova página na história das relações entre os dois países e povos. A Frente de Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o deposto regime colonialista do povo português, e o Estado Português desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases de uma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique.

Pelo Estado Português:

→ *Ernesto Augusto Melo Antunes* (Ministro sem Pasta).

Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros).

• *António de Almeida Santos* (Ministro da Coordenação Interterritorial).

→ *Victor Manuel Trigueiros Crespo* (conselheiro de Estado).

Antero Sobral (Secretário do Trabalho e Segurança Social do Governo Provisório de Moçambique).

Nuno Alexandre Lousada (tenente-coronel de infantaria).

→ *Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa* (capitão-tenente da Armada).

→ *Luis António de Moura Casanova Ferreira* (major de infantaria).

Aprovado, depois de ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho.

9 de Setembro de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

Lei n.º 8/74

de 9 de Setembro

Tendo em consideração os termos do Acordo celebrado em Lusaka, aos 7 de Setembro de 1974, entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique;

Visto o disposto no n.º 1, 1.º, do artigo 13.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, o Conselho de Estado decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

Artigo 1.º Com vista à transferência progressiva dos poderes que o Estado Português detém sobre o território de Moçambique, são pela presente lei criados, para funcionarem no Estado de Moçambique até 25 de Junho de 1975, como estruturas governativas, o cargo de Alto-Comissário, um Governo de Transição e uma Comissão Militar Mista, nos termos e com a composição e competência definidos no Acordo de Lusaka, de 7 de Setembro de 1974, celebrado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.

Art. 2.º Ao Alto-Comissário compete exercer as funções de comandante-chefe das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique.

Art. 3.º — 1. O Alto-Comissário e o Primeiro-Ministro do Governo de Transição têm, no território de Moçambique, na hierarquia da função pública, categoria e honras idênticas às do Primeiro-Ministro do Governo Provisório.

2. Os Ministros, Secretários e Subsecretários têm na hierarquia da função, no território de Moçambique, categoria e honras idênticas às dos Ministros, Secretários e Subsecretários de Estado do Governo Provisório.

3. O Alto-Comissário tem precedência sobre todas as outras autoridades do território de Moçambique.

Art. 4.º É revogada a legislação vigente em tudo aquilo que for contrariado por disposição da presente lei.

Vista e aprovada em Conselho de Estado.

Promulgada em 9 de Setembro de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

ANEXO XII

- BOLETÍM INFORMATIVO Nº1 DOS DRAGÕES DA MORTE DE MOÇAMBIQUE.

É uma das provas da reacção contra a Independência de Moçambique, particularmente contra a transferência do poder pelas autoridades portuguesas para a Frelimo.

Este boletím foi produzido e divulgado em Lourenço Marques em Agosto de 1974.

DRAGÕES DA MORTE DE MOÇAMBIQUE

BOLETIM INFORMATIVO Nº. 1

OS DRAGÕES DA MORTE DE MOÇAMBIQUE, veem por este meio, informar o povo Moçambicano do seguinte:-

1)- QUEM SÃO OS DRAGÕES DA MORTE DE MOÇAMBIQUE?

Somos uma organização clandestina de todas as raças e credos, naturais de Moçambique e espalhados por todo o nosso território, e temos o fim, de pôr termo às guerrilhas dentro do nosso território, venham elas donde vierem, e por termo às conversações com a FRELIMO, que tenhamos que começar a fazer TERRORISMO URBANO para fazer calar os inconscientes, e dar vivas à FRELIMO;

2)- QUAL É O NOSSO ACTIVO?

Presentemente o nosso activo é de 29.500 homens armados de todas as raças e credos espalhados por todo o Moçambique e fora dele, mas temos ainda ao nosso lado 7,5 Milhões de Moçambicanos de todas as raças que não querem dentro de MOÇAMBIQUE os ASSASSINOS DA FRELIMO.

O QUE NOS QUEREMOS

- 1)- Paz para os MOÇAMBICANOS e para aqueles que aqui residem.
- 2)- Não autorizar a entrada dos ASSASSINOS DA FRELIMO NO GOVERNO MOÇAMBICANO.
- 3)- Que todos os jornais de Moçambique parem por completo de falarem da FRELIMO.
- 4)- Que os Jornais de MOÇAMBIQUE publiquem nas primeiras páginas as atrocidades que a FRELIMO tem vindo a praticar em MOÇAMBIQUE.
- 5)- Que os estudantes inconscientes de LOURENÇO MARQUES pare de dar vivas à FRELIMO. Aos pais dos mesmos avisamos que não nos responsabilizamos por o que possa acontecer aos vossos filhos.
- 6)- Que os Senhores Democratas de Moçambique parem definitivamente com as parvoíces em dizer que a FRELIMO é que representa o povo.
- 7)- Que todos aqueles que tenham compartilhado com a FRELIMO emações e que andem a fornecer medicamentos como assim entrarem em conversações com os ASSASSINOS DA FRELIMO, que parem imediatamente essas actividades, pois não nos responsabilizamos do que poderá acontecer. Em nosso poder temos uma lista completa de todos aqueles que tem vindo a auxiliar a FRELIMO, mas não fazemos represálias a essas pessoas desde que as mesmas a partir desta publicação parem essas actividades.
- 8)- QUE SEJA DADA A INDEPENDENCIA A MOÇAMBIQUE, mas apenas aos MOÇAMBICANOS.
- 9)- Que as FORÇAS ARMADAS em Moçambique, façam recuar os ASSASSINOS DA FRELIMO, até fora das fronteiras MOÇAMBICANAS.
- 10)- Que sejam tomadas medidas imediatas contra as greves em MOÇAMBIQUE, porque as mesmas estão a arruinar a ECONOMIA MOÇAMBICANA.
- 11)- Que o Comando Chefe das Forças Armadas em MOÇAMBIQUE, mande reforçar as tropas e Milícias ao longo das linhas do Caminho de Ferro entre BEIRA/RODESIA e BEIRA/TETE.
- 12)- Que o Comando Chefe das Forças Armadas mande reforçar imediatamente as tropas na entrada principal entre a Rodésia e a Beira, a fim de os turistas poderem ir à Beira com a máxima segurança.
- 13)- Que a partir deste comunicado que não haja mais atrocidades em MOÇAMBIQUE, pela parte dos ASSASSINOS DA FRELIMO, porque os responsáveis pela segurança do povo têm as costas não só com a população mas também com os DRAGÕES DA MORTE DE MOÇAMBIQUE.
- 14)- Caso não sejam tomadas providências respeitantes ao acima mencionado podemos garantir que dentro em pouco correrá em Moçambique tanto sangue como correu no VIETNAME.
- 15)

O QUE NOS PEDIMOS

- 1) - Pedimos a todos os MOÇAMBICANOS e aos residentes em Moçambique, que tenham calma e que não se preceptem.
- 2) - Que o povo não tenha medo e que não abandone MOÇAMBIQUE, porque o nosso território será um dos maiores Países do MUNDO.
- 3) - Que o Povo Moçambicano não acredite na FRELIMO porque essa ceita de CRIMINOSOS já tem MOÇAMBIQUE hipotecado a outras NAÇÕES.
- 4) - Que o POVO MOÇAMBICANO não faça justiça pelas suas próprias mãos até 30 de Setembro de 1974 (SEGUNDA FEIRA), pois estamos crentes que o Governo Central em Lisboa entre em contacto com a nossa organização a fim de resolver a situação dos MOÇAMBICANOS.
- 5) - Esta organização agradece ao Governo Central em LISBOA a maior atenção com a INDEPENDENCIA DE MOÇAMBIQUE, e que entre o mais breve possível em contacto com esta organização pelos Jornais de MOÇAMBIQUE, e que autorize esta nossa publicação a fim de fazermos de MOÇAMBIQUE uma das maiores Nações do MUNDO.
- 6) - Que o GOVERNO CENTRAL EM LISBOA não caia na FRAUDE de entregar a FRELIMO a INDEPENDENCIA DE MOÇAMBIQUE, pois não só seria a ruína dos MOÇAMBICANOS como também a ruína de PORTUGAL. Porque está provado que OS ASSASSINOS DA FRELIMO só querem MOÇAMBIQUE para eles e para a ceita que lhes tem dado ordens para actuar contra o Povo MOÇAMBICANO.
- 7) - Que as FORÇAS ARMADAS em Moçambique, mandem um relatório verídico ao NOSSO PRESIDENTE DA REPUBLICA EXMO GENERAL ANTONIO SPINOLA, com as atrocidades feitas pelos ASSASSINOS DA FRELIMO desde 25 de Abril.
- 8) - Que todos os individuos de ambos os sexos e maiores entre os 21 aos 65 anos de qualquer raça ou credo apenas Naturais de Moçambique e que tenham vontade de fazer do Nosso MOÇAMBIQUE, deverão mandar para o Jornal NOTICIAS DE LOURENÇO MARQUES, as vossas identificações a fim desta organização fazer uma escolha para o GOVERNO MOÇAMBICANO.
- 9) - A identificação de todos os candidatos ao GOVERNO DE MOÇAMBIQUE deverão vir nestes termos:
NOME - SEXO - RAÇA - LOCAL DE NASCIMENTO - DATA DE NASCIMENTO - PRESENTE ACTIVIDADE - GRAU DE INSTRUÇÃO.
a) Sendo MILITAR deverá dizer o presente posto.
- 10) - A identificação completa deverá ser enviada para o JORNAL NOTICIAS DE LOURENÇO MARQUES até 31 de Agosto de 1974.
- 11) - O JORNAL NOTICIAS DE LOURENÇO MARQUES por sua vez deverá enviar para os restantes jornais de todo o Estado Moçambicano uma lista completa de todos os candidatos ao GOVERNO MOÇAMBICANO, a fim de todos os Jornais publicarem nos dias 6, 7 e 8 de Setembro de 1974.
- 12) - Perante essa lista e outra que esta organização tem em seu poder fará uma escolha consciente e enviará a SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE DA REPUBLICA GENERAL ANTONIO SPINOLA a fim de SUA EXCELENCIA fazer um estudo para a entrega da INDEPENDENCIA MOÇAMBICANA.

O QUE NOS PROMETEMOS COM O GOVERNO MOÇAMBICANO

- 1) - Ser formado o GOVERNO DA NAÇÃO MOÇAMBICANA, apenas por Moçambicanos de todas as raças e credos.
- 2) - Liberdade a todo o Povo Moçambicano.
- 3) - Fazer de MOÇAMBIQUE uma Nação e não uma Colonia.
- 4) - Fazer calar a FRELIMO de dizer que eles é que representam o Povo Moçambicano. Pois se o Governo da Nação Moçambicana for formado apenas por Moçambicanos de todas as Raças as outras Nações deverão reconhecer caso eles não se calem que as suas teorias são falsas e só querem o mal do Povo Moçambicano.
- 5) - Mostrar às outras NAÇÕES, que nós os Moçambicanos também sabemos Governar o Nosso Moçambique sem guerras e sem a presença dos ASSASSINOS DA FRELIMO.
- 6) - Cumprir e fazer cumprir os contratos em Moçambique está empenhado.
- 7) - Dar ao Povo de Moçambique de qualquer Raça ou credo as melhores regalias dentro do possível da Nação.
- 8) - Acabar definitivamente por todo o Moçambique com os BAIRROS DA LATA.
- 9) - Fazer Bairros económicos em todo o MOÇAMBIQUE para as Populações mais pobres.
- 10) - Fazer mais Escolas e Hospitais em todo o Moçambique.

- 11) - Fazer estradas com segurança em todo o Moçambique para a economia da Nação.
- 12) - Alargar a rede do Caminho de Ferro no sentido de rasgar Moçambique do Norte ao Sul com uma linha ferrea, fazendo assim ramais extensivos às propriedades em benefício para a economia da NAÇÃO MOÇAMBICANA.
- 13) - Explorar o solo, tanto por nós como por capitais estrangeiros.
- 14) - Autorizar a entrada de 1 Milhão de Imigrantes de todas as Nacionalidades, raças ou credos para povoarem a Nossa Nação.
- 15) - Autorizar industrias de todos os generos, tanto com capitais Nacionais como estrangeiros para a segurança da economia da NAÇÃO.
- 16) - Manter relações diplomáticas com todas as Nações.
- 17) - Autorizar a abertura de Consulados de todas as Nações.
- 18) - Acabar definitivamente com o desemprego, com a abertura das novas industrias.
- 19) - Obrigar os Capitalistas a movimentarem os seus Capitais.
- 20) - Respeitar as ideias religiosas de cada um.
- 21) - Fazer respeitar os direitos do homem de qualquer raça ou credo tanto por nós como por estrangeiros cá residentes.
- 22) - Acabar com certas repartições do antigo Governo e abrir outras mais aproveitáveis.
- Organizar o Exercito da Nação com uma Escola do Exercito.
- Aos mancebos na idade militar fazer cumprir o seu serviço Militar não mais de 12 meses.
- Formar um quadro efectivo no Exercito para aqueles que queiram fazer a sua vida como ~~militantes~~ militares com vencimentos iguais aos exercitos estrangeiros.
- Montagem de uma fábrica de material de guerra não só para a economia da Nação como também para a defesa da mesma.
- Fazer a nossa Marinha Mercante como assim a nossa Marinha de Guerra.
- Formar escolas de proffissionais.
- Fazer revisão de impostos pagos pelo POVO.
- Formar Sindicatos para todos os sectores de trabalho.
- Acabar com o Banco Nacional Ultramarino e no lugar deste o Banco Nacional de Moçambique
- Fazer nova edição de notas e moedas.
- Fazer novas reformas e alterações no que diz respeito a códigos e leis.
- Fazer as nossas proprias Leis
- Fazer reconhecer a todos aqueles que levantarem armas contra o POVO MOÇAMBICANO não considerados inimigos do nosso Povo e por isso serão punidos consuante a lei que será feita para esses casos.
- ETC.

ABAIXO OS ASSASSINOS DA FRESIMO

VIVA O POVO MOÇAMBICANO

VIVA PORTUGAL

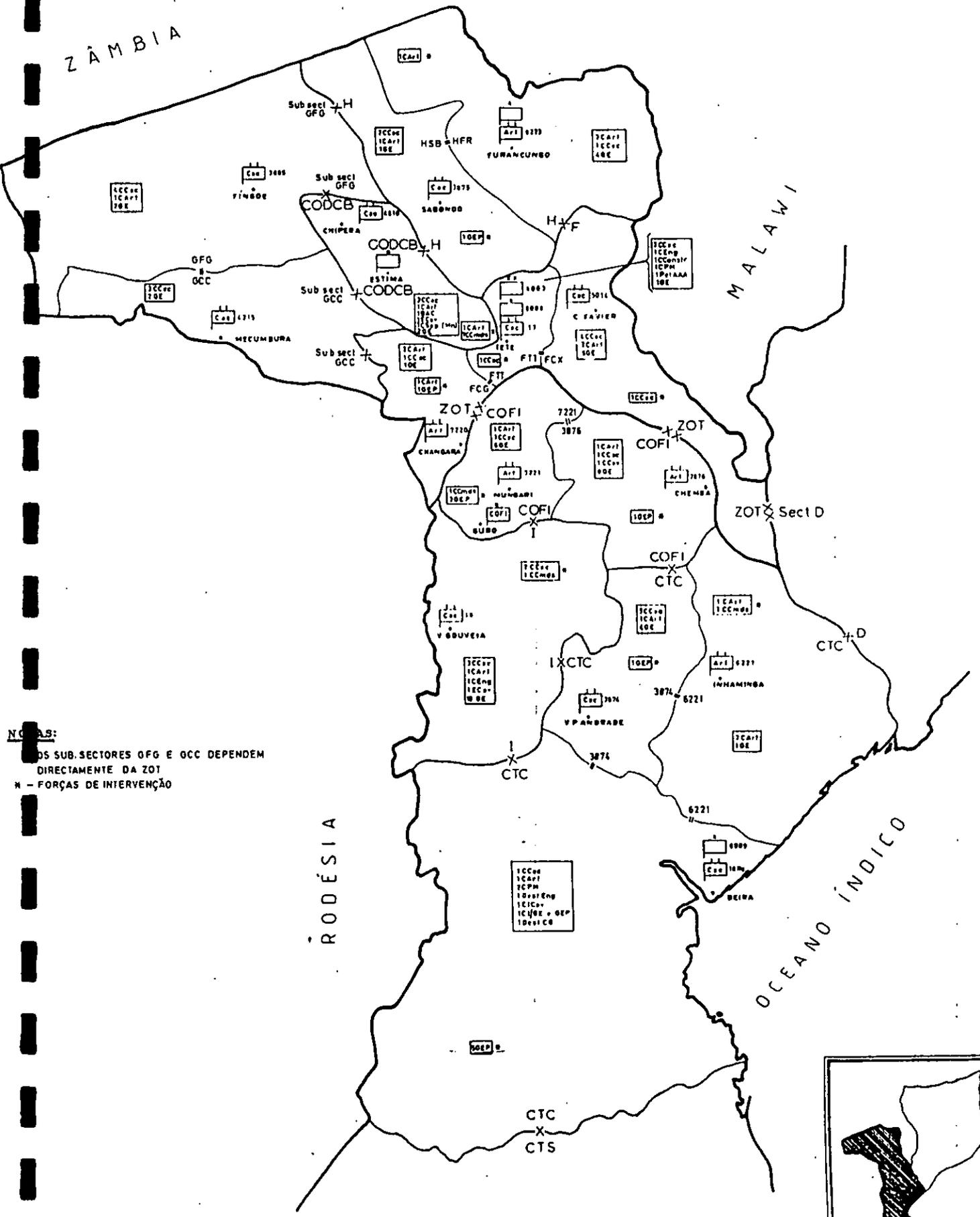
VIVA O GENERAL ANTONIO SPINOLA

NOTA: - Esta informação deverá ser publicada nos jornais de Moçambique, Lisboa e no Estrangeiro nos dias 13, 14 e 15 de Agosto de 1974. Será enviada uma cópia a Sua Excelência o Presidente da Republica General António Spínola. Toda a correspondencia a enviar para os jornais tanto Moçambicanos, Lisboa e ou Estrangeiros, um dos nossos da organização levará à Rhodesia a correspondencia e fará seguir pelos correios desse território.

REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE

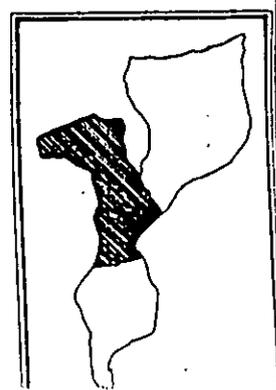
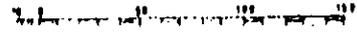
DISPOSITIVO OPERACIONAL

REFERIDO a 01 ABR 74



NOTAS:
OS SUB-SECTORES OFG E GCC DEPENDEM DIRECTAMENTE DA ZOT
M - FORÇAS DE INTERVENÇÃO

ESCALA

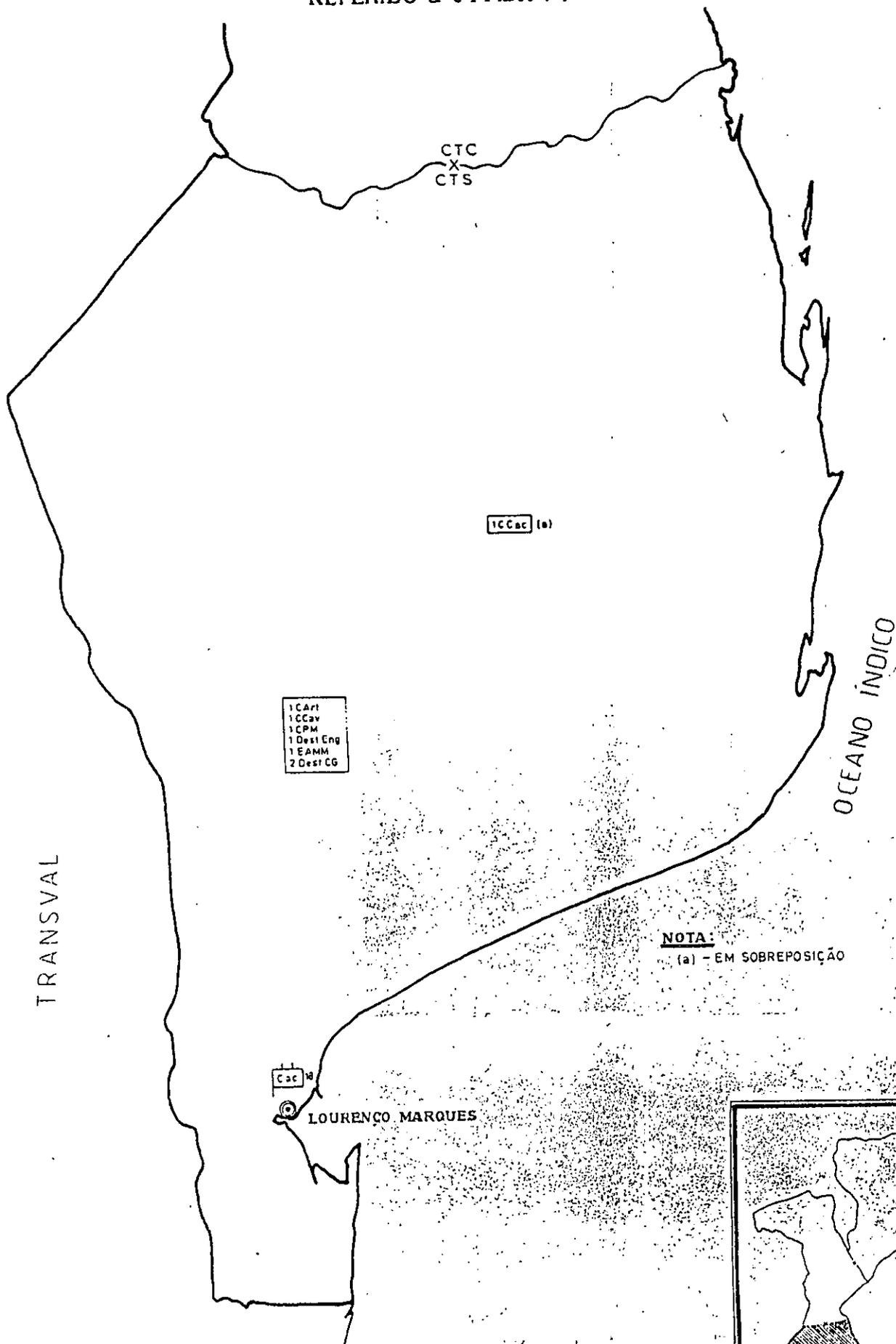


REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE

DISPOSITIVO OPERACIONAL

35

REFERIDO a 01 ABR 74



TRANSVAL

OCEANO INDICO

1 CArl
1 CCav
1 CPM
1 Dest Eng
1 EAMM
2 Dest CG

1 CCac (a)

CTC
X
CTS

Cac

LOURENÇO MARQUES

NOTA:
(a) - EM SOBREPOSIÇÃO

ESCALA

0 50 100 150 KM



BIBLIOGRAFIA

- 1 - AGUIAR, Luís, A chamada "Descolonização": Julgamento dos Responsáveis.- Lisboa: Intervenção, 1986.
- 2 - AMARO, José, Massacres na Guerra Colonial: Tete, um exemplo.- Lisboa: Ulmeiro, 1976.
- 3 - AMORIM, Fernando Pacheco de, Portugal Traído.- Madrid: s/ed, 1975.
- 4 - ANTUNES, José Freire, Jorge Jardim: Agente Secreto.- 3ª ed.- Lisboa: Bertrand, 1996.
- 5 - ANTUNES, José Freire, Nixon e Caetano: promessas e abandono.- Lisboa: Difusão Cultural, 1992.
- 6 - BERNARDO, Manuel A., Marcelo e Spínola: a Ruptura.- Lisboa: Estampa, 1996.
- 7 - BERTULLI, Cesare, A Cruz e a Espada em Moçambique.- Lisboa: Portugália editora, 1974.
- 8 - BRAGANÇA, Aquino, Independência sem descolonização:



A transferência do poder em Moçambique, 1974-1975/in:
Estudos Moçambicanos 5/6, <CEA>, 1986.

9 - CARDOSO, Pedro, Cronologia Geral.- Lisboa: s/ed,
1995.

10 - CARRILHO, Maria, Forças Armadas e mudanças
políticas em Portugal no sec.XX: Para uma explicação
sociológica do papel dos militares.- Lisboa:Imprensa
Nacional, 1985.

11 - CARVALHO, Otelo Saraiva de, Alvorada em Abril.-
Lisboa: Bertrand, 1978.

12 - CHRISTIE, Iain, Samora: uma biografia.- Maputo:
Ndjira, 1996.

13 - CORREIA, Pedro Pezarat, Questionar Abril.- Lisboa:
Caminho, 1994.

14 - COUTO, Abel Cabral, elementos de estratégia:
apontamento para um curso.- Lisboa: IAEM, 1988.

15 - CUNHAL, Álvaro, A Revolução Portuguesa:

o presente e o Futuro.- Lisboa: Avante, 1976.

16 - DIVINE, Robert A., (et.all), América: Passado e Presente.- Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

17 - GEORGEL, Jacques, O Salazarismo.- Lisboa: Dom Quixote, 1985.

18 - GUERRA, João Paulo, Descolonização Portuguesa: O regresso das Caravelas.- Lisboa: Dom Quixote, 1996.

19 - JARDIM, Jorge, Moçambique Terra Queimada:- Lisboa: Intervenção, 1976.

20 - LOPES, Manuel Martins, A problemática dos conflitos regionais.- Lisboa: Universitária editora, 1991.

21 - MACHEL, Samora, a Vitória Constroi-se, a Vitória Organiza-se: Textos e documentos.- 2ª ed.- Maputo, 1977.

22 - MEDINA, João, História Contemporânea de Portugal.-

Lisboa: Multilar, 1985.

23 - MEDINA, João, História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias.- vol.XIV.- Lisboa: Ediclube, 1993.

24 - MELO, João de, os anos de guerra.- 1961-1975: os Portugueses em África.- Lisboa: Dom Quixote, 1988.

25 - MESQUITELA, Clotilde, Moçambique: 7 de Setembro, Memória da Revolução.- Lisboa: s/edição, s/d.

26 - OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, A descolonização Portuguesa Vol.I.- Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979.

27 - OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, A descolonização Portuguesa Vol.II.- Lisboa: Instituto Amaro da Costa, 1982.

28 - PASSOS, Inácio de, Moçambique: a Escalada do Terror.- Lisboa: s/ed.1974.

29 - PINTO, Jaime Nogueira, O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril.- 2ª ed.- Lisboa: Difel, 1995.

30 - REIS, António (et.al), Portugal 20 anos de Democracia.- Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

31 - REIS, João e MUIUANE, Armando Pedro, Datas e documentos da história da Frelimo.- 2ª ed.- Maputo: Imprensa Nacional, 1975 .

32 - SAMBU, Quemba, Ordem para Matar: dos fuzilamentos ao caso das bombas da embaixada da Guiné.- Lisboa: Referendo, 1989.

33 - SANTOS, António de Almeida, 15 meses no governo ao serviço da descolonização.- Lisboa, s/edição, sd.

34 - SERRÃO, Joaquim Veríssimo, Marcelo Caetano: Confidências no exílio.- 2ª edição.- Lisboa: verbo, 1985.

35 - SPÍNOLA, António de, País sem Rumor: contributo para a história de uma Revolução.- Lisboa: SCIRE, 1978.

36 - SPÍNOLA , António de, Portugal e o Futuro: análise

da conjuntura nacional.- Lisboa: Arcádia, 1974.

37 - WEELER, Douglas L., African Elements in Portugal's armies in Africa (1961-1974)/in Armed forces and society.- s/L, s/edição, s/d.

38 - WEELER, Douglas L., The Military and the Portuguese Dictatorship, 1926-1974: "The Honor of the Army".- s/L, s/edição, s/d.

39 - HENRIKSEN, Thomas H., People's war in Angola, Mozambique and Guinea-Bissau/in: The Journal of Modern African Studies, 14,3 (1976).

40 - TAJU, Gulamo, Renamo: os Factos que conhecemos.- Maputo: CEA, s/edição, s/d.

Publicações e outra Documentação

1 - Documentos Lusa "25 de Abril: Memórias".- Lisboa: edição especial, 1994.

2 - Revista Crítica de Ciências Sociais nº15/16/17 Maio

de 1985.

3 - Revista Vértice, 58, Janeiro/Fevereiro de 1994.-
Lisboa: Caminho, 1994.

4 - Público Magazine nº201 de 9/1/94.

5 - Revista Expresso de 5 de Dezembro de 1992,
Lisboa.

6 - Seminário 25 de Abril - 10 anos depois.- Lisboa:
Calouste Gulbenkian, 1984.

7 - Referencial nº34/ano 9, 1994 (Boletím Informativo
da Associação 25 de Abril (A25A))

Entrevistas

Conduzidas pelo autor deste trabalho com:

- 1 - Marechal Francisco da Costa Gomes.- Lisboa 17.7.94.
- 2 - General Pedro Cardoso.- Lisboa 12/1993, 1/1994 e 7/1996.
- 3 - General Melo Egídio.- Lisboa 8/1996.
- 4 - General Manuel Amorim de Sousa Meneses.- Lisboa 8/1996.
- 5 - Almirante Víctor Crespo.- Lisboa Janeiro 1994 e Maputo Abril 1994.
- 6 - Almirante Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa.- Lisboa 1/1994
- 7 - Tenente Coronel Luís António de Moura Casanova Ferreira.- Lisboa 12/1993.
- 8 - Tenente Coronel Ernesto Augusto Melo Antunes.- Lisboa 7/1994.
- 9 - Tenente Coronel Manuel Maria Martins Lopes.- Lisboa 7/1994.
- 10 - Tenente Coronel Aniceto Henrique Afonso.- Lisboa 7/1994.
- 11 - Major Rui Faria de Oliveira.- Lisboa 12/1993, 1/1994, 7/1994 e 7/1996.
- 12 - Major Rodrigo Claro de Albuquerque Meneses de Vasconcelos.- Lisboa 8/1996.

- 13 - Comandante Pedro Pires.- Lisboa 11.7.1994.
- 14 - Dr. António de Almeida Santos.- Lisboa 7.1.1994.
- 15 - Dr. Luís Moita.- Lisboa 12.7.1994.
- 16 - Dr. Fernando Rosas.- Lisboa 7/1994 e Maputo 11/ 1996.
- 17 - Dr. Paulo Soares.- Maputo 6/1996.
- 18 - Coronel José António Chaúma.- Pemba Fevereiro 1997.

Em Debate Televisivo sobre a Matéria

RTPI, Programa de Caras, Abril de 1994

- 1 - Almirante Rosa Coutinho
- 2 - Almirante Alpoin Calvão
- 3 - General Duarte Silva
- 4 - Tenente Coronel Otelo Saraiva de Oliveira
- 5 - Coronel Carlos Fabião
- 6 - Dr. Luís Moita
- 7 - Dr. Jaime Nogueira Pinto
- 8 - Dr. César Oliveira

- 9 - Dr. Fernando Rosas

- 10 - Dr. António Reis
- 11 - Dr. Borges de Macedo
- 12 - Dr. Luís Cabral
- 13 - Dr. Carlos Brito

Participação exterior neste debate

- 1 - Dr. Mário Soares
- 2 - Dr. Aníbal Cavaco Silva
- 3 - General Ramalho Eanes
- 4 - Marechal António de Spínola
- 5 - Tenente Coronel Ernesto Augusto Melo Antunes.